

Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado
Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia



BENEDITO GONÇALVES COSTA

**A EDUCAÇÃO DE MENINAS ÓRFÃS, DESVALIDAS E
PENSIONISTAS NO ASILO DE SANTO ANTÔNIO, NO
PASTORADO DO BISPO D. ANTÔNIO DE MACEDO
COSTA EM BELÉM – PARÁ (1878 – 1888)**

Belém – Pará
2014
BENEDITO GONÇALVES COSTA

**A EDUCAÇÃO DE MENINAS ÓRFÃS, DESVALIDAS E
PENSIONISTAS NO ASILO DE SANTO ANTÔNIO, NO
PASTORADO DO BISPO D. ANTÔNIO DE MACEDO
COSTA EM BELÉM – PARÁ (1878 – 1888)**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado Pará.

Área de concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

Belém – Pará
2014

Dados Internacionais de Catalogação na publicação
Biblioteca do Centro de Ciências Sociais e Educação da UEPA

Costa, Benedito Gonçalves

A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do Bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará: 1878 – 1888. / Benedito Gonçalves Costa. Belém, 2014.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2014.
Orientador: Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França

1. Educação – História. 2. Mulheres – Educação. 3. Assistência a menores. I. França, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de (Orientador). II. Título.

CDD: 21 ed. 370.9

BENEDITO GONÇALVES COSTA

**A EDUCAÇÃO DE MENINAS ÓRFÃS, DESVALIDAS E
PENSIONISTAS NO ASILO DE SANTO ANTÔNIO, NO
PASTORADO DO BISPO D. ANTÔNIO DE MACEDO COSTA
EM BELÉM – PARÁ (1878 – 1888)**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado Pará.

Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

Data de aprovação: _____/_____/2014

Banca Examinadora

Prof.^a Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França (Orientadora)
Dr.^a em Educação
Universidade do Estado do Pará

Prof.^a Sonia Maria da Silva Araujo - Examinadora (membro externo)
Dr.^a em Educação
Universidade Federal do Pará

Prof.^a Tânia Regina Lobato dos Santos - Examinadora (membro interno)
Dr.^a em Educação
Universidade do Estado do Pará

Belém – Pará
2014

Aos meus queridos pais, Fermino Cota Costa e Joana Maria Gonçalves Costa, a minha amada esposa Suely da Silva Ferreira Costa e Filhas Ana Letícia, Brenda

Suellen e Carla Beatriz por serem a razão da minha existência e do desejo que tenho de ser cada dia ser humano melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e pele fé que me move para as conquistas.

Aos meus pais Fermino Cota Costa e Joana Maria Gonçalves Costa e aos meus irmãos pela companhia nesta trajetória de vida.

A minha esposa Suely da Silva Ferreira Costa e filhas Ana Letícia, Brenda Suellen e Carla Beatriz pelo apoio sempre e por serem a alegria da minha vida.

Ao meu sogro Fermiano Trindade Ferreira e sogra Maria Raimunda da Silva Ferreira pelo apoio e atenção.

A minha querida orientadora Professora Doutora Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França, pela dedicação e seriedade na orientação deste trabalho, pelo companheirismo e troca de saberes.

A todos (as) os (as) colegas e professores (as) da 8ª turma de Mestrado em Educação da Universidade do Estado do Pará, que com suas experiências me ensinaram a conhecer melhores caminhos não somente para aperfeiçoar minha vida profissional, mas também para refletir sobre os saberes (escolares e não-escolares) e sobre a construção epistemológica do saber.

Aos colegas do Grupo de História da Educação da Amazônia – GHEDA, pelo apoio e pelos conhecimentos compartilhados.

A irmã Elvira Almeida e a bibliotecária Marilene Santos que me receberam com toda atenção e carinho no Colégio Santo Antônio.

Ao padre Ilário Govoni pela atenção e importantes orientações que me ajudaram na definição do objeto deste estudo.

A minha querida Vanessa Melo pelo apoio e atenção sempre que precisei.

Aos meus colegas de trabalho da Equipe Técnica de Educação de Jovens e Adultos da SEMEC de Belém pelo apoio e pela torcida positiva a meu favor.

E a todos os meus irmãos e irmãs, primos, tios, tias, cunhados e amigos que de alguma forma, apostaram e torceram pela minha conquista.

O sonho é um ato de fé. Porque a fé, de acordo com uma passagem bíblica, é o firme fundamento das coisas que não se vê, mas, se espera receber, ou seja, daquilo que se tem certeza que vai acontecer. Este trabalho é um ato de fé, é um sonho construído na sua concretude, com uma idéia na cabeça e com os pés no chão e muita determinação para realizá-lo. Aqui se cumpre outro trecho bíblico que diz que a fé sem obras é morta. Sonhei com fé, busquei com toda força do meu coração, realizei a obra e trouxe a existência o que não existia.

O autor

RESUMO

COSTA, Benedito Gonçalves. Educação de Meninas Órfãs, Desvalidas e Pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no pastorado do Bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém - Pará (1878 – 1888). Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

O presente estudo tem como objetivos analisar a educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio no período de 1878 a 1888, verificar o que levou a Igreja Católica a criar o Asilo de Santo Antônio, mapear os saberes que eram ensinados às meninas no Asilo e identificar os princípios que orientavam a prática religiosa e educativa nesta instituição de ensino. Para compreender o universo cultural do Asilo de Santo Antônio nos dez primeiros anos de sua existência, utilizei a pesquisa do tipo documental e bibliográfica, pelo viés histórico-educacional na perspectiva da história cultural. As fontes documentais dessa pesquisa compreendem as Falas e Relatórios de autoridades políticas (deputados provinciais) e Presidentes da Província do Pará e os jornais O Liberal do Pará (1869 a 1889), Jornal do Pará (1867– 1878), A Estrela do Norte (1863 – 1869) e A Boa Nova (1871 - 1883), as Cartas (1878-1881) e Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia (1851). Os autores que fundamentam as análises são: Riolando Azzi (1982, 2002), D. Antônio de Almeida Lustosa (1992), Peter Burke (1992, 2010), Lilia Schwarcz (1993), Raymundo Heraldo Maués (1995), Bezerra Neto (1998), Ester Buffa (2001), Dominique Julia (2001), Karla Martins (2001, 2005), Irma Rizzini (2004), Gondra e Shueler (2008), Ivan Manoel (2008), Fernando Neves (2009), Maria de Nazaré Sarges (2010), entre outros. O Asilo de Santo Antônio foi criado pelo bispo Dom Antônio de Macedo Costa em 1871 com o nome de Asilo de N. S. do Carmo para atender meninas órfãs e desvalidas. Transferido para o convento dos franciscanos em 1873 passou a chamar-se Asilo de Santo Antônio, e atender também meninas pensionistas. Foi reinaugurado oficialmente em 1878 já sob a administração das Irmãs do Instituto de Santa Dorotéia vindas da Europa, que criaram na instituição, um colégio para meninas abastadas chamadas de pensionistas. A mulher seria na visão dos romanizadores, a peça principal para a transformação da sociedade brasileira pela sua posição social de regente do lar doméstico, por isso, o Asilo de Santo Antônio configurou-se como uma das estratégias de D. Antônio de Macedo Costa para desenvolver a Amazônia. As meninas ali internas eram educadas nos princípios da religião católica romanizadora com duas categorias de saberes: religioso e profano. O primeiro dava ênfase ao estudo do catecismo e rituais religiosos e o segundo priorizava o ensino da leitura, escrita e conhecimentos elementares de aritmética e trabalhos manuais como lavar, cozinhar, passar, costurar, bordar, entre outros. Esses saberes eram ensinados de acordo com a origem social das meninas, às órfãs e desvalidas, educação apenas para o lar doméstico, às meninas abastadas, educação esmerada, ou seja, formação para serem “damas de salão” e regentes dos lares socialmente mais elevados.

Palavras-chave: Asilo de Santo Antônio. Educação de Meninas. Amazônia Paraense.

ABSTRACT

COSTA, Benedito Gonçalves. Orphaned Girls Education, helpless and Pensioners in Asilo de Santo Antonio, during the pastorate of Bishop D. Antônio de Macedo Costa Belém - Pará (1878 – 1888). Master Thesis (Master of Education) - University of the State of Pará, Belém, 2014.

This study aims to analyze the education of orphans, pensioners and underprivileged girls in the orphanage of St. Anthony in the period 1878-1888, verify which led the Catholic Church to create the Asylum of Saint Anthony, map the knowledge that were taught to girls in Asylum and identify the principles that guided the religious and educational practice in this educational institution. To understand the cultural universe of the Hospice of St. Anthony in the first ten years of its existence, I used to search documents and literature type, the educational-historical bias in the perspective of cultural history. The documentary sources of this research include the Speeches and Reports of political authorities (provincial deputies) and Presidents of Pará Province and newspapers The Liberal Pará (1869-1889), Journal of Pará (1867- 1878), The North Star (1863 - 1869) and the Good News (1871 - 1883), Letters (1878-1881) and Constitutions and the Religious Institute of Sisters of Saint Dorothy Master (1851). The authors underlying the analysis are: Riolando Azzi (1982, 2002), D. Antonio de Almeida Lustosa (1992), Peter Burke (1992, 2010), Lilia Schwarcz (1993), Raymundo Maués Herald (1995), Bezerra Neto (1998), Esther Buffa (2001), Dominique Julia (2001), Karla Martins (2001, 2005), Irma Rizzini (2004), and Gondra Shueler (2008), Ivan Manoel (2008), Fernando Neves (2009), Mary Nazareth Sarges (2010), among others. The Asylum of St. Anthony was created by Bishop Antonio de Macedo Costa in 1871 with the name of Asylum N. S. do Carmo to meet orphans and underprivileged girls. Transferred to the Franciscan convent in 1873 it was renamed Asylum of St. Anthony, going also to meet girls pensioners. It was officially reopened in 1878 under the administration of the Institute of the Sisters of Saint Dorothy from Europe, which led the establishment, a school for girls called wealthy pensioners. The woman would be in view of romanizadoras, the centerpiece for the transformation of Brazilian society for its social position of ruler of the family home, so the Asylum of Saint Anthony was configured as one of the strategies of D. Antonio de Macedo Costa for develop the Amazon. Internal there girls were educated in the principles of the Catholic religion romanizadora with two categories of knowledge: religious and profane. The first emphasized the study of the catechism and religious rituals and the second prioritized the teaching of reading, writing and basic arithmetic skills and crafts such as washing, cooking, ironing, sewing, embroidery, among others. This knowledge were taught according to the social origin of girls, orphans and the underprivileged, education only for the domestic hearth, the wealthy girls, careful education, or training to be "ladies lounge" and regents of higher social homes .

Keywords: Asylum de Santo Antônio. Girls' Education. Amazon Pará.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Capa do Relatório Dr. José da Gama Malcher, 1878.....	24
Figura 02 – Folha 01 de O Liberal do Pará (de 1869 a 1889).....	24
Figura 03 – Mapa de Belém do século XVII.....	30
Figura 04 – Mapa da Cidade de Belém.....	54
Figura 05 – Fotografia Autêntica de Paula Frassinetti.....	56
Figura 06 – Imagem oficial da Igreja Católica de Santa Paula Frassinetti, beatificada em 8 de Junho de 1930, pelo Papa Pio XI.....	58
Figura 07 – Capa das Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia de 1851.....	65
Figura 08 – Imagem de D. Antônio de Macedo Costa.....	103
Figura 09 – Planta baixa do Convento de Santo António (or. 1627/ reconstrução 1736-1743) de Belém do Pará (reconstituição de Ana Léa Nassar Matos).....	104
Figura 10 – Fachada do Asilo e Colégio de Santo Antônio em Belém do Pará.....	105
Figura 11 – Fachada lateral do Asilo e Colégio de Santo Antônio em Belém do Pará.....	105
Figura 12 – Claustro do Asilo e Colégio de Santo Antônio em Belém do Pará.....	106
Figura 13 – Igreja de Santo Antônio localizada dentro do Asilo em Belém do Pará.....	107
Figura 14– Porta de entrada do Colégio e Asilo de Santo Antônio localizada dentro do pátio de entrada.....	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Número de matrículas no Ensino Primário na Província do Pará entre os anos de 1871 a 1875.....	50
Quadro 02 – Número de matrículas no Ensino Secundário na Província do Pará entre os Anos de 1873 a 187.....	51
Quadro 03 – Organização hierárquica do Instituto das Irmãs Dorotéias.....	117
Quadro 04 – Conteúdos obrigatórios para todas as instituições educativas das Irmãs Dorotéias.....	139
Quadro 05 – Conteúdos que eram ensinados no Asilo e Colégio de Santo Antônio durante a primeira década da administração das irmãs Dorotéias.....	142

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
SEÇÃO I: A ORIGEM DO ASILO DE SANTO ANTÔNIO E A PROVÍNCIA DO PARÁ NOS ANOS DE 1878 A 1888.....	29
1.1. Localizando Belém do Grão-Pará: aspectos sociais, econômicos e políticos.....	29
1.2. A crença da elite paraense na instrução pública nas décadas de 1870 a 1880.....	37
1.3. O contexto da instrução pública e religiosa nas décadas de 1870 e 1880.....	43
1.4. A origem do Instituto das Irmãs de Santa Dorotéia e do Asilo de Santo Antônio.....	53
SEÇÃO II: DOM ANTÔNIO DE MACEDO COSTA E O ASILO DE SANTO ANTÔNIO.....	65
2.1. D. Antônio de Macedo Costa e a Igreja Católica na Amazônia.....	66
2.2. D. Antônio de Macedo Costa e a romanização na Amazônia.....	73
2.3. D. Antônio de Macedo Costa e civilização da Amazônia.....	83
2.4. D. Antônio de Macedo Costa e o Asilo de Santo Antônio.....	91
SEÇÃO III: O ASILO DE SANTO ANTÔNIO E A EDUCAÇÃO DAS MENINAS DESVALIDAS, ÓRFÃS E PENSIONISTAS.....	99
3.1 A primeira década de governo das Irmãs Dorotéias no Asilo de Santo Antônio.....	99
3.2 As Constituições e as regras das Irmãs do Asilo de Santo Antônio.....	115
3.3 As atividades religiosas no Asilo de Santo Antônio.....	124
3.4 O trabalho pedagógico no Asilo de Santo Antônio.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
FONTES.....	149

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152
---------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa intitulada “*A Educação de Meninas Órfãs, Desvalidas e Pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no pastorado do Bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará (1878 – 1888)*” está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd, da Universidade do Estado do Pará, Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia. Essa linha investiga temas educacionais relacionados ao contexto brasileiro e amazônico e tem como objetivo contribuir para a construção de práticas sócio-culturais, ética, epistemológica e politicamente comprometidas com os saberes de grupos socialmente excluídos, bem com fortalecer a identidade cultural da Amazônia.

A intenção de fazer um estudo que envolvesse o campo da história e da educação está diretamente ligada a minha inserção no Curso de Magistério (que formava professores para educação infantil até a 4ª Série) nos anos de 2000 a 2002, no Núcleo Pedagógico Integrado (NPI-UFPA). Nesse curso, tive o primeiro contato com as disciplinas História da Educação e Iniciação a Pesquisa Educacional as quais despertaram em mim o desejo de fazer pesquisas no campo da educação.

Ao concluir o Curso de Magistério, tornei-me alfabetizador no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA Paulo Freire), no ano de 2003. Nesse Programa de Alfabetização era oferecido aos participantes formações permanentes aos finais de semana. No MOVA Paulo Freire tive também a oportunidade de estudar vários temas ligados ao processo de alfabetização e a história da educação no Brasil, especialmente, o movimento de educação popular iniciado por Paulo Freire nas décadas de 1950 e 1960.

Essa experiência no MOVA me motivou a voltar a estudar, e em 2005 matriculei-me num cursinho popular criado, e administrado pela diretoria do Centro Comunitário Bom Jesus da Terra Firme, mas que funciona na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Depois que realizei a prova do Exame Nacional do Ensino (ENEM), comecei então a pensar no curso para o qual iria me inscrever no Programa Universidade para todos (PROUNI). Fiquei inicialmente dividido entre Pedagogia, Geografia e História. Optei pelo último e depois que saiu o resultado

final do PROUNI, consegui bolsa integral para cursar Bacharelado, e Licenciatura em História na Escola Superior Madre Celeste (ESMAC) nos anos de 2006 a 2010.

Nesse período, tinha a intenção de pesquisar um tema voltado para a história da educação do Pará. No entanto, acabei realizando um trabalho mais diretamente ligado ao campo da história regional, chamado: “*As Irmandades e o Processo de Romanização e a República no final do século XIX e início do século XX em Belém*”. Identifiquei nas fontes levantadas e analisadas que em torno dos discursos romanizador da Igreja Católica e progressista de políticos monarquistas e republicanos no Pará o tema instrução popular emergia atrelado ao contexto brasileiro e amazônico como elemento possibilitador de civilização e progresso. Além disso, constatei nos jornais e nos Relatórios dos Presidentes da Província do Pará, uma relativa preocupação com a instrução primária para as meninas.

Todos esses fatores me influenciaram a desenvolver um estudo na pós-graduação relacionando aos campos da história e educação, mas que tivesse também uma aproximação com o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Por esses motivos, em 2012, durante o processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Educação *Stricto sensu* (PPGED) da Universidade do Estado do Pará (UEPA) apresentei uma proposta de pesquisa que tinha como propósito analisar os discursos e as práticas das elites políticas sobre a Instrução Primária no Estado do Pará, entre os anos de 1903 e 1913. Entretanto, no decorrer do curso do Mestrado em Educação na UEPA, as disciplinas cursadas nos anos de 2012 e 2013 e as orientações foram fundamentais para que eu redefinisse a minha proposta inicial de pesquisa, a qual passou a ter como foco de análise a educação de meninas órfãs e desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará nos de 1878 a 1888.

O interesse em realizar um estudo sobre as meninas internas do Asilo de Santo Antônio se ampliou com uma visita que fiz ao Arquivo da Capela de Lourdes, situado na Av. Governador José Malcher no bairro de Nazaré em Belém. Quando cheguei para levantar as fontes sobre o meu objeto de estudo fui recebido pelo padre jesuíta e historiador Ilário Govoni. Este padre me apresentou uma obra intitulada: “*Os Atos dos bispos do Pará*”, na qual consta entre as obras realizadas pelo bispo D. Macedo Costa, a criação do Asilo de Santo Antônio em 1871, mas que foi reinaugurado em 1878, já sob a administração das Irmãs do Instituto de Santa Dorotéia.

Para o desenvolvimento desse trabalho foram realizadas pesquisas no banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES), revistas especializadas, bibliotecas virtuais de Instituições de Ensino Superior, Arquivo Público do Pará, Biblioteca Arthur Vianna (Setor de obras raras e Setor de documentos micro filmados), assim como na biblioteca do próprio Colégio Santo Antônio.

No banco de dados da CAPES, ao usar a palavra chave Asilo, encontrei 72 pesquisas defendidas no período de 2000 a 2012. Dessas pesquisas, 23 pertencem à área da Educação, sendo 5 teses e 18 dissertações; 17 da Saúde e Biológicas, sendo 3 teses e 14 dissertações; 16 da História, sendo 5 teses e 11 dissertações, 08 de Psicologia (1 tese e 7 dissertações), 08 de Sociologia (1 tese e 7 dissertações). Usei também as palavras educação de meninas no século XIX e obtive o quantitativo de 23 trabalhos, sendo 20 da área da Educação (6 teses 14 dissertações) e 3 da História (2 teses e 1 dissertações). Já as palavras “colégios religiosos no século XIX” resultaram em 44 Trabalhos. Da área da Educação foram 26 (9 teses e 17 dissertações), 07 da Teologia (3 teses e 4 dissertações), 05 da História (3 teses e 2 dissertações), 2 das Letras (1 tese e 1 dissertação), 02 da Ciência da Religião (dissertações) e 02 de Música (dissertações).

Ao usar o termo “infância desvalida” encontrei 07 trabalhos da área da Educação que estudaram esse tema nos período imperial e início do republicano no país. Desses trabalhos, apenas 2 tratam da Infância desvalida no Pará no período imperial. Trata-se de duas dissertações defendidas na UFPA defendidas em 2011 e 2012: “O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque”, de Andreson Carlos Elias Barbosa e “A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)”, de Elianne Barreto Sabino.

Pesquisei também em outros periódicos acadêmicos e encontrei uma tese de doutorado defendida em 2010 na PUC/SP: intitulada “Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até início do século XX”, de Celita Maria Paes de Sousa. Entretanto, não foi localizada durante o levantamento de dados para esta pesquisa, nenhuma dissertação ou tese sobre a educação de meninas no Asilo de Santo Antônio de Belém, no Estado do Pará. A pesquisa realizada também revelou que a maioria dos trabalhos, no campo da história da educação, com ênfase na infância e instituições educativas são principalmente dissertações de mestrado defendidas nos programas de pós-graduação do Sul e Sudeste do país, havendo, portanto, necessidade de ampliação de estudos dessa natureza na região norte.

No decorrer do levantamento de dados para a pesquisa encontrei um trabalho que se aproxima do meu objeto de estudo intitulado “As luzes da instrução: o Asylo de Santo Antônio de Belém do Pará (1870-1912)” de autoria de *José Maia Bezerra Neto*. Neste artigo publicado no ano de 1998 no livro *A escrita da história paraense*, organizado por Rosa Elizabeth Acevedo Marin, o autor buscou a partir da criação do Asilo de Santo Antônio, “compreender a função de diversos colégios católicos ou a administração de estabelecimentos de ensino público por várias ordens religiosas, na cidade de Belém durante a Belle-Époque” (BEZERRA NETO, 1998, p. 165). Este trabalho se constituiu fonte valiosa para a minha investigação.

Parti também em busca de dados no Colégio Santo Antônio (antigo Asilo) situado na Praça Dom Macedo Costa nº 128, Centro Belém-PA. Ao chegar lá, fui bem recebido pela irmã Elvira Almeida e pela bibliotecária Marilene Santos, as quais me apresentaram a obra *Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia*, documento publicado no ano 1851, em Roma, pela própria madre fundadora do Instituto, Paula Frassinetti. De acordo com a irmã Elvira, esse documento, ainda não tinha sido apresentado a nenhum pesquisador. Além desse documento, me apresentaram também três livros. O primeiro publicado em 1987 no Brasil, contém as Cartas que a Irmã fundadora do Instituto Religioso Paula Frassinetti mandou para o bispo D. Macedo Costa e para a irmã Josefina Pingiani (1ª Diretora do Asilo e Colégio Santo Antônio). O segundo chamado *Educando pela via do amor: História da congregação de Santa Dorotéia no Brasil* de Riolando Azzi (2002), trata do trabalho desenvolvido pelas irmãs do Instituto de Santa Dorotéia, no país e o terceiro livro chamado *Memória Acerca da Venerável serva de Deus Paula Frassinetti, e do Instituto por ela fundado* (1998), que versa sobre a história de vida de Paula Frassinetti e do Instituto das Irmãs de Santa Dorotéia. De acordo com a irmã Elvira não existem, no Colégio, outros documentos que tratem de sua fundação e das primeiras décadas de funcionamento, exceto os manuscritos onde se faziam as anotações diárias, mas que infelizmente, encontram-se ilegíveis devido à deterioração do tempo e do nosso clima.

O Asilo de Santo Antônio foi reinaugurado oficialmente em Belém no ano de 1878 pelo bispo do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa, para atender meninas da Província do Grão-Pará. Na sua origem em 1871 recebeu o nome de Asilo de Nossa Senhora do Carmo, e funcionava no prédio anexo a igreja do Carmo antigo Convento Carmelita e atendia meninas órfãs e desvalidas, mas aos poucos, passou a receber também meninas pensionistas. Ao mudar-se

em 1873 para o prédio do Convento dos Padres Franciscanos, passou a chamar-se Asilo de Santo Antônio.

A partir de 1878 (quando as irmãs mestras do Instituto de Santa Dorotéia, vindas da Europa, a convite do bispo do Pará D. Macedo Costa para assumir a direção do Asilo) mudanças aconteceram na Instituição, entre elas, a reforma do prédio onde antes fora o convento dos padres franciscanos, a ampliação do número de alunas (com a criação do colégio para as meninas pensionistas, cujas famílias podiam pagar), e modernização da educação, a qual deveria seguir as mesmas diretrizes dos colégios administrados pelo Instituto de Santa Dorotéia na Europa.

Essas primeiras informações sobre a origem do Asilo me ajudaram a definir o recorte temporal da investigação a partir do ano de 1878. Já os motivos para estender essa pesquisa até o ano de 1888, são três: primeiro porque nesse ano (1888) o Asilo completou dez anos de fundação sob a direção das freiras de Santa Dorotéia; segundo, porque durante esses dez anos o bispo D. Macedo Costa desenvolveu um intenso trabalho em defesa de sua política de romanização na região amazônica. Essa política romanizadora em síntese significava a modernização da igreja local pela reforma do clero e pelo controle do catolicismo popular, segundo as diretrizes da igreja de Roma (MAUÉS, 1995, p.47). O terceiro motivo diz respeito ao contexto social e político nas últimas décadas do período imperial que o Pará e todo o Brasil viveram, e que culminou com o fim da escravidão negra e a passagem do Império para República. Nesse contexto, a defesa da instrução popular entendida como educação escolar para o povo, estava na pauta do dia, como veremos mais adiante nesse trabalho.

Feitas essas considerações, o problema de investigação assim se configurou: De que maneira eram educadas as meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no período de 1878 a 1888, em Belém do Pará? Para responder essa problemática, elenquei as seguintes questões: Por que o bispo D. Antônio de Macedo Costa criou o Asilo de Santo Antônio para educar meninas? Que saberes eram ensinados às meninas nessa instituição educativa? Que princípios orientavam a prática religiosa e educativa no Asilo?

Diante disso, este estudo tem como objetivos analisar a educação das meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no período de 1878 a 1888; verificar o que levou a Igreja Católica a criar essa instituição de ensino; mapear os saberes que eram ensinados às meninas e identificar os princípios que orientavam a prática religiosa e educativa no Asilo.

O caminho metodológico traçado nesta pesquisa do tipo documental e bibliográfica foi pelo viés histórico - educacional na perspectiva da história cultural. A pesquisa documental de acordo com Rodrigues e França (2010, p. 55) “utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem passar por novas análises de acordo com os objetivos da pesquisa”. Segundo as autoras, apesar de existir uma proximidade entre a pesquisa documental e a bibliográfica, “a diferença essencial entre elas está na natureza das fontes. A primeira trabalha com fontes primárias, e a segunda, se vale “fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto”. Portanto, para a seleção e escolha dos textos bibliográficos para essa pesquisa, consideramos que a pesquisa bibliográfica se constitui num “conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA e MIOTO, 2007, p. 38), mas sempre criteriosa.

A História da Educação mais especificamente os estudos de instituições escolares, representam hoje, de acordo com Paolo Nosella e Ester Buffa (2005) um tema de pesquisa significativo para os educadores. Esses estudos têm centrado, de acordo com esses autores, suas análises na “cultura escolar considerada na sua materialidade e nos vários aspectos” (NOSELLA & BUFFA, 2005, p. 4).

Nesse sentido para Dominique Julia (2001) o estudo da cultura escolar “não pode ser estudado sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém” com as demais culturas que lhes são contemporâneas: cultura religiosa, política e popular. Portanto, de acordo com esse autor, a cultura escolar deve ser entendida “como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar”, assim como também, “um conjunto de práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e a incorporação de comportamentos” (JULIA, 2001, p.10-11).

Diante disso, a pesquisa que tem como foco a cultura escolar deve essencialmente, ser interdisciplinar, porque segundo Ester Buffa (2008, p.1), a realidade complexa de uma instituição escolar apresenta muitas possibilidades, perspectivas, enfoques, focos de investigação e que nem sempre é uma escolha do pesquisador, mas imposição do próprio objeto de investigação. Portanto, para essa autora, os estudos sobre instituições escolares devem trazer à superfície, a sociedade que a produziu explicitando suas “relações com o contexto econômico, político, social e cultural, não de forma justaposta, mas dialeticamente relacionados” (BUFFA, 2005, p.1).

Nesse sentido, o trabalho do pesquisador, neste caso, do historiador das instituições educativas, requer um olhar diferenciado para o passado porque de acordo com o historiador mexicano Enrique Florescano (1997), o estudo do “passado requer uma abertura a outros seres humanos e nos obriga a transportar-nos para outros tempos” e neste caso, “o ofício do historiador exige uma curiosidade voltada para o conhecimento do outro, uma disposição para o encontro do inesperado, uma abertura ao que é diferente e uma prática de tolerância” (FLORESCANO, 1997, p.68).

Esse novo olhar para o passado e essa abertura para compreender os outros possibilitaram mudanças que trouxeram o uso de novas abordagens, e uma ampliação do uso de fontes na pesquisa histórica. Esse processo contou com a contribuição de historiadores e intelectuais de vários países, mas se consolidou com o movimento que Peter Burke (2010) chamou de “*a revolução francesa da historiografia*” ou “*a nova história*” (BURKE, 1992, p.9).

Antigamente, se priorizavam apenas fatos políticos e econômicos e as fontes documentais dos arquivos tidas como oficiais, principalmente no período em que Leopold Von Ranke (1795-1886) e seus seguidores buscavam uma profissionalização do trabalho do historiador, priorizando a história política, e menosprezando a história sociocultural (BURKE, 2010, p.18). No entanto, mudanças significativas aconteceram a partir da revolução iniciada por Lucien Febvre e Marc Bloch, com a criação da Revista *Annales*, em 1929, com o intuito de derrubar o antigo regime que tinha como princípio “a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis” (BURKE, 2010, p.17).

A primeira geração dos *Annales*, liderada por seus fundadores, contribuiu para a historiografia com a introdução de uma história problema, e do trabalho interdisciplinar, dialogando inicialmente com a sociologia, (principalmente Bloch) e geografia (principalmente Febvre). Sobre isso, Burke (2010, p.29) mostra que Bloch “insistia na necessidade do historiador regional combinar as habilidades de arqueólogo, de um paleógrafo, de historiador das leis, e assim por diante”.

A segunda geração ou “*A Era de Braudel*” foi marcada pelo trabalho, intitulado *O Mediterrâneo* (1949), de Fernand Braudel. Nessa obra, ele expõe “uma abordagem diferente do passado” que pretendia resolver um único problema: “que o tempo avança com diferentes velocidades” (BURKE, 2010, p.51, 58). As principais contribuições de Braudel segundo Burke

(2010, p.60, 61), foi transformar a noção de *tempo* e *espaço*, o conceito de *longa duração* e sua *visão do todo*, e sua “consciência de que as estruturas estão sujeitas a mudanças, mesmo que lentas”.

A partir da década de 60 e 70 do século passado, a terceira geração amplia ainda mais as fronteiras da história com o que Burke (2010, p.90, 91) chamou de o salto do “*porão ao sótão*”: mudança de interesse da “base econômica para a superestrutura cultural”. Foi essa geração que incluiu pela primeira vez historiadoras como Christiane Klapisch, que escreveu sobre a história da família na Toscana durante a idade média e renascimento (1985), Arlette Farge, que escreveu sobre o mundo social das ruas de Paris no século XVIII (1986), Mona Ozouf, que pesquisou sobre festivais durante a Revolução Francesa (1976) e Michèle Perrot que estudou a história do trabalho e história da mulher na França (1974). Além disso, trouxe ainda temas para a história antes vistos como marginais, como infância, sonho, corpo, morte, odor, medo, entre outros, possibilitando o uso de variadas fontes nos trabalhos historiográficos.

Essa ampliação de temas e o trabalho interdisciplinar obrigaram os historiadores a “mergulharem em outros rios”, e descobrirem “novas fontes”, ampliando o leque de possibilidades. Nesse bojo de possibilidades, a história da educação, e nesse campo, o estudo de instituições educativas, se iniciam mais efetivamente no Brasil a partir de 1980.

De acordo com Estar Buffa e Paolo Nosella (2008, p.13), a pesquisa no Brasil “sobre instituições escolares desenvolveram-se, sobretudo, a partir dos anos 1990”, e podem ser divididas em três momentos: O primeiro ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960 quando “a produção historiográfica da educação brasileira, em particular paulista, desenvolveu-se na antiga Seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL/USP)”, e depois contou também com o impulso dado pela criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) de São Paulo, um dos cinco Centros Regionais de Pesquisa criados pelo Instituto Educacional de Estudos e Pesquisa (INEP), na gestão de Anísio Teixeira. Nesse primeiro momento, embora o centro de atenção dos pesquisadores fosse educação e sociedade, já se observa segundo os autores, alguns trabalhos enfocando instituições educativas, são eles: “As Minas Gerais e os primórdios do Colégio Caraça”, a tese de doutoramento de José Ferreira Carrato, defendida em 1968, e o trabalho de Maria Aparecida Rocha Bauab sobre a única Escola Normal criada durante o período imperial em São Paulo (BUFFA & NOSELLA, 2008, p.13-14).

O segundo momento, de acordo com Buffa e Nosella corresponde aos anos de 1970 e 1980, e foi “marcado pela criação e expansão dos Programas de Pós-Graduação em Educação durante os governos militares”. Segundo os autores nesse segundo momento, duas características importantes são observadas: “a institucionalização da pós-graduação que acarretou a escolarização da produção da pesquisa e a reação aos militares que propiciou o desenvolvimento de um certo pensamento crítico em educação” (BUFFA & NOSELLA, 2008, p.15). Isso possibilitou segundo os autores, aspectos positivos e negativos. O principal aspecto positivo foi o atrelamento da pesquisa em educação à escolarização da pós-graduação associando-se as atividades de ensino. O aspecto negativo foi identificado como o “burocratismo acadêmico que nivela, pelos títulos e diplomas, pesquisas de qualidade com outras menos significativas”. Outra característica positiva no campo do pensamento crítico identificado pelos autores, foi a leitura que os educadores brasileiros fizeram de “autores clássicos como Marx, Gramsci, Althusser, Foucault, Adorno, Bourdieu e outros que fecundaram o pensamento pedagógico com categorias até então desconhecidas”. Entretanto, os estudos que surgiram a partir dessas leituras, de acordo com os autores, “reduziam-se a visões genéricas e paradigmáticas, secundarizando os objetos específicos da educação brasileira”. Isso porque, os estudos daquele momento refletiam “um acentuado idealismo e voluntarismo político decorrentes da urgência do processo de redemocratização. Enfim, estudava-se mais a sociedade do que a escola.” (BUFFA & NOSELLA, 2008, p.15).

A partir da década de 1990, se inicia, de acordo com Buffa e Nosella o terceiro momento da nossa história da educação. Esse período foi marcado pela consolidação dos cursos de pós-graduação nas principais Universidades do país. Além disso, houve também nesse momento uma crise dos paradigmas da ciência moderna. Diante disso, veremos muitas críticas aos “estudos sobre sociedade e educação por não conseguirem abarcar sua complexidade e diversidade”, e uma nova abordagem nesse campo priorizando agora o “pluralismo epistemológico e temático privilegiando o estudo de objetos singulares”. Entretanto, esse processo foi visto por alguns teóricos brasileiros como um movimento também negativo devido se criar no bojo dessa “crise paradigmática, um movimento anti-marxista e o abandono da perspectiva histórica” (BUFFA & NOSELLA, 2008, p.15-16).

O fortalecimento dos programas de pós-graduação das Universidades Públicas no país irá possibilitar também o desenvolvimento de trabalhos sobre a História da Educação no

Pará. Manejando as produções sobre instituições educativas dos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), e Universidade Estadual do Pará (UFPA) no período de 2008 a 2012, encontrei alguns trabalhos que se constituem em referências para História da Educação na Amazônia paraense: “O farol que guia: A educação de mulheres no Colégio São José - Óbidos - PA (1950 a 1962)” de Marilene Maria Aquino Castro de Barros (2010); “O Instituto Paraense de Educandos artífices e a Morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque”, de Andreson Carlos Elias Barbosa (2011); “A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)”, de Elianne Barreto Sabino (2012) e “Educação de Meninas no Orphelinato Paraense (1893 -1910), de Adriene Suellen Ferreira Pimenta (2012).

Como podemos observar nos trabalhos sobre a história da educação no Pará, há uma sequência que obedece às mudanças históricas e paradigmáticas, que trouxe uma nova forma de conceber e tratar os temas para a escrita da história, e junto com isso, uma nova forma de conceber e tratar as fontes. Sobre o trato com as fontes históricas vale ressaltar primeiramente os argumentos de um dos fundadores da Escola dos Annales, Marc Bloch: “seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego”. Ao expor esse argumento, Bloch vai dizer que o historiador da religião não devia ficar preso apenas aos escritos, mas considerar como fontes as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, assim como também como outros objetos mobiliários dos túmulos (BLOCH, 2001, p. 80).

Juntam-se a Bloch, outros pesquisadores que ampliaram também o conceito de documento para além das fontes escritas, dentre eles, Michel de Certeau e Jacques Le Goff. Para Certeau, o trabalho do historiador “começa com o gesto de selecionar, de reunir, dessa forma, transformar em documentos determinado objetos distribuídos de outra forma”. De acordo com Certeau, essa nova repartição cultural é o primeiro trabalho do historiador, e consiste na verdade em produzir documentos “pelo fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando ao mesmo tempo, seu lugar e seu estatuto” (CERTEAU, 1988, p.30).

Michel de Certeau considera a história como uma operação inserida na realidade, e que pode ser captada “enquanto atividade humana”, e prática que combinam um lugar social, e prática científica. Nesse sentido, para Certeau a pesquisa historiográfica deve se articular a partir de um lugar de produção socioeconômico político e cultural, sem, no entanto, esperar a

“totalização”, mas captar os desvios (CERTEAU, 1988, p.18). Portanto, para Certou se antes os historiadores buscavam a totalização, agora devem interessar-se “prioritariamente, pelas manifestações complexas dessa diferença” (CERTEAU, 1988, p.37).

Para Le Goff (1990, p.535), a memória coletiva ou história na forma científica, “aplicam-se a dois tipos de materiais: “os monumentos e os documentos”. O primeiro, seria fruto da herança do passado, ou seja, tudo aquilo que pode evocar o passado, tendo como característica o ligar-se ao poder de perpetuação de maneira voluntária ou não, já o segundo é uma escolha do historiador. Porém, no fim do século XIX até início do XX, a apropriação do documento pela escola histórica positivista irá interpretá-lo como prova histórica cabal, além de “afirma-se essencialmente como um testemunho *escrito*. Nesse período, o melhor historiador seria aquele que conseguisse se manter mais próximo possível dos textos. Entretanto, para Le Goff (1990, p.537) “o documento não é inócuo, mas é antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente” de uma sociedade que tenta impor ao futuro determinadas imagens de si própria. Nesse sentido, ao trabalharmos com determinados documentos devemos em primeiro lugar, desmistificar o seu sentido aparente, pois para Le Goff “não existe um documento-verdade”, por isso, “cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo” e começar a “analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (LE GOFF, 1990, p.548).

Para Rodrigues e França (2010, p. 59) as “fontes fundamentam e embasam os estudos históricos”, e sua seleção, análise e interpretação dependem das opções teóricas e metodológicas do pesquisador. E para um trabalho consistente defendem que “a diversidade das fontes enriquece a leitura do objeto de estudo”. Por isso, essa pesquisa buscará uma variedade significativa de fontes compreendendo- as como “todos os tipos de informação acerca do devir social no tempo, incluindo tal noção igualmente os próprios canais de transmissão dessa informação, isto é, as formas em que foi preservada e transmitida” (CARDOSO, 1981, p. 95).

E, para o trato com essas fontes levaremos ainda as recomendações de Rodrigues e França (2010, p. 60-61), quando advertem:

O pesquisador, ao se debruçar sobre a leitura de um documento histórico, deve identificar a sua forma material, seu conteúdo, os objetivos de quem o produziu, de quem o lê e interpreta. Quando se inicia uma pesquisa documental, é preciso conhecer a história do documento que se tem em mão, buscando apreender sob que condições ele foi produzido, quem o escreveu, deve identificar-se a sua forma material e o conteúdo que aborda [...] Na análise documental, é preciso considerar que nenhum documento é neutro.

Partindo desses pressupostos, para seleção e trato com as fontes, optei por trabalhar com os jornais O Liberal do Pará (1869 a 1889), Jornal do Pará (1867– 1878), A Estrela do Norte (1863 – 1869) e A Boa Nova (1871 - 1883). Neles há várias notas e reportagens falando sobre a instrução pública no Pará e sobre o Asilo de Santo Antônio. Além disso, esses jornais foram criados e administrados por grupos políticos antagônicos. O Jornal do Pará, defendia os interesses dos conservadores, portanto, estava à “serviço” do governo imperial. O Liberal do Pará pertencia ao grupo político liberal que fazia oposição aos conservadores e a igreja, na pessoa do bispo D. Macedo Costa. Já os jornais A Estrela do Norte e A Boa Nova foram criados por D. Macedo Costa e defendiam os interesses da igreja católica, isto é, um “Estado Cristão” para o Brasil de acordo com a diretrizes de Roma.

Trabalhei também com as Falas e Relatórios de autoridades políticas (deputados provinciais) e Presidentes da Província do Pará. Esses documentos apresentam dados sobre a administração pública evidenciando como se encontrava os vários serviços prestados à população do Pará como a saúde, a educação, entre outros. Convém destacar que não fiz uma análise de tudo o que está escrito nesses documentos, mas apenas ao que trata da educação e dos colégios religiosos, especialmente o Colégio Santo Antônio.

Vale ressaltar também que todos os documentos (falas, relatórios e jornais) foram encontrados em bom estado de conservação e de fácil acesso para leitura. Essa facilidade para acessá-los só foi possível porque esses documentos não foram encontrados em suas formas originais, ou seja, nos arquivos tradicionais impressos em papel da época, mas no formato digital, disponíveis online em sites especializados. Os jornais, com exceção do jornal A Boa Nova, estão disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital Brasil: www.hemerotecadigital.bn.br. O jornal A Boa Nova que ainda não está disponível online para pesquisa, foi encontrado no setor de obras micro-filmadas da Biblioteca Arthur Vianna, no CENTUR.

Os Relatórios e Falas das autoridades políticas da Província do Pará encontram-se disponíveis para pesquisa no site do Center for Research Libraries Global Resources Network: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Nesse site, estão os relatórios e falas das autoridades políticas do Pará desde 1830 até 1930. Segue abaixo duas imagens desses documentos com os quais trabalhei nesta pesquisa:



Figura 01: Capa do Relatório Dr. José da Gama Malcher, 1878.
Fonte: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>

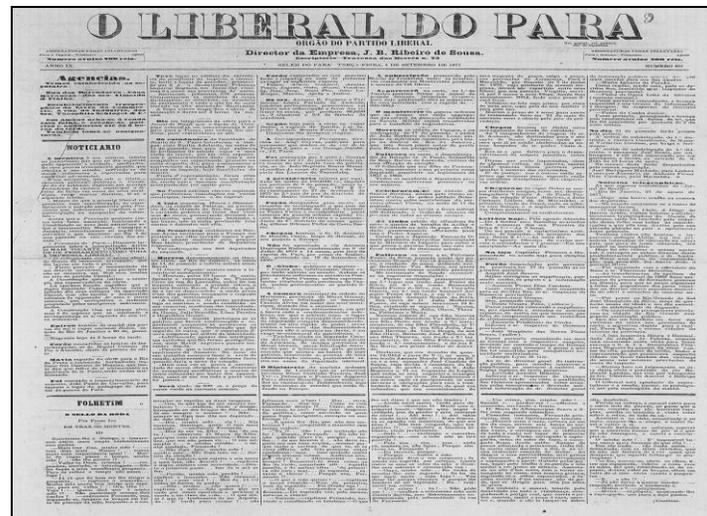


Figura 02: Folha 01 de O Liberal do Pará (de 1869 a 1889).
Fonte: www.hemerotecadigital.bn.br

Para compreender o Asilo de Santo Antonio e sua relação com o contexto social da época, analisei também algumas Leis, Decretos e Regulamentos¹ da educação pública no Pará nos anos de 1878 a 1888, bem como os documentos que dizem respeito diretamente a ele: “Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia” (1851) e as

¹ Esses documentos estão disponíveis para pesquisa em formato PDF no site: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/43e/doc01_43e.pdf. Nele encontram-se *Leis e Decretos e Regulamentos* sobre a educação no Pará desde 1849 a 1964.

Cartas (1878-1881) enviadas pela Irmã fundadora do Instituto Religioso Paula Frassinetti para o bispo D. Macedo Costa e para a irmã Josefina Pingiani (1ª Diretora do Asilo e Colégio Santo Antônio). Além disso, analisarei as obras produzidas no período por D. Macedo Costa: “Discurso Pronunciado por D. Macedo Costa na Inauguração da Biblioteca Publica” (1871), “Deveres da Família” (1877), “A Amazônia: Meio de desenvolver sua civilização” (1883), assim como também obras de autores contemporâneos do bispo que escreveram sobre o período e ou o tema em estudo.

Os autores que balizam as análises aqui apresentadas foram: Riolando Azzi (1982, 2002), D. Antônio de Almeida Lustosa (1992), Peter Burke (1992, 2010), Lilia Schwarcz (1993), Raymundo Heraldo Maués (1995), Bezerra Neto (1998), Ester Buffa (2001), Dominique Julia (2001), Karla Martins (2001, 2005), Irma Rizzini (2004), Gondra e Shueler (2008), Ivan Manoel (2008), Fernando Neves (2009), Maria de Nazaré Sarges (2010), entre outros.

Para uma melhor interpretação e análise dos dados desse trabalho, definimos previamente algumas categorias analíticas, as quais são: Asilo, Meninas desvalidas, Colégio Religioso e Romanização. Na obra “Educação, poder e sociedade no Império brasileiro”, José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008, p. 108) mostram que as Instituições Asilares eram percebidas pelas autoridades brasileiras com dois sentidos: *assistência social* e *controle social*. Ao mesmo tempo em que os asilos atendiam parcela pobre e desassistida da população, também ajudavam a controlar a desordem social e “por tabela, ofereciam uma mão-de-obra minimamente disciplinada, qualificada e, sobretudo, farta e barata”. Entretanto, os asilos não atendiam apenas a população pobre, mas também outros segmentos da sociedade. Havia asilos para religiosos, para idosos, abandonados, infratores, alcoólatras, dependentes químicos, estudantes rurais, alienados, para deficientes e até asilos para formar professores (GONDRA & SCHUELER, 2008, 108).

A prática de asilar, de acordo com Ivan Manoel (2008), estava associada diretamente com o temor que a sociedade brasileira oitocentista tinha dos perigos da modernidade, principalmente a oligarquia, que embora defendesse e apoiasse os progressos tecnológicos trazidos pela modernidade, temia os novos valores e ideologias que acompanhavam essas mudanças. Por isso, segundo esse autor, houve entre o estado, igreja e oligarquia, certa união em defesa de um programa educacional que dentre outras coisas, defendia a prática do asilamento

como a fórmula ideal de educação, principalmente para as meninas com objetivos de livrá-las do perigo do feminismo e da ideia de uma profissionalização da mulher. Portanto, de acordo com Ivan Manoel (2008), os asilos ou internatos desempenhavam uma dupla função: “não permitir nem a saída das alunas nem a entrada do mundo exterior, seja na forma de pessoas não autorizadas, seja na de leituras proibidas, ou de correspondência, todas censuradas” (MANOEL, 2008, p.60)

O termo criança desvalida é definido por Gondra e Schueler (2008, p. 75-76) como “a infância das camadas mais pobres, inclusive filhos livres de escravas”, ou seja, os beneficiados pela Lei do Ventre Livre de 26 de setembro de 1871. Para retirar as crianças desvalidas das ruas, e ampará-las em asilos, segundo os autores, foram criadas várias instituições como a Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida criada no Rio de Janeiro em 1871, a Associação Protetora da Infância Desamparada criada também no Rio de Janeiro em 1883. Na Província do Grão-Pará houve também a criação de várias associações como mostrou Andreson Barbosa (2011). Entre elas, estavam a Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos, a Associação Promotora da Instrução Pública e a Associação Protetora da Infância desvalida. Esta última associação, segundo Barbosa, no dia 06 de janeiro de 1872, faz uma chamada no Jornal O Liberal do Pará convocando os meninos pobres para virem se matricular no Ensino Primário, sendo garantido gratuitamente aos matriculados materiais que seriam usados nas aulas (BARBOSA, 2011, p.105).

Os Colégios religiosos modernos foram instituições educativas criadas no contexto da Reforma e Contra-Reforma no século XVI, ou seja, num período de intensas disputas entre católicos e protestantes. O primeiro Colégio protestante foi criado em 1538, na cidade de Estrasburgo e se chamava Alta Escola. Esse colégio, serviu de modelo para os demais colégios protestantes, entre eles, o Colégio Calvino, criado em Genebra. O primeiro colégio católico foi criado no ano de 1548, na cidade de Messina na Sília, Itália. Esse colégio recebeu estudantes interno (os jesuítas) e externo (estudantes não padres). Em seguida, foram criados o *Colégio Romano* em 1550 e o *Colégio Germânico* em 1552, na cidade de Roma (BUFFA & PINTO, 2007, p.150). De acordo com Estar Buffa e Gelson de Almeida Pinto (2007) os colégios modernos criados no XVI, principalmente pelo poder civil ou em parceria com as congregações religiosas eram diferentes das instituições educativas medievais na organização dos alunos, na organização dos estudos e do espaço:

Foram introduzidos os graus, as séries, as classes, organizadas segundo a idade e o desenvolvimento dos alunos, os programas, as disciplinas escolares, os horários esquadrihados, os exames, com as consequentes recompensas e castigos, a pedagogia dos textos escolhidos, retiradas das obras clássicas gregas e latinas, a disciplina física, a submissão à autoridade do mestre, organização hierárquica do ensino e da administração desses novos espaços escolarização (BUFFA & PINTO, 2007, p.150-152).

A palavra romanização, significa o processo pelo qual a Igreja Católica buscou desenvolver uma reforma interna, a fim de combater os perigos da modernidade que ameaçavam sua autonomia no mundo. Esses reformadores, ficaram conhecidos como romanizadores ou ultramontanos. De acordo com David Gueiros Vieira (1980, p. 32), o termo ultramontanos era usado desde o século XI para os cristãos que habitavam para além dos montes da Itália, como os franceses que buscavam liderança espiritual e institucional na Santa Sé, em Roma. Para Raymundo Heraldo Maués (1999, p. 121), essa reforma no Brasil buscava “entre outras coisas, uma maior aproximação da Igreja do Brasil de Roma, e consequentemente, numa espécie de europeização do catolicismo brasileiro”. Em síntese, a romanização significava de acordo com Fernando Arthur de Freitas Neves (2009, p. 25), o respeito à autoridade Papal e aos bispos no campo espiritual e temporal, autonomia da Igreja frente ao poder estatal, unificação da liturgia a partir das orientações de Roma, moralização do clero, reestruturação dos Seminários, e unificação do ensino do catecismo, ou seja, a substituição do catolicismo tradicional (popular), construído no Brasil a partir do regime de padroado por um catolicismo de modelo diocesano segundo as diretrizes de Roma.

A definição dessas categorias de análise, são importantes porque ajudam a “estabelecer classificações na medida em que se agrupam ideias, elementos, expressões etc.” Além disso, possibilitam “uma ação de organização lógica dos dados coletados, viabilizando uma estrutura organicamente integrada” (OLIVEIRA & MOTA NETO, 2011, p.163).

Para uma melhor compreensão desta pesquisa, organizei didaticamente em três seções. Na 1ª Seção: “O Asilo de Santo Antônio e a Província do Grão-Pará nos anos de 1878 a 1888”, apresento sucintamente a localização da cidade de Belém, sua população, aspectos sociais e políticos; o processo de modernização desencadeado pela industrialização e circulação do capital produzido pela economia da borracha; a forte crença na ciência e educação e alguns aspectos da Instrução Pública na Província do Pará nos anos de 1878 a 1888, bem como a origem e a origem do Instituto das Irmãs de Santa Dorotéia e do Asilo de Santo Antônio.

Na 2ª Seção: “Dom Antônio de Macedo Costa e o Asilo de Santo Antônio”, destaco o papel do bispo do Pará Dom Antônio de Macedo Costa para a compreensão da relação entre Estado e Igreja na Amazônia, na segunda metade do século XIX, no que diz respeito a política de educação popular, com ênfase na educação religiosa para a formação de um clero local ilustrado e na educação da mocidade, especialmente a educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas. Nessa seção, trago primeiramente uma sucinta biografia do bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa e os desafios que encontrou nos primeiros anos de governo do seu episcopado. Em seguida, apresento suas propostas romanizadoras e de civilização da Amazônia, dentre elas, a criação e manutenção do Asilo de Santo Antônio.

Na 3ª e última Seção: “O Asilo de Santo Antônio e a educação das meninas desvalidas, órfãs e pensionistas”, focalizo o papel do Asilo de Santo Antônio para a educação das meninas desvalidas, órfãs e pensionistas na capital da Província do Pará. Nesta, apresento alguns aspectos da primeira década da administração das Irmãs Dorotéias no Asilo de Santo Antônio, com destaque para a organização educativa no Asilo. Assim, trago as Constituições e as regras que as Irmãs do Asilo de Santo Antônio deveriam seguir, a organização das atividades religiosas e do trabalho pedagógico no Asilo de Santo Antônio.

SEÇÃO I: O ASILO DE SANTO ANTÔNIO E A PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ NOS ANOS DE 1878 A 1888.

O Asilo de Santo de Antônio foi criado 1871, pelo bispo D. Antônio de Macedo Costa na capital da Província Pará, destinado para a educação do sexo feminino. Na sua origem, atendia apenas meninas órfãs e desvalidas e chamava-se Asilo de N. S. do Carmo. A partir de 1873, ao mudar para o prédio do Convento dos padres franciscanos, passou a ser chamado de Asilo de Santo Antônio. Em 13 de janeiro de 1878, foi reinaugurado pelo bispo do Pará, já sob a liderança das Irmãs Mestras do Instituto de Santa Dorotéia. Esse Asilo-Colégio, em pouco tempo sob a liderança das freiras desse instituto e assistido de perto por D. Antônio de Macedo Costa, transformou-se em um dos mais importantes estabelecimentos escolares da Província do Pará no final do século XIX. No século seguinte, continuou prestando relevantes serviços para a população feminina do Pará, e atualmente é uma escola particular de Ensino Fundamental e Médio para ambos os sexos, ainda sob a liderança das freiras de Santa Dorotéia, funcionando no mesmo prédio onde foi fundado no centro de Belém. Para se compreender o universo social-político e pedagógico do Asilo de Santo Antônio nesse período, se faz necessário primeiramente, entender o contexto da sociedade que o produziu, pois como bem explicitou Ester Buffa e Paolo Nosella (2008, p.21), na escrita da história de uma instituição educativa a sociedade que a produziu não pode ficar esmaecida. Por isso, para os autores “uma linha metodológica que descreva o particular, deve explicitar também, suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural, dialeticamente relacionados”. Neste sentido, apresento nesta primeira seção, a localização da cidade de Belém, sua população, aspectos sociais e políticos; o processo de modernização desencadeado pela industrialização e circulação do capital; a forte crença na ciência e educação, alguns aspectos da Instrução Pública na Província do Pará nos anos de 1878 a 1888, a origem do Instituto das Irmãs de Santa Dorotéia e do Asilo de Santo Antônio.

1.1 Localizando Belém do Grão-Pará: aspectos sociais, econômicos e políticos.

A cidade de Belém foi fundada pelos portugueses no início do século XVII, mais precisamente em 1616, pelo grupo liderado por Francisco Caldeira Castelo Branco que veio tomar posse do lugar e garantir efetivamente esse território à Coroa portuguesa. De acordo Arthur Cezar Ferreira Reis, a primeira impressão que Castelo Branco teve sobre o lugar foi: “terra sadia

de muitos bons ares, fertilíssima em tudo, inclusive pela abundancia e docilidade do gentio, superior ao restante do Brasil” (REIS, 1993, p.5-7). No século XIX, entretanto, de acordo com José da Gama e Abreu (Barão do Marajó), as Províncias no Norte (Pará e Amazonas) eram vistas pelos Estados do Sul com preconceito, ou seja, “somente como serras habitadas por hordas de selvagens bravios, com inóspitos e ínvios sertões com poucos e minguidos povoados em que abundam os animais e aves”. Segundo José da Gama e Abreu, os próprios livros publicados na Europa sobre a Amazônia continham erros, por isso propunha que os próprios filhos da terra escrevessem sobre ela, mas “sem tocar os extremos de uma ignóbil maledicência, ou de uma benevolência exagerada” (ABREU, 1992, p. 5-6).

O lugar escolhido para a fundação da cidade está localizado na Latitude: 01° 23'.6 Sul e Longitude: 048° 29'.5 Oeste, na região Norte do Brasil, aproximadamente a 160 km ao sul da linha do Equador (DERGAN, 2006, p.15). A opção pelo lugar, de acordo Maria de Nazaré Sarges (2010), tinha como objetivo “desembarcar com segurança e ainda fixar seu ponto de resistência a futuros ataques e defesas das terras conquistadas”, por isso Castelo Branco construiu sua fortificação em uma ponta de terra alta e cercada de águas. Essa primeira construção era bem rústica feita de madeira e palha “recebeu o nome de Forte do Presépio, atualmente, Forte do Castelo, dando início à formação do primeiro aglomerado urbano, mais tarde conhecido por Feliz Lusitânia e, posteriormente, Santa Maria de Belém do Grão-Pará” (SARGES, 2010, p.61-62).

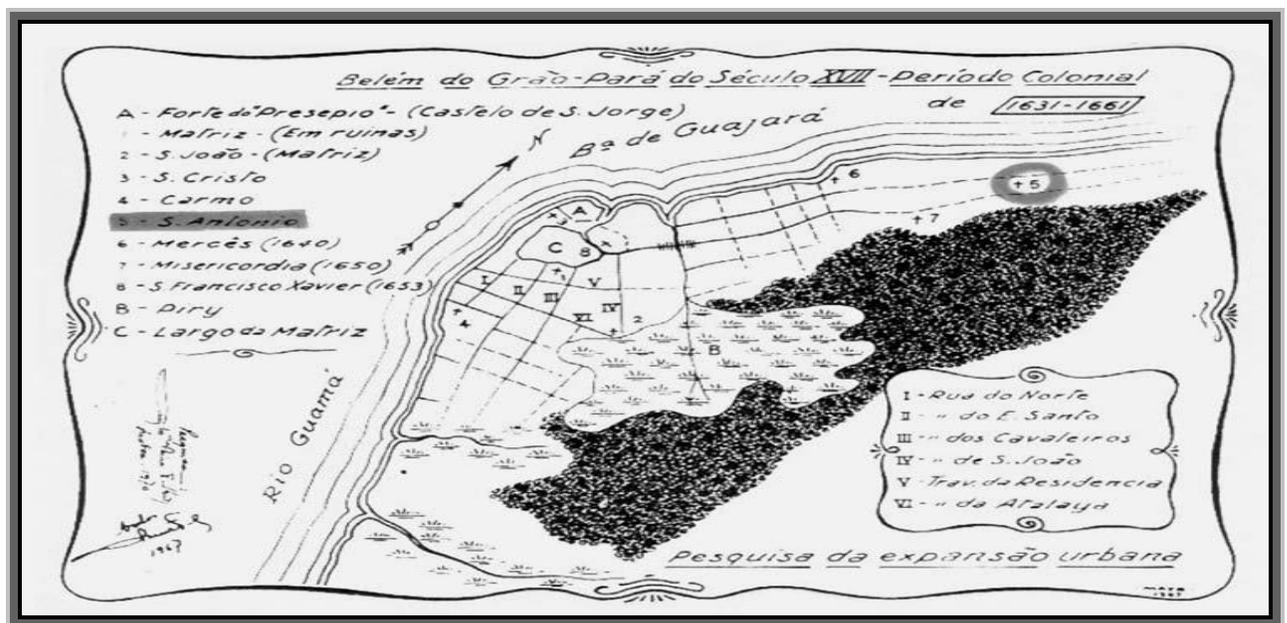


Figura 03: Mapa de Belém do século XVII

Fonte: AMORIM, 2005, p. 139.

O mapa de Belém do século XVII, mais especificamente, dos anos de 1631 a 1661, mostra as primeiras ruas e principais construções, destacando-se a residência dos padres franciscanos (nº 5 da imagem), lado direito do rio do Piry (letra B), onde foi construído o Convento de Santo Antônio que na segunda metade do século XIX, viria se tornar o Asilo de Santo Antônio.

O território atual da cidade de Belém corresponde às áreas continental e insular. A área continental da cidade tem uma área de 173,17 Km² e insular de 342,52 Km² (DERGAN, 2006, p.15). A parte continental da cidade começa às margens rio Guamá e Baía do Guajará e faz fronteira com o município de Ananindeua. Já área insular é composta por 39 ilhas (DERGAN, 2006, p.15). Como se pode observar na imagem abaixo, as maiores ilhas são: Mosqueiro, Caratateua (Outeiro), ilha das onças, Combu e Cotibuja.



Figura 03: Mapa da cidade de Belém.

Fonte: <http://mapasblog.blogspot.com.br/2012/04/mapas-de-belem-pa.html>

Atualmente, Belém é composta por muitos bairros e até 2007 tinha uma população de 1.408.847 habitantes, de acordo com os dados do IBGE. Mas, entre os anos de 1879 a 1888, como era Belém? A Belém da segunda metade do século XIX era bem diferente da Belém de hoje. A historiadora *Maria de Nazaré Sarges* (2010) na sua obra “*Belém: riquezas produzindo a*

Belle-Époque (1870 – 1912)”, mostra as profundas transformações que a cidade passou, principalmente no período de grande produção e exportação da borracha na região amazônica. De acordo com Sarges (2010), no século XIX, Belém era formada por duas freguesias: a da Sé (atual cidade velha) e freguesia da campina. Esta segunda freguesia ficava na parte sul da cidade, do outro lado do rio do Piry, hoje atuais bairros do comércio e campina. No ano de 1833, as duas freguesias contavam com uma população de 13.247 habitantes, tendo a Sé 699 domicílios e a Campina 1.236. Um total de 35 ruas; 31 travessas e 12 largos (SARGES, 2010, p.80). Era na freguesia da campina que estava localizado o Convento de Santo Antônio, que a partir de 1873 passou a se chamar Asilo de Santo Antônio.

A partir da década de 70 do século XIX, houve um crescimento significativo da população da Província do Grão-Pará. Segundo Sarges (2010), no ano de 1872, a população do Pará era de 275.237 e de Belém 61.997 habitantes. Já nos anos de 1900, a população da Província aumentou para 445.356, e de Belém passou para 96.560 habitantes. Esse crescimento, de acordo com Sarges, provocou “um impacto na cidade, na medida em que o aparelho urbanístico mostrou-se insuficiente para atender às demandas da população” (SARGES, 2010, p. 146). De acordo com essa autora, os motivos para esse rápido crescimento populacional está diretamente ligado a busca pela goma elástica e migração de milhares de nordestinos que fugiam da seca, principalmente a partir do ano de 1877, em busca de melhores condições de vida. Esses fatores impostos pela economia da borracha iriam “provocar repercussões nas relações econômicas, políticas, culturais e sociais na região” (SARGES, 2010, p. 96).

A Belle-Époque amazônica sustentada pela riqueza da borracha possibilitou uma transformação na fisionomia da cidade com a construção de suntuosos prédios, praças, colégios, teatros, e alargamentos de avenidas e da iluminação pública, bondes elétricos, fábricas, entre outros. Além disso, Sarges (2010), também mostrou que esse período produziu uma elite intelectual, filhos dos ricos seringalistas que foram estudar na Europa, e ao voltarem, ajudaram a aumentar o número de profissionais liberais, assim como também introduzir novos hábitos na vida da elite paraense, com a construção de casas inspiradas no *Art Nouveau*², com a importação de azulejos, móveis e objetos, roupas e utensílios da Europa, principalmente da França. Essa elite

² Para Bassalo (2008) o Art Nouveau era um novo modo de arte que rejeitava sutilmente a máquina, adotando uma atitude exclusiva e requintada em relação à arte e à vida, que aliava com simplicidade, o belo ao útil, a matéria ao espírito, adaptando de maneira harmoniosa a estética e a técnica.

também mandava buscar companhias artísticas na França, Portugal e Rio de Janeiro para se apresentarem no Teatro da Paz e também construiu novos espaços de sociabilidade e diversão em Belém “como Café Chic, Café da Paz (local preferido para reunião política), Moulin Rouge, Chat Noir, Café Madri e Café Riche, este último considerado um dos principais centros da sociedade paraense” (SARGES, 2010, p. 111-13).

Esse período da história paraense trouxe mudanças com o *boom* da economia da borracha (não somente na fisionomia urbana das principais cidades da Amazônia como Belém e Manaus, mas também no comportamento e modo de vida burguês, inspirado principalmente, no modelo francês), foi definido também por Nazaré Sarges como um período de grande crescimento populacional, mas que agravou a insalubridade e a escassez de habitação, aumentando assim, os problemas sociais na região (SARGES, 2010, p. 199).

Dentre os problemas sociais produzidos pelo advento da industrialização, no caso da Amazônia, da economia da borracha, têm-se o problema da criminalidade. Esse problema que na visão dos liberais do Pará fazia aumentar cada vez mais a violência no país era provocado pela falta de uma boa e sólida educação: “Se vós deres, leitor, ao trabalho de estudar atentamente a estatística criminal, ficareis assombrado de ver por quanto a ignorância e a miséria entram na criminalidade” (O LIBERAL DO PARÁ, 12-02-1878, p.1.).

Para os liberais a causa do aumento do crime no país estava ligado diretamente à ignorância e à miséria, que por sua vez produziam o abandono de meninos que ficavam sem educação ou criação adequada, tendo como consequência a formação de uma espécie de “tribo selvagem de onde saem os capoeiras, ratoeiros, ladrões e assassinos” (O LIBERAL DO PARÁ, 12-02-1878, p.1.).

Os grupos ou maltas de capoeiras formados por adultos e muitos jovens e até crianças no final do século XIX e início do século XX, como mostrou Carlos Eugênio Líbano Soares (2002), no Rio de Janeiro e Luiz Augusto Pinheiro Leal (2008) no Pará, eram vistos pela elite brasileira como grupos que promoviam a violência e o crime. No rio de Janeiro e no Pará, segundos os autores, os “capoeiras” eram constantemente acusados de vários crimes, entre eles agressão, roubos e até assassinatos. Para os liberais, a culpa por esse tipo de problema social era do próprio governo Imperial, que ao invés de construir asilos ou jardins de meninos, preferia construir hospitais, hospícios e prisões. Para eles “se houvesse jardins de meninos e escolas em

maior número não haveria necessidade de tantas prisões e hospitais” (O LIBERAL DO PARÁ, 12-02-1878, p.1.).

De acordo com Gondra e Scheuler (2008, p.108), nas últimas décadas do período imperial foram criados em todo país, asilos e colégios para meninos e meninas. Essas instituições públicas e privadas buscavam amparar a população desassistida “representada sob adjetivos de arruaceiras, capoeiras e delinquentes”. Essas instituições, além de assistir, tinham também como objetivo controlar essa população desvalida, na medida em que combinava “rudimentos de instrução com aprendizagem profissional” (GONDRA E SCHEULER, 2008, p.108).

Essa modernidade imposta pela industrialização e pela economia da borracha que faziam aumentar os problemas sociais na Amazônia, iriam também possibilitar a circulação nos interiores do Pará de bens materiais e novas ideias que chegavam nos navios modernos, como ressalta Inglês de Sousa (1853-1918) no canto “O donativo do capitão Silvestre”:

Era no ano de 1862 e chegara do Pará o vapor Manaus, trazendo notícias circunstanciadas do conflito levantada pelo ministro inglês Wilam Dougal Christie a propósito das reclamações de súditos brasileiros e ingleses, que deviam regular-se pela convenção de 2 de junho de 1858, e sob o pretexto da prisão de alguns oficiais da fragata Forte. A atitude arrogante e violenta de Christie indignara o povo, despertando o pundonor nacional, e agitando patrioticamente os ânimos (SOUSA, 2011, p.65).

Como se observa nos contos e romances da literatura da época (importantes fontes para a escrita da história paraense, neste caso, dos contos de Inglês de Sousa), os moradores das Vilas mais afastadas do interior do Pará não estavam aquém das novidades e debates políticos que se travavam na Capital como se pode observar também no conto “*Amor de Maria*”:

Depois que se começou a tomar a sério esse negócio de partido, que os doutores do Pará e do Rio de Janeiro inventaram como meio de vida, em uma aldeola de trinta casas as famílias odeiam-se e descompõem-se, os homens mais sérios tornam-se patifes refinados [...] Sem conhecerem a força dos vocábulos, o fazendeiro Moraes é *liberal* e o capitão Jacinto é *conservador*. Por mim, entendo que era melhor sermos todos amigos, tratando do nosso cacau e da nossa seringa, que isso de política não leva ninguém a diante e só serve para desgostos e consumições. Que importa que seja deputado o cônio Siqueira ou o doutor Danim? O principal é que as enchentes não sejam grandes e que o gado não morra da peste. O mais é querer fazer do podre gente de carga, vítima de imposturas! (SOUSA, 2011, p.48).

Como mostrou Inglês de Sousa na obra “Contos Amazônicos”, de 1893, da qual faz parte uma coletânea de contos, dentre eles, os acima citados, as vidas dos moradores do interior do Pará também eram diretamente afetadas pelas políticas imposta pela corte e capital da Província, no contexto das disputas políticas entre liberais e conservadores.

No Pará, na segunda metade do século XIX, as elites intelectual e política defensoras de princípios liberais irão se apropriar principalmente dos jornais para difundir suas crenças e ideias. O jornal O Liberal do Pará (1869 – 1889) foi o principal instrumento de luta desse grupo. Esse jornal foi fundado em Belém no dia 10 de Janeiro de 1869 com os seguintes fins: defender, sustentar e difundir as ideias liberais (O LIBERAL DO PARÁ, 10-01-1869, p.1). De propriedade de Manoel Antônio Monteiro, as primeiras edições foram realizadas na tipografia do Jornal do Amazonas. Esse impresso, era uma importante voz dos liberais paraenses, mas teve que fechar as portas “por motivos independentes de sua vontade”. Sobre isso os liberais assim reclamam na sua primeira edição (1869, p.1): “Por motivos que não importa indagar, e que o leitor torna-se indiferente saber, fizeram sustar a publicação do Jornal do Amazonas, que durante largo espaço de tempo foi um firme sustentáculo das ideias liberais nesta Província”.

Essa perseguição aos liberais que culminou com o fechamento do Jornal do Amazonas, era visto por eles como uma guerra de extermínio ao Partido Liberal. Para os liberais a criação do jornal O Liberal do Pará era uma resposta e a “a prova mais valente que o partido liberal podia ora dar da sua validade” (O LIBERAL DO PARÁ, 10-01-1869, p.1).

Segundo os liberais do Pará, diante da impossibilidade de não poderem contar com os votos das urnas (devido à vigilância dos agentes do governo imperial que impediam que se votasse em pessoas que não fossem do partido conservador), a imprensa era a única guarida que podiam contar: “A imprensa, pois, é a única válvula de respiração que ainda nos resta a nós os proscritos dos senhores deste mísero país, digno de melhor sorte” (O LIBERAL DO PARÁ, 10-01-1869, p.1).

De posse desse suporte de comunicação, os liberais do Pará partem para a luta com a seguinte certeza: “temos uma crença inabalável, e é que no fim desta luta em que estamos empenhados, a vitória será do partido liberal”, mas também desconfiavam os pioneiros, que talvez não vissem o raiar da democracia, mas apenas uma futura geração. E é possível que isso tenha acontecido para os mais velhos que tenham falecido antes do jornal completar 20 anos de fundação, quando ocorreu em 1889 a criação da república no país (O LIBERAL DO PARÁ, 10-01-1869, p.1). Embora, supondo que muitos deles não chagassem a ver o raiar da democracia, tinham certeza de que não iam faltar sucessores “amantes da liberdade” e desejos de “reformas constitucionais que hoje são abraçadas pelos principais órgãos do partido, por que entendemos

que elas são imprescindíveis para o engrandecimento deste país” (O LIBERAL DO PARÁ, 10-01-1869, p.1).

Por que os liberais do Pará defendiam uma reforma constitucional para o país e sonhavam com um governo democrático? Além da convicção política que defendiam, e da perseguição política que sofriam, como já expomos, que outros fatores lhes assustavam ao ponto de desejar intensamente mudanças? No texto intitulado “O Brasil na atualidade”, publicado em O Liberal do Pará, no dia 13 de janeiro de 1869, os liberais explicam o porquê de toda essa preocupação: Primeiramente lamentam o estado que chegou o Brasil, de “simples feitoria de meia dúzia de garimpeiros políticos” depois de tanto esforço para tornar-se independente. Em seguida, acusam a política imperialista de D. Pedro II pelo “estado desgraçado que chegamos”, isto é, dias de luto, encobertos por nuvens negras, como se o país estivesse sobre um vulcão pronto para explodir. E o mais incrível disso era, segundo eles, a “inércia do povo” devido à “cegueira” provocada pelo “brilho do trono” e passividade dos “intitulados amigos da ordem e defensores do trono” que não buscavam uma forma de “apagar as faíscas, a fim de que a erupção não se torne imediata!” pelas circunstâncias calamitosas que o Brasil passava devido às crises externa e interna:

No exterior estamos a braços com uma guerra, que tem custado somas enormes, e, o que é mais, que nos tem roupadado tato sangue brasileiro, guerra que ainda não foi concluída pela inércia do general em chefe, que apesar dos seus desatinos ainda continua a dirigir o exército!

No interior temos as nossas finanças arruinadas; os nossos mais sagrados direitos conculeados; o asilo do cidadão invadido a qualquer hora, a segurança individual sem garantia; a tribuna parlamentar trancada aos liberais; a imprensa ameaçada de ser amordaçada; o recrutamento em grande escala, sem serem tirados em conta as isenções legais; os empregados públicos que não acompanham o governo da sagrada sabedoria demitidos, e em seu lugar nomeados os filhotes da situação; os cargos políticos ocupados pelos *Gervasios*, e outros, verdadeiros tipos inércia; as leis promulgadas só em benefício dos adoradores da sagrada sabedoria; as eleições uma farsa ridícula; finalmente o governo representativo uma mentira. (O LIBERAL DO PARÁ, 13-01-1869, p.1).

Diante de tanta calamidade apontada pelos liberais no período da fundação do jornal O Liberal do Pará, como a guerra contra os paraguaios, a crise interna da economia e os abusos políticos dos conservadores, a “salvação” estaria numa simples mudança de postura política do Imperador ao “se compenetrar de que não deve continuar a representar o inglório papel de chefe deste ou daquele partido, no dia em que se constituir chefe da nação”. Portanto, se D. Pedro II deixasse de beneficiar os partidos conservadores, acreditavam os liberais que os empecilhos seriam menores para eles fazerem as reformas constitucionais. (O LIBERAL DO PARÁ, 13-01-

1869, p.1). Com essa convicção, os liberais irão produzir e reproduzir (textos publicados em outros impressos do país), nas páginas de seu jornal, um forte discurso também em defesa da instrução escolar. Essa crença na educação era compartilhada tanto pela elite intelectual e política conservadora como pelo clero romanizador, os quais também defenderam a instrução pública como instrumento de transformação da sociedade brasileira no final do século XIX.

1.2 A crença da elite paraense na instrução pública nas décadas de 1870 a 1880.

A forte crença na ciência e na educação como possibilidade de se alcançar a civilização e progresso foram determinantes para algumas transformações importantes nesse campo no país. No campo da ciência a partir da década de 70 do século XIX, segundo Lília Schwarcz (1993, p. 38,39) vai circular no Brasil muitas ideias novas devido à reestruturação e criação de instituições importantes como os Museus (Nacional, Paulista e Paraense de história natural), os Institutos Históricos e Geográficos, as Faculdades Medicina e Direito. Além dessas instituições, vale também destacar a criação da *Academia brasileira de letras* em 1896.

No campo da educação, José Gondra e Alessandra Schueler mostram que no país, no decorrer do século XIX, foram criadas redes de sociabilidades pelo trabalho de várias instituições como as confrarias, irmandades religiosas e leigas, lojas maçônicas, grêmios, academias, sociedades corporativas ou profissionais, científicas, literárias, filantrópicas e pedagógicas. Essas instituições ajudaram na divulgação e circulação de ideias e projetos de civilização e educação na sociedade oitocentista (GONDRA & SCHEULER, 2008, p.64).

Para Lília Schwarcz (1993), a história dessas instituições e de seus intelectuais do final século XIX, até as três primeiras décadas do século XX, não podem ser analisadas sem considerar a questão racial ou problema da mestiçagem que pregava entre outras coisas, que a hibridização das raças no Brasil seria um fator negativo devido à inferioridade do negro e do índio (SCHWARCZ, 1993, p.13,14).

As instituições escolares no Brasil, nesse período, obrigatoriamente deveriam trazer ao povo às luzes da instrução para modificar a raça e fazer recuar a tradição de um povo mestiço, a fim de tornar o país numa verdadeira nação. Na Amazônia não era diferente, havia também nos discursos de políticos e intelectuais, uma forte crença na educação como um instrumento capaz de transformar os maus hábitos e vícios oriundos do nosso processo de colonização:

Antônio Vieira – depois de resenhar os homens e as causas, “assentando que a raiz dos vícios da terra é a preguiça”, resumiu os traços característicos dos habitantes, deste modo desalentador: “lascívia, bebedice e furto” [...] abre-se as páginas austeras de Russell Wallace, e vê-se que alguma vez elas parecem traduzir ao pé da letra os dizeres do arguto beneditino, porque a sociedade indisciplinada passa adiante das vistas surpreendidas do sábio drinking, gambling and lying – bebendo, dançando, zombando – na mesma dororíssima inconsciência da vida [...] esse sistemático reiniciar de escrúpulos e esse coração leve para o erro, são seculares, e surgem de um doloroso tirocínio histórico que vem da “Casa do Paricá `a barraca dos seringueiros” (CUNHA, 1999, p.11).

No texto acima, de autoria de Euclides da Cunha, na obra *A Margem da História* (1909), se observa que ele concorda com as descrições que o padre Antônio Viera e o viajante Russell Wallace, fizeram do povo Amazônico. Entretanto, aponta que esse doloroso tirocínio histórico, que vem da Casa do Paricá (dos indos) à barraca dos seringueiros (dos cablocos), está diretamente ligado a questão étnico-social: “a sociedade indisciplinada” com “coração leve para o erro” não é a elite branca da Amazônia, são os mestiços pobres. Para solucionar esse problema, Euclides da Cunha vai propor a educação pelo exemplo com a vinda de brancos europeus para a Amazônia:

Aos conquistadores tranquilos não basta o perquirir as causas meteorológicas ou telúricas das moléstias iminentes aos trechos recém-conquistados, na escala infinita que vai das anemias estivais as febres polimorfos. Resta-lhes o encargo maior de justapor os novos organismos aos novos meios, corrigindo lhes os temperamentos, destruindo lhes velhos hábitos incompatíveis, ou criando-lhes outros até se construir, por um processo a um tempo compensador e estimulante, o indivíduo inteiramente aclimatado, tão outro por vezes nos seus caracteres físicos e psíquicos que é, verdadeiramente, um indígena transfigurado pela higiene. Para isso o colono, ou o emigrante, tornar-se em toda parte um pupilo do Estado. Todos os seus atos, desde o dia da partida até aos últimos por menores da alimentação ou de vestir, predeterminam-se em regulamentos rigorosos (CUNHA, 1999, p.31)

Para Bezerra Neto (2002), o paraense José Veríssimo (1857-1916) ainda em Belém já defendia a tese de que os males da nossa origem estava no passado colonial. Para ele, as condições lastimáveis que o país se encontrava, era devido “as condições sociais, políticas e religiosas em que se deram os cruzamentos” da raças, estando portanto, os cruzamentos das raças no Pará profundamente degradadas (BEZERRA NETO, 2002, 53). Entretanto, Veríssimo via na própria mestiçagem amazônica a solução para os “males da nossa origem” com o processo de branqueamento da população, tendo como consequência o predomínio dos “elementos raciais superiores durante o processo de mestiçagem, subtraindo-se os caracteres físicos e morais daqueles considerados inferiores” (BEZERRA NETO, 2002, p. 54).

Para a superação dos problemas oriundos do nosso passado colonial, José Veríssimo vai defender uma profunda reforma no sistema educacional brasileiro, pois só assim seria possível formar o caráter e desenvolver um verdadeiro sentimento nacional. Para ele, a educação seria o único instrumento eficaz para a superação do atraso cultural que o país se encontrava. Essa tese está expressa na obra “A Educação Nacional” publicada primeiramente no Pará em 1890 e depois no Rio de Janeiro, em 1906, onde Veríssimo “não só afirma essa convicção como também conclama a classe política a assumir a educação no país” (FRANÇA, 2007, p. 170).

De acordo Sonia Araújo (2007) no período que viveu no Pará, José Veríssimo atuou firmemente em defesa das ideias liberais exercendo atividades no jornalismo, no magistério e no funcionalismo público. Cooperou nos jornais O Liberal do Pará, Diário do Grão Pará, Província do Pará, Comércio do Pará e A República. Também fundou em 1879 o jornal trimestral Gazeta do Norte, a Revista Amazônica (1883- 1884), fundou e dirigiu o Colégio Americano (1884-1890) e foi Diretor da Instrução Pública do Pará de 1890 a 1891 (ARAÚJO, 2007, p. 2122). Por toda essa experiência, Veríssimo participou ativamente das discussões das questões políticas e da Instrução Pública, propondo e adotando medidas, inclusive, para melhorar a educação no Pará e no Brasil.

Para a elite conservadora, entretanto, o problema da nação não estaria no regime monárquico, mas em outros fatores, dentre eles, a falta de educação escolar. Nisso concordavam com os liberais de que se deve investir cada vez mais na instrução popular. Assim temos nas falas dos políticos e dos presidentes da Província do Pará, um forte apelo aos seus colegas que compunham a Assembleia Legislativa, para melhorar o quadro da situação da Instrução Pública na região como podemos observar na fala do o Dr. Abel da Graça:

Senhores, nenhum país alcançará jamais uma propriedade real sem tomar por guia o desenvolvimento da inteligência. A instrução pública que eu tomo como sinônimo de instrução popular é tão necessária a um povo, como luz que nos faz distinguir uns dos outros: É o farol que ilumina o espírito dos cidadãos e ensinar-lhes a serem bons pais, amigos e bons patriotas. Se a necessidade de instrução é tão imperiosa, o primeiro dever dos que têm a seu cargo promover o bem geral é procurar satisfazê-la. (Pará, 1871, p.13).

Como se observa no discurso do Presidente da Província do Pará, Abel da Graça, a instrução popular era a condição indispensável para se alcançar o progresso. Para ele, sem o “desenvolvimento da inteligência”, sem a luz que “ilumina o espírito dos cidadãos”, não

teríamos “bons pais, amigos e bons patriotas”. Além disso, defendia a instrução popular como o “primeiro dever” daqueles que assumem o governo (Pará, 1871, p.13).

Para o deputado provincial João Capistrano Bandeira de Melo Filho o desenvolvimento da Instrução Pública deveria ser um assunto que prendesse a atenção dos políticos paraenses devido a “influencia prodigiosa na civilização e no progresso de qualquer país”. Por isso, em sua opinião, a instrução pública precisava se constituir em programa prioritário de todos os governos. Portanto, para João Capistrano, só a educação do povo poderia possibilitar uma verdadeira transformação na sociedade brasileira: “Somente a instrução pode dar ao cidadão a consciência de seus deveres, imprimir em seus atos o selo de sua dignidade, torná-lo incompatível com o crime e fazê-lo apto para os diversos misteres da vida pública”. (PARÁ, 1877, p. 77).

Para o presidente José da Gama Malcher, a Instrução Pública era também um “importantíssimo ramo do serviço público” e, embora ainda não fosse inteiramente satisfatório seu estado na Província paraense, reconhecia que ela vinha progredindo a cada ano. Por isso, sabendo que os poderes públicos vinham reconhecendo a instrução popular como “um dos principais elementos de progresso e civilização” procurou no seu governo fazer tudo que lhe cabia para seu desenvolvimento, para desse modo, “secundar as vistas generosas e patrióticas do governo imperial e da Assembleia Legislativa Provincial” (PARÁ, 1878, p.66, 67).

O Presidente José Coelho da Gama e Abreu no seu relatório apresentado a Assembleia Provincial do Pará, em 1880, vai afirmar que “não é para vivermos uma vida quase brutal que nascemos dotados de inteligência”. Pelo contrário, o papel das pessoas enquanto seres inteligentes, seria segundo ele, realizar “um certo ideal por meio do predomínio da livre vontade sobre o instinto”. Mas, também adverte que essa “liberdade na vontade deve ter forçosamente por principais auxiliares tudo quanto possa esclarecer a consciência, iluminar o espírito, ou outras palavras, a educação é ilustração dos indivíduos” (PARÁ, 1880, p.7).

Para o presidente Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, o “desenvolvimento da instrução depende em grande parte a facilidade dos indivíduos e a grandeza e prosperidade das nações” (PARÁ, 1882, p. 59). Para esse presidente, era necessário “fazer chegar à instrução a todos os pontos por meio de escolas regulares”. Devido a essa crença das autoridades na educação, segundo o Dr. Manuel Pinto, a expansão da instrução pública estava entre as principais preocupações dos poderes públicos “que ultimamente tem empregado todos os meios ao seu

alcance, para que, o ensino público seja disseminando por todo o país” (PARÁ, 1882, p. 60). Nesse sentido, defende que na Província do Pará, embora esse importantíssimo ramo do serviço público não tenha alcançado o grau de desenvolvimento desejado, vinha recebendo nos últimos anos certa atenção e esforços da Assembleia Legislativa provincial e dos seus dignos antecessores (PARÁ, 1882, p. 60).

O presidente Francisco José Cardoso Júnior, no relatório de 1888, lamenta ter sido impedido de fazer o que pretendia pela educação, por falta de autorização legal. Para ele, esse importante ramo do serviço público na Província do Pará estava prejudicado. Além disso, a forma como o ensino estava organizado, pouco proveito poderia trazer para instrução pública na Província (PARÁ, 1888, p. 10).

No Pará, entre o clero católico, desde o século XVIII, já havia um discurso em defesa da educação como se pode observar no trecho de autoria do bispo do Pará, Frei Caetano Brandão (1740-1805), reproduzido no jornal A Estrela do Norte, onde ele afirmava que “a educação dos meninos é a causa mais recomendável: ao menos ninguém poderá contestar que entra na ordem das primeiras causas que influem no bem de um e outra republica, cristã e política” (A ESTRELA DO NORTE, 1863 p. 245). Portanto, para ele, qualquer governo para ter sucesso e alcançar a felicidade, precisava investir na formação dos “ternos corações da mocidade”, semeado e cultivando em boa terra para se chegar à glória e ao bem sólido da humanidade:

Somei-se bom grão nesta terra ainda fresca e mimosa, cultive-se com zelo e indústria; nem a requeime o ar empestado dos maus exemplos; e logo a republica virá a ser como um ameno jardim povoado de árvores vistosas e frutíferas, quero dizer, de sujeitos que pelas suas belas ações contribuam à glória e ao bem sólido da humanidade (A ESTRELA DO NORTE, 1863 p. 245).

Para o bispo D. Antônio de Macedo Costa, entretanto, aquilo que deveria elevar o país a altura de seus destinos encontrava-se deficitária entre nós, pela “falta de uma legítima educação religiosa e política, e por consequência a falta da devida apreciação dos fatos”. Segundo D. Macedo Costa, essa falta de educação adequada, era um “dos maiores males que o homem pensador tem de lamentar entre nós” (A ESTRELA DO NORTE, 1863 p. 81). Por isso, ao assumir a arquidiocese do Pará, vai esmerar-se para tirar o povo da penumbra e levá-lo para a luz, para a civilização. E, embora não podendo fazer muitas coisas por falta de recurso, acreditava na “lei do desenvolvimento, na lei do progresso”, ou seja, que pequenas ações poderiam se

“desdobrar em conseqüências imensas que vão influir poderosamente no futuro destino dos povos” (COSTA, 1871, p.1).

Devido a essa crença na “lei do progresso”, D. Macedo Costa vai dizer no “Discurso pronunciado na inauguração da Biblioteca Pública” (hoje Atual Arquivo Público) em 25 de Maio de 1871 em Belém, que a inauguração daquela instituição poderia ser considerada pouca coisa para alguns, mas “significava na verdade um bem transcendental que traria fatos imensos porque por meio dela, viria uma “causa melhor”, a instrução e com ela a civilização:

Porque, notai, eu não venho chamar as benções da Religião precisamente sobre uma Biblioteca; o que eu abençôo, o que vós todos abençoais comigo, em nome da Religião, em nome da humanidade, é outra causa melhor: - é a instrução a derramar-se: - é a civilização a expandir-se; é um porvir inteiro a rasgar-se diante de nossos olhos todo iluminado e cheio de esperanças (COSTA, 1871, p.3,4).

Para outro padre brasileiro identificado apenas como Frei de M., que escreveu de Paris em 24 de fevereiro de 1864 e teve seu texto publicado no jornal A Estrela do Norte, o governo imperial, ao sancionar uma lei que suprimia cadeiras do Seminário, deixando essa responsabilidade apenas nas costas dos bispos, não estava favorecendo nem facilitando “os grandes movimentos do pensamento humano” no Brasil (FREI DE M., In: A ESTRELA DO NORTE, 1864 p. 121). Para ele, o governo que se dizia amigo do progresso deveria cumprir a sua mais bela missão de educar o povo, porém, se o governo não agisse dessa forma por desconhecer a importância da educação como “o único meio de esclarecer o espírito, e o laço social que exerce uma legítima influência sobre o povo” seu futuro seria vegetar e morrer “desconhecido como a maior parte dos povos incultos” (A ESTRELA DO NORTE, 1864 p. 122). De acordo com esse Frei, a instrução e a religião são irmãs e filhas do céu, por isso, ambas tendem a levar a todos para a região celeste. (A ESTRELA DO NORTE, 1864 p.123).

Nesse sentido, haverá um consenso entre liberais, conservadores e clero romanizador de que o único caminho para salvar o país do atraso em que se encontrava seria pela educação da infância. Para o presidente da Província do Pará, José Coelho de Gama e Abreu: “o primeiro passo para instrução e progresso dos povos é a escola primária, é o primeiro elo da cadeia de conhecimentos necessários a produção das mais elevadas concepções do espírito humano” (PARÁ, 1880, p. 7). Para os liberais, deveriam ser construídos em todo país asilos ou jardins de meninos para atender a população infantil, a fim de se evitar o aumento da criminalidade (O LIBERAL DO PARÁ, 12-02-1878, p1). O clero romanizador buscando alcançar os seus

objetivos vai criar várias instituições educativas para meninos e meninas como fez na Amazônia D. Antônio de Macedo Costa.

1.3 O contexto da instrução pública e religiosa nas décadas de 1870 e 1880.

O Pará, relativamente falando, é uma das que apresenta mais forte relação entre o número de meninos de um e de outro sexo, que frequentam as escolas e o que as podiam frequentar, isto é, que estão entre 6 e 14 anos de idade; entretanto há alguns pontos que são mencionados a anos pelo digno diretor de instrução pública sem serem atendidos (PARÁ, 1880, p. 7).

O texto acima, de autoria do Presidente da Província do Pará, José Coelho (1880), de Gama e Abreu aponta um relativo progresso nesse campo no que tange a relação entre o número de crianças de ambos os sexos em idade escolar, isto é, entre 6 e 14 anos de idade, que frequentavam ou podiam frequentar as escolas naquele ano, entretanto, reconhecia que ainda existia alguns pontos requeridos pelo diretor de instrução pública há anos, que não havia sido atendidos (PARÁ, 1880, p. 7).

Arthur Vianna (1873-1911) mostra que esses “pontos que precisavam ser atendidos” vêm de longos anos e estão diretamente ligados aos interesses econômicos da colônia portuguesa na região (VIANNA, 1987, p.1). De acordo com Arthur Vianna, a educação no Pará passou por quatro fases, que vão desde a fundação da Capitania até a proclamação da República. Segundo ele, as três primeiras fases foram de extrema decadência e a quarta (fase republicana), de renascimento e melhoria da instrução pública, devido a uma série de reformas que se iniciaram a partir do início do primeiro governo republicano paraense.

A tese de que os períodos colonial e imperial foram de extrema decadência, era usada pelos republicanos como forma de legitimar o novo regime. Arthur Vianna não fugia aos princípios republicanos de análise, pois nasceu e viveu num período crucial da história paraense: a passagem Império para República. Nesse momento histórico, as ideias novas estavam efervescentes nos meios políticos e acadêmicos, dos quais Vianna fazia parte.

Arthur Vianna nasceu na freguesia de Sant’Ana, centro de Belém, estudou no Liceu Paraense, onde foi também professor, formou-se na antiga Escola de Farmácia do Pará, foi nomeado pelo governador Augusto Montenegro diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, em 1901, exerceu também os trabalhos de jornalista e de historiógrafo. Fundou junto com vários intelectuais paraenses o Instituto Histórico e Geográfico Etnográfico do Pará, em 1900. Após

formar-se em medicina no Rio de Janeiro, morreu logo em seguida, no ano de 1911, com apenas 38 anos de idade. Dentre suas várias obras, encontra-se a mais conhecida, “A Santa Casa da Misericórdia Paraense, Notícias históricas-1650 – 1902”, reeditada em 1992, pela SECULT-PA. Por toda essa experiência de vida, Arthur Vianna vai construir uma visão negativa acerca dos períodos históricos anteriores a Republica, principalmente no que tange a instrução pública.

Segundo Arthur Vianna “a primeira fase da instrução publica do Pará, constata do primitivo aldeamento português aos decretos pombalinos contra os frades, exclusivamente a influência religiosa” (VIANNA, 1987, p.1). Nesse período, o interesse da colônia era “enriquecer a metrópole em detrimento de seu progresso material e moral” por isso não havia interesse da Metrópole em promover a instrução na Colônia e quando interveio nesse sentido, o resultado foi negativo.

Era natural e preciso mesmo que os governadores curassem ativamente do plantio e colheita do cacau, da baunilha, do urucu, do arroz, e pouco fizessem pela instrução popular que nem enchia navios, nem levava ao reino uma prova material de valor da sua possessão. Raras vezes interveio a metrópole no ensino público da capitania e algumas vezes o fez com funesto resultados como na provisão de 12 de Outubro de 1727, determinando que os missionários ensinassem aos indígenas a língua portuguesa, ficando de uma vez para sempre proibido o uso da língua geral que muitos conheciam e empregavam, com especialidade os jesuítas que nos legaram documentos valiosíssimos sobre a língua tupi. (VIANNA 1987, p.1).

Nessa primeira fase da Educação na Amazônia (1616-1759) a instrução era ministrada pelas seguintes ordens religiosas católicas: os mercedários (1640), os jesuítas (1653), os religiosos da Beira e Minho (1706), os religiosos da Piedade (1749), entre outras. Além dessas poucas escolas das ordens religiosas na capital, foram criados também em 1733 o Hospício da Vigia (para ensinar às crianças leitura, escrita, as quatro operações, aritmética, filosofia, latim, teologia e música), em 1751 o Seminário Eclesiástico pelo terceiro bispo, D. Frei Miguel de Bulhões e em 1753 a Escola da Língua Portuguesa de Ourém pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado (VIANNA, 1987, p.2).

De acordo com Arthur Vianna, essa primeira fase da Educação no Pará foi marcada por dois fatores negativos: a escassez do ensino e o indiferentismo do povo. Além de poucas escolas, não havia um interesse dos pais em matricular os filhos, o que obrigou o governador José da Serra, em 1733, publicar um documento na tentativa de “combater o triste desleixo dos pais” no qual recomendava “com insistência que refletissem sobre os benefícios da instrução, que com boa vontade cumprissem o dever de mandar seus filhos à escola”. Para piorar ainda mais o quadro da educação no Pará, segundo Vianna, veio a Lei pombalina, de 3 de Setembro de 1759

que expulsou de Portugal e dos seus domínios os principais educadores, os jesuítas (VIANNA, 1987, p.2, 3).

A segunda fase da Educação no Pará foi marcada, de acordo com Vianna, pelo esforço da Igreja Católica e pela tentativa do Estado de regulamentar o ensino público na capitania. Nesta fase, o Pará foi descrito por Vianna como “um lugar esquecido pelos reis e ministros na sua acanhada vida de colônia”, cuja população encontrava-se “abandonada a si mesmo, sem recursos higiênicos, balda de socorros aos pobres, de educação à mocidade” (VIANNA, 1987, p.2, 3).

Nos domínios da igreja, D. Frei Caetano Brandão vai criar em 1787 o Hospital da Caridade e um Asilo para abrigar e educar meninas índias. Na gestão do bispo D. Manoel de Almeida Carvalho foi criado outro Asilo para meninas índias. Entretanto, essa instituição só recebeu meninas índias nos primeiros anos, depois passou receber meninas pobres. Ao passar dos anos esse Asilo transformou-se no Colégio do Amparo (VIANNA, 1987, p.4). Esse Asilo foi chamado, de acordo com Elianne Barreto Sabino (2012, p.96) até 1851 de Acolhimento das Educandas. A Lei nº 205 de 2 de Novembro, sancionada pelo presidente Fausto D’ Aguiar determinou que ele passaria a se chamar Colégio de Nossa Senhora do Amparo tendo como fim recolher e educar as meninas desvalidas e expostas (SABINO, 2012, p.96). De acordo com Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França e Samara Avelino de Souza França (2011, p. 3), a partir do ano de 1897, durante a primeira República paraense, o Colégio do Amparo passou a chamar-se de Colégio Gentil Bittencourt e no ano de 1906, “no Governo Augusto Montenegro, instalou-se definitivamente na Av. Magalhães Barata, nº 137, Bairro de Nazaré, Belém do Pará, num suntuoso edifício, construído em um terreno de 20.393 m²”.

Segundo Vianna, na tentativa de organizar o ensino na Capitania, o governador Francisco de Souza Coutinho em observância ao dispositivo de 15 de Abril de 1799 regulamentou o ensino público pela carta régia de 28 de fevereiro de 1800, a qual definiu que a capital teria duas escolas primárias e três de humanidades, e no interior treze escolas elementares. Além dessas escolas, foram criadas ainda uma Escola de Artilharia (1803) para instruir os soldados e *uma Escola de Práticos* (1804), na costa do Pará (VIANNA, 1987, p.4).

De acordo com Arthur Vianna, essa segunda fase marcada pela “retirada dos religiosos ao alvorecer da independência brasileira, a instrução continuou mirrada os moldes atrasados”. A justificativa para esse atraso, segundo ele, estava na ausência de “um plano

pedagógico”, na centralização de todos os assuntos à subordinação do governador e falta de um professorado apto para o magistério. A consequência disso seria o analfabetismo, que crescia de forma assustadora (VIANNA, 1987, p.7).

A terceira fase que vai da Independência a República, Vianna divide em dois momentos. O primeiro vai da independência à Cabanagem, e o segundo, da Cabanagem até a República. No primeiro momento, segundo ele, a instrução pública vegetava com poucas escolas, das quais muitas não funcionavam por falta de professores. Na década de 1830, havia na capital apenas 6 escolas primárias e no interior das 25 escolas, apenas 11 funcionavam e as demais estavam fechadas por falta de mestres. Para Vianna, o precário estado da instrução pública era agravado pela “pobreza dos livros” ou faltas destes na Província (VIANNA, 1987, p.7, 8).

Para Arthur Vianna, o problema da falta de docentes nesse período seria superado se o governo criasse uma Escola Normal para formar professores. Porém, isso só aconteceu meio século, depois da independência, com a Lei nº 669, de 13 de abril de 1871, na gestão do presidente Machado Portela. Em 1885, essa escola foi anexada ao Liceu Paraense pela Lei nº 1.224 de 3 de dezembro (VIANNA, 1987, p.7, 8). Entretanto, a legislação da instrução pública na Província do Pará, já apontava em 1839, para uma preocupação em formar professores para atender a Instrução Primeira, como podemos observar na Lei n. 33, de 30 de setembro de 1839, (nos artigos 1º e 2º) sancionada pelo Presidente da Província, Dr. Bernardo de Souza Franco:

Art. 1º. Fica autorizado o Presidente da Província a instituir nessa cidade uma Escola Normal, e a engajar na Corte do Império algum aluno hábil da escola ali criada, ou a mandar aplicar-se nela algum paraense, que dê provas de capacidade e aplicação.

Art. 2º. Também fica autorizado para mandar reimprimir o curso normal para os professores primários de Mr. De Gerando, já traduzido no Rio de Janeiro, o qual será distribuído pelo professor da Escola Normal aos seus alunos, e o será também a todos os professores de primeiras letras da província.

Clarice Nascimento Melo (2008) baseando-se em Vianna (1987), traz a informação de que em 1871 o presidente Joaquim Pires Machado Portela, autoriza pela portaria nº 29 de abril a criação de uma Escola Normal para ambos os sexos. A Escola masculina funcionaria no Liceu Paraense e a Escola Feminina no Colégio do Amparo (MELO, 2008, p. 69).

Pela Lei n. 848, de 29 de abril de 1875, o presidente da província, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides autorizou a criação da Escola Normal Primária. Essa escola deveria organizar-se da seguinte maneira: “sete cadeiras de instrução e de duas escolas práticas”. O curso de instrução estaria dividido em duas partes: a primeira constaria das disciplinas gramática da

língua nacional, aritmética e geografia elementar, noções de geografia e história do Brasil e disciplinas de pedagogia e legislação do ensino. Os professores destas matérias dariam suas lições diárias no Liceu Paraense e no Colégio de N. S. do Amparo. Na segunda parte seria ministrado as disciplinas moral e religião, desenho e música. Para exercício da prática de ensino seriam estabelecidas duas escolas modelos, uma no edifício anexo ao Liceu Paraense para os alunos mestres e a outra no colégio de N. S. do Amparo para as alunas mestras.

A Lei n. 1.224, de 03 de dezembro de 1885, sancionada pelo Presidente da província do Pará, Tristão de Alencar Araripe, autorizava “fundir no Liceu Paraense a Escola Normal”. Na prática isso significava, a transferência de professores e alunos da Escola Normal para o Liceu Paraense. Quanto à escola mista frequentada por ambos os sexos assim estabelecia a Lei no Art. 4º: “As aulas do Liceu Paraense poderão ser frequentadas por ambos os sexos, tendo as alunas uma inspetora e guardadas as distinções necessárias”. Como se pode observar, a Lei manda fundir as escolas, mas os estudantes do sexo masculino e feminino não podiam estudar juntos.

Os alunos aprovados nas matérias no Liceu “que atualmente se exige para a Escola Normal será considerado normalista”. Além desses normalistas, “os formados em direito, matemáticas, medicina, farmácia e os clérigos de ordens sacras poderão concorrer ao professorado com os normalistas”. Com a criação dessa Lei, procurava-se aumentar o número de docentes para o Ensino Primário na Província do Pará.

No ano de 1877, de acordo com o Relatório do presidente José da Gama Malcher foram matriculados na Escola Normal 82 alunos e mais 3 como ouvintes. Desses alunos, 30 eram do sexo masculino e 55 do sexo feminino. Dos alunos examinados ao final do ano o letivo, 5 foram aprovados com distinção, 35 aprovados plenamente, 13 aprovados simplesmente, 21 inabilitados (reprovados), 1 deixou de fazer o exame e 10 não concluíram o curso. Naquele ano, mostrou o presidente, Dr. José da Gama Malcher, que na Escola Normal, foram titulados 6 alunos e 5 alunas. Já as matrículas dos anos anteriores (1875 a 1877) foram: 67 alunos em 1875, 77 alunos em 1876 e 85 alunos em 1877, praticamente um aumento de 10 alunos a cada ano. Isso significava, em sua opinião, que a Escola Normal vinha tendo um ligeiro desenvolvimento e tendia a melhorar ainda mais, devido existir anexa a ela, uma Escola Prática, cuja função era possibilitar aos futuros professores um preparo para o ensino. Além disso, afirmou o presidente da Província, que o atual Diretor de Instrução Pública, iria fundar um periódico trimestral no qual

se iria publicar artigos a fim de exaltar o amor ao ensino. Esse seria de acordo com José da Gama Malcher, o mais importante serviço que prestariam a Instrução Pública na Província.

No seu Relatório de 1880, o Presidente da Província do Pará, Dr. José Coelho da Gama e Abreu apontou que em 1878, foram matriculados na Escola Normal 90 alunos, sendo 31 alunos e 59 alunas. No ano seguinte (1879), esse número aumentou para 118 normalistas, sendo 38 alunos e 80 alunas. No Relatório do General Visconde de Maracaju de 1884, foram matriculados 135 normalistas, sendo 115 alunos e 20 alunas. Já na Fala do Desembargador Joaquim da Costa Barradas de 1886, foram matriculados 122 normalistas, sendo 23 alunos e 99 alunas. Esses dados do número de normalistas matriculados demonstram que houve na Escola Normal a cada ano um significativo aumento do número de alunos matriculados, predominando na maioria dos anos, o maior número de moças que buscava formação para tornarem-se professoras nas escolas de ensino primário.

Para Arthur Vianna, embora a Instrução Pública no Pará nos anos de 1874 a 1887 tenha passado por sucessivas reformas, isso não garantiu uma melhoria, pelo contrário, “antes a fizeram retroceder que avançar”. Para emitir esse parecer negativo sobre a educação no período, Vianna baseando-se no relatório de José Veríssimo de 1890, diz:

centralização de todos os assuntos e todas as deliberações ao juízo dos presidentes da província, no pouco ou nenhum caso em que a opinião pública a teve, no partidarismo ferrenho, que encarou sempre os professores como um adversário ou como aliado, perseguindo-o tenazmente no primeiro caso, e acumulando-o de honras imerecidas no segundo, na falta de um plano pedagógico que presidisse todas as reformas e legislações, na intervenção indébita da assembleia legislativa nos assuntos escolares; na profusão das reformas em maioria dos casos, incompetentes; na incapacidade do professorado; na ausência de inspeção escolar, na nudez absoluta da escola (VIANNA, 1987, p.8-9).

Entretanto, como se pode observar na legislação e na política dos presidentes da Província do Pará, na segunda metade do século XIX, houve uma progressiva tentativa de organizar e ampliar a oferta do ensino, principalmente do ensino primário. Isso mostra que não houve uma incoerência entre o discurso em defesa da educação e a postura política no âmbito do poder legislativo, embora essas políticas não alcançassem toda a população em idade escolar da Província como apontou Rizzini (2004). De acordo com essa autora, o censo de 1872 mostrou que a Província do Pará tinha uma população de 275.237 indivíduos contabilizando entre essa população, 27.458 escravos. Dentre os escravos, apenas 98 indivíduos eram alfabetizados e entre os livres a taxa de alfabetizados não passava de 24,4%. Da população livre, em idade escolar (6 a

15 anos), apenas 14,9% estavam matriculados nas escolas do Pará. Na Capital paraense, o índice de pessoas livres alfabetizadas chegava a 53,1% e mesmo incluindo a população escrava, continuavam alta, (45,5%) em comparação as demais capitais das outras Províncias, inclusive do Rio de Janeiro que chegava apenas a 36,2% da população (RIZZINI, 2004, p.5,6).

Esses números revelam também, que mais da metade da população da Província do Pará era analfabeta e que do total de crianças em idade escolar, 85,1% estavam fora da escola naquele ano. Esses dados, de acordo com Irma Rizzini (2004, p.6), mostravam que “a diferença entre as taxas de alfabetização e frequência à escola revela a baixa escolarização da população frente a outras formas educacionais, como a doméstica”.

No Relatório publicado no dia 13 de março 1875, no Jornal do Pará, de autoria do *Dr. Pedro Vicente de Azevedo*, havia em toda a Província do Pará naquele ano, apenas 250 escolas de ensino primário e 02 de ensino secundário (Escola Normal e Liceu Paraense). Dessas escolas primárias, 199 eram públicas, 40 particulares e 11 especiais (escolas de religiosos). Das públicas, 88 atendiam o sexo masculino, 29 eram elementares e 7 noturnas. Para o sexo feminino havia 73 escolas primárias e 2 elementares. Das particulares, 23 atendiam o sexo feminino e 17, o sexo masculino, destas, 5 eram escolas noturnas. A Diretoria Geral de Instrução Pública da Província contabilizou naquele ano (1875) um total de 10.396 alunos, sendo 7.167 do sexo masculino e 3.219 do sexo feminino. Nesse ano, o Asilo de Santo Antônio e Colégio N. S. do Amparo aparecem entre as 11 escolas especiais, contabilizando as duas instituições 200 alunas. Asilo de Santo Antônio tinha 30 meninas e o Colégio do Amparo, 170 meninas. Já em 1878 o número de alunas do Colégio de Santo Antônio aumentou para 60 meninas (órfãs e desvalidas) e várias pensionistas (PARÁ, 1879, p.76)

O Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho (1877) mostrou que no ano anterior (1876) havia 210 escolas de Ensino Primário, sendo 138 para o sexo masculino, 64 para o feminino e 8 noturnas para o sexo masculino. Trouxe também nesse documento um quadro evolutivo do número de alunos matriculados no Ensino primário nos anos de 1871 a 1875:

Quadro 01: Número de matrículas no Ensino Primário na Província do Pará entre os anos de 1871 a 1875

<i>Ano Letivo</i>	<i>Alunos matriculados</i>
<i>1871</i>	<i>4.809</i>
<i>1872</i>	<i>6.042</i>
<i>1873</i>	<i>7.532</i>
<i>1874</i>	<i>10.190</i>
<i>1875</i>	<i>10.576</i>

Fonte: Fala do Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho de 15 de fevereiro de 1877.

De acordo com Dr. João Capistrano a matrícula do ano de 1876 deveria ter aumentado para 11.000 alunos, já que a matrícula do primeiro trimestre daquele ano era de 10.988 alunos e ainda faltava serem entregues os mapas de matrículas de 7 escolas. Essa análise não confere com o ano do quadro acima. Quanto a frequência às aulas, dizia ele que, infelizmente não se tinha como aferir a frequência efetiva das escolas pela matrícula, devido mais de um terço dos alunos não frequentar as aulas regularmente. Os motivos para essa frequência irregular seriam de acordo com João Capistrano, o trabalho nos seringais principalmente no 2º semestre do ano. Entretanto, afirma que não havia motivos para desânimo, mesmo diante do fato de existir na Província uma população de 30.000 em idade escolar (6 a 15 anos) fora das escolas. Diante disso, conclama seus correligionários a serem persistentes e perseverantes que muito em breve a Província iria sair do estado de ignorância, já que ocupava o 7º lugar entre todas as Províncias, no número de alunos matriculados.

O Dr. João Capistrano, louva o que já tinha sido feito e o que se buscava fazer no campo da instrução pública na Província, como aumentar o número de escolas, fundar escolas normais para formar mais professores, estabelecer o ensino obrigatório. Para ele tudo isso seria bom, mas não era suficiente. Em sua opinião, a instrução na Província não prosperava porque faltava o motor mais poderoso do progresso dos povos: a iniciativa particular ou o concurso das forças individuais para a mais nobre das causas, a educação do povo, ou seja, tinha que existir a ação do governo, mas também a iniciativa particular. Só assim a instrução na Província iria chegar ao máximo desenvolvimento.

O Dr. José da Gama Malcher, no seu Relatório de 1878, defende que a Instrução Pública é um dos mais importantes elementos que leva uma nação ao progresso e civilização. Por

esse motivo, procurou “atender quanto em mim cabia a tudo quanto concerne ao seu desenvolvimento e desse modo secundar as vias generosas e patrióticas do Governo Imperial e Assembleia Legislativa Provincial” propondo a criação de um imposto de 2% da contribuição arrecadada pelo Estado para “edificação de casas, compra de móveis e livros para as escolas e bibliotecas. E, já no mês de junho do ano anterior ate fevereiro de 1878, já se tinha arrecado o valor de 19.304\$320 réis e tudo “vai tendo devida aplicação” (PARÁ, 1878, p.67).

Quanto ao número de alunos matriculados no Ensino Primário naquele ano (1877), afirma que os dados ainda não tinham sido fechados, mas que segundo informações do Diretor de Instrução Pública, a Província contava com 11.000 alunos matriculados. Além desse número, a Província também contava com 1.406 alunos matriculados nas escolas particulares, sendo 601 do sexo masculino 805 do sexo feminino (PARÁ, 1878, p.69).

O Dr. José da Gama Malcher, autorizou comprar nos Estados Unidos, de 5 mesas, 5 cadeiras para professores, 300 bancos e 300 cadeiras para alunos da instrução primária e 50 bancos e 50 carteiras para o ensino secundário. Segundo ele, essa mobília escolar era a mais apropriada e foi distribuída nas escolas da capital e algumas no interior. Além dessa mobília, distribuiu 19 relógios às escolas, autorizou também o Instituto dos Educandos Paraense a confeccionar 66 quadros pretos, 3 mesas e 3 cadeiras magistrais, 100 bancos e 100 carteiras e adquiriu livros e materiais didáticos para serem distribuídos aos meninos pobres das escolas do interior. De acordo com José da Gama Malcher a distribuição desses materiais para as escolas públicas era imprescindível, “principalmente para as do interior, onde o estado paupérrimo da maioria dos meninos não permite a aquisição de livros para o ensino” (PARÁ, 1878, p.70). Quanto ao Ensino Secundário oferecido no Liceu Paraense, o Dr. José da Gama Malcher trouxe os seguintes dados da matrícula dos anos de 1871 a 1877:

Quadro 02: Número de matrículas no Ensino Secundário na Província do Pará entre os Anos de 1873 a 1877

<i>Ano Letivo</i>	<i>Alunos matriculados</i>
<i>1873</i>	<i>102</i>
<i>1874</i>	<i>104</i>
<i>1875</i>	<i>135</i>
<i>1876</i>	<i>130</i>
<i>1877</i>	<i>135</i>

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Pará, José da Gama Malcher de 1878.

No seu Relatório de 1880, o Presidente da Província do Pará, Dr. José Coelho da Gama e Abreu, afirma que para melhorar o quadro da Instrução Pública na Província, seria necessário tomar as seguintes medidas: criar conferências pedagógicas para que nelas se instruisse os professores, conceder prêmios aos professores conforme seus méritos, trazer os professores do interior para participarem das conferências e receber orientações pedagógicas, bem como, adquirir mobílias e utensílios para serem usados nas aulas. De acordo com José Coelho da Gama e Abreu, havia na Província do Pará em 1879, um total de 149 escolas primárias para o sexo masculino e 71 para o sexo feminino e 220 professores. No ensino secundário havia 140 alunos matriculados no Liceu Paraense (PARÁ, 1880, p. 8-11).

Em 1882, o Presidente da Província, Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho (PARÁ, 1882, p. 60-), no seu Relatório dizia que existia em toda a Província em 1881, um total de 267 escolas para atender a Instrução Primária, destas, 87 estavam na Capital e 180 no interior. Desse total de escola, 109 eram de 1ª entrância, 22 de 2ª entrância e 18 de 3ª, 109 elementares e 9 noturnas. Tendo a Província uma população total de 300.000 habitantes, os 12.840 alunos matriculados nas escolas representavam, segundo Dr. Manuel Pinto, apenas 4,2% dessa população. Quanto ao Ensino Secundário, havia 111 alunos matriculados no Liceu Paraense.

Em 1884, o número da Instrução Primária no Relatório do General Visconde de Maracaju, aparece da seguinte maneira: 7.245 alunos matriculados no interior. Destes, 5.472 eram do sexo masculino e 1.773 do sexo feminino. Na Capital, tinha-se 3.693 alunos matriculados, sendo 2.025 do sexo masculino e 1.668 do sexo feminino. No total, eram 10.938 matrículas, sendo 7.497 do sexo masculino e 3.441 do sexo feminino.

No ano de 1886, foi contabilizado na fala do Desembargador Joaquim da Costa Barradas, um total de alunos matriculados na Instrução primária de 10.881. Desse número de alunos matriculados, a frequência foi 10.112, tendo uma desistência de 769 alunos. No ano de 1888 no Relatório do Presidente Miguel José d'Almeida Pernambuco, foi identificado um total de 16.550, alunos distribuídos em 331 escolas em toda a Província do Pará. Desse total, 189 eram escolas primárias de 1º Grau e 16 escolas primárias de 2º Grau, 118 Provisórias e 8 Noturnas. No Liceu Paraense foram matriculados naquele ano 462 alunos. Esse relatório mostra também que do universo de 16.550 alunos matriculados no Ensino Primário, apenas 9.930 frequentaram as aulas, 6.620 alunos foram contabilizados como desistentes, ou seja, 40% de desistência.

No que se refere à instrução oferecida nas instituições da Igreja Católica, o Relatório do Presidente da Província do Pará José Coelho da Gama e Abreu informa que existia na Capital as seguintes instituições educativas: os Seminário Maior e Seminário Menor (que estavam sob a direção do bispo diocesano D. Antônio de Macedo Costa), o Asilo e o Colégio de Santo Antônio, o Instituto dos Educandos Artífices e o Colégio do Amparo. O Seminário Maior ensinava as matérias eclesiásticas e o Menor ensinava as matérias do Curso de Humanidades. O Instituto dos Educandos Artífices contava com 92 alunos e Colégio do Amparo com 200 alunas matriculadas. (PARÁ, 1880, p. 12).

1.4 A origem do Instituto das Irmãs de Santa Dorotéia e do Asilo de Santo Antônio.

A origem do Instituto de Santa Dorotéia está diretamente ligada à história de vida de sua fundadora, a irmã Paula Frassinetti (1809-1882). Essa história pode ser encontrada em dois livros publicados pelas irmãs de Santa Dorotéia: *Memória Acerca da Venerável serva de Deus Paula Frassinetti e do Instituto por ela fundado* (1998) e *Paula Frassinetti: “em bicos de pé”*. Fundadora da Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia (1988).

Paula Ângela Maria Frassinetti nasceu no dia 3 de março de 1809 no bairro de Portória na cidade de Gênova na Itália. Seus pais, João Batista Frassinetti e Ângela Viale tiveram cinco filhos na seguinte ordem: José, Francisco, Paula, João e Rafael. Criados em uma família muito católica, Paula e seus irmãos se tornaram religiosos. A mãe de Paula é descrita como uma mulher piedosa e amabilíssima, e o pai como severo e exigente, mas que soube educar bem os filhos (MEMÓRIAS, 1998, p.9).

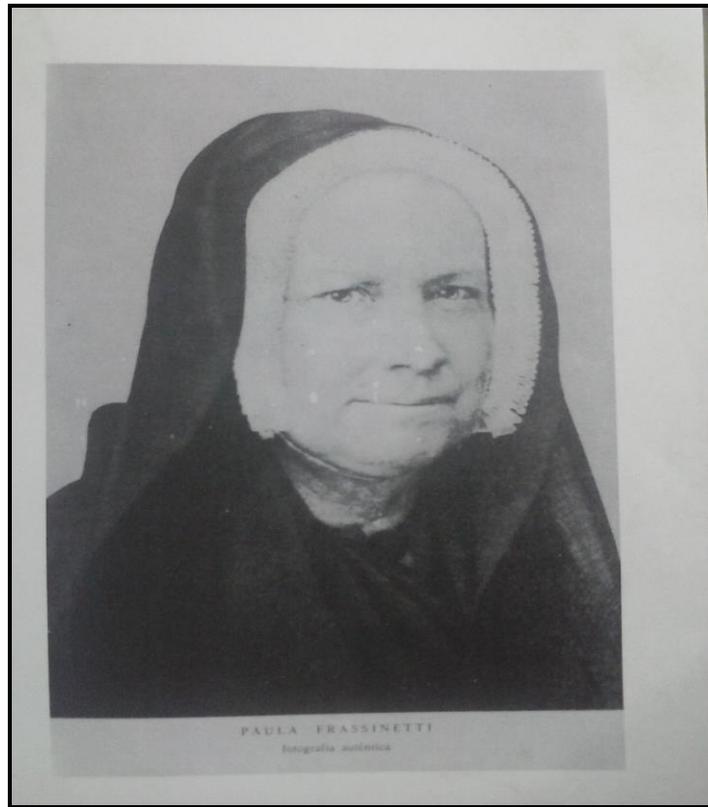


Figura 04: Fotografia Autêntica de Paula Frassinetti
Fonte: ROSSETTO, 1984, p. 7.

Paula viveu na casa dos pais até 1831, quando foi ajudar seu irmão, o padre José Frassietti na Paróquia S. Pedro em Quinto al Mare em uma comunidade pobre de Gênova. No período que esteve em casa foi educada pelo pai e irmãos seminaristas. De acordo com Rosa Rossetto (1984, p.20), o Sr. João Batista não permitiu que Paula fosse para escola porque tinha “medo de que as escolas e os mestres lhe estraguem a filha, e julga mais oportuno iniciá-la ele próprio, nos estudos, ministrando-lhe as primeiras noções”.

Depois da morte da mãe, Paula com apenas 8 anos de idade, passou a assumir responsabilidades domésticas e aos poucos tornou-se dona de casa. Sobre sua habilidade para os trabalhos domésticos tem-se o seguinte texto:

Paula tinha extraordinária habilidade para os trabalhos femininos – não só para os mais vulgares e caseiros, como fiar, tecer, fazer malhas, remendar, confeccionar roupa branca e fatos mesmo de homem, mas também para os mais finos e delicados, como bordados a branco, a seda, a ouro, fazer flores e frutas artificiais etc. (MEMÓRIAS, 1998, p.10).

Quando o padre José chegou a Quinto al Mare, buscou alcançar os pais de famílias daquela pequena localidade através dos filhos. Para isso criou uma espécie de curso chamado de

“ciclo de instrução religiosa”, no qual dava “especial atenção às crianças e aos jovens”, mas também ensinava aqueles adolescentes pobres que não sabiam ler e escrever. Seguindo o exemplo do irmão, Paula Frassinetti, criou também uma escolhinha gratuita “para meninas pobres, a fim de tirá-las da rua e instruí-las segundo sua condição”. Nessa escolhinha, Paula ensinava o catecismo, a leitura e trabalhos manuais como coser, fazer malha e etc. (ROSSETTO, 1984, p. 33).

A partir dessa experiência do trabalho educativo com meninas pobres, Paula e as amigas Mariana Danero, Tereza Albino, Madalena Oliva, Mariana Serra, Madalena Pitto e Maria Carone começam a pensar em ampliar o trabalho criando um instituto que pudesse receber meninas sem dotes. Essa ideia foi comunicada pelo padre José Frassinetti aos seguintes sacerdotes: padre Luís Sturla, cônego Cattaneo (Reitor do Seminário de Gênova), padre Bocalandro (confessor de Paula), os padres Benettelli e Antônio Bresciani (da Companhia de Jesus). Este último encontrava-se no cargo de Reitor da Casa Professa de Santo Ambrósio. Esses sacerdotes aprovaram a criação de um novo Instituto chamado Filhas da Santa fé. Além da aprovação dos religiosos, era preciso também aprovação do velho pai de Paula, João Batista Frassinetti, que depois de relutar, acabou concordando que a filha se tornasse freira e assumisse a direção do Instituto (MEMÓRIAS, 1998, p. 18,19, 23).

As educadoras do novo Instituto foram chamadas de Filhas da Santa fé até 1835, quando o padre Lucas Passi convidou Paula Frassinetti para assumir o trabalho que ele já vinha desenvolvendo junto às crianças pobres com os nomes de Santa Dorotéia (para meninas) e São Rafael (para meninos). A partir dessa parceria, as Filhas da Santa fé passaram a se chamar Irmãs de Santa Dorotéia (ROSSETTO, 1984, p. 52), e sua atuação educativa foi exclusivamente para o sexo feminino. Entretanto, o Instituto fundado por Paula Frassinetti, não foi o único que adotou o nome de Santa Dorotéia. Antes dele, já existiam o Instituto de Santa Dorotéia, fundado em Vicência pelo padre Antônio Faria e pelo leigo De Maria, Instituto de Santa Dorotéia de Veneza fundado em 1838. O próprio padre Lucas Passi também fundou outras casas independentes da obra de Paula Frassinetti com o nome de Instituto de Santa Dorotéia (MEMÓRIAS, 1998, p.32).

À medida que o Instituto de Paula Frassinetti ia crescendo, houve necessidade de estruturá-lo melhor não apenas no aspecto físico e espiritual, mas também jurídico. Para isso foi necessário a definição de turno de exercícios espirituais e aprovação das autoridades eclesiásticas. E isso ocorreu em 1838, quando o cardeal Arcebispo Plácido Maria Tadini aprovou verbalmente

o instituto. Foi também nesse período, que a convite do padre José, os padres Sturla, Lucas, Felipe Storace e Cônego Cattaneo reviram e atualizaram o Regimento do Instituto. Nos anos seguintes, Paula e suas companheiras fizeram a confissão de fé, e passaram a usar o véu preto e o crucifixo (ROSSETTO, 1984, p. 60, 61).



Figura 05: Imagem oficial da Igreja Católica de Santa Paula Frassinetti, beatificada em 8 de Junho de 1930, pelo Papa Pio XI. Fonte: Colégio Santo Antônio, 2013.

Em maio de 1841 Paula Frassinetti na companhia do seu irmão, o padre João, da noviça Marina Stanchi e da irmã Teresa Pizzorno partiram para Roma, a fim de “receber o mandato que a autorizava a prestar o seu serviço e ocupar o espaço de doação, cada dia mais pleno e universal”, pois seu desejo era “ver o Instituto a que pertencio munido da aprovação do Vigário de Cristo” (ROSSETTO, 1984, p. 71, 72). Além da aprovação do Papa, a irmã fundadora buscou em Roma melhores condições para desenvolver e expandir seu trabalho. De acordo com Rossetto (1984, p. 74), a líder das Dorotéia não estava preocupada apenas em combater o perigo da desagregação da igreja, mas também “para realizar na sua família a unidade desejada por Cristo para a Igreja, dando-lhe por modelo a unidade mesma da Santíssima Trindade” (ROSSETTO, 1984, p. 74).

Para uma melhor organização do trabalho das irmãs de Santa Dorotéia, Paula apresentou em, 21 de Setembro de 1851, novas Constituições, onde expõe sua visão de mundo, de igreja e de educação fundada nos princípios do catolicismo conservador como bem mostrou

Luciana de Oliveira Sene (2007) na sua pesquisa intitulada “*O projeto educativo de Paula Frassinetti: das intuições pedagógicas ao currículo das Escolas Dorotéias*”. De acordo com essa autora, Paula Frassinetti viveu num período do século XIX, marcado por profundas rupturas que provocaram mudanças na história da Itália, da Europa e do mundo, e que exigiram da Igreja uma postura de reação contra os valores impostos pela modernidade. Segundo Luciana de Oliveira Sene (2007, p. 21), é nesse contexto histórico e cultural que nasce o projeto educativo de Paula Frassinetti. Para compreender esse projeto educativo precisamos identificar quais as concepções da Igreja Católica, naquele período sobre a educação feminina e sobre o papel da mulher na sociedade.

Baseando-se em Ivan Manoel (1996), Luciana de Oliveira Sene (2007), afirma que o catolicismo conservado defendia que as leis divinas definiram o papel da mulher na regência do lar doméstico e do homem à frente das ações sociais e civis, fugir dessas leis era retroceder a barbárie (SENE, 2007, p. 21). Portanto, entender o projeto educativo de Paula Frassinetti, deve-se levar em consideração o papel que o conservadorismo católico reservou para a mulher no contexto da segunda metade do século XIX.

Para a reformulação do antigo documento construído ainda em Gênova, Paula se baseou nas Constituições das Damas do Sagrado Coração da França. Este documento por sua vez, foi inspirado nas constituições da Companhia de Jesus. Entretanto, o documento apresentado por Paula foi motivo de controversas e considerado por alguns, “incompleto, sobretudo do ponto de vista jurídico” e só foi aprovado oficialmente em 1889, depois da morte da mãe fundadora (ROSSETTO, 1984, p. 121).

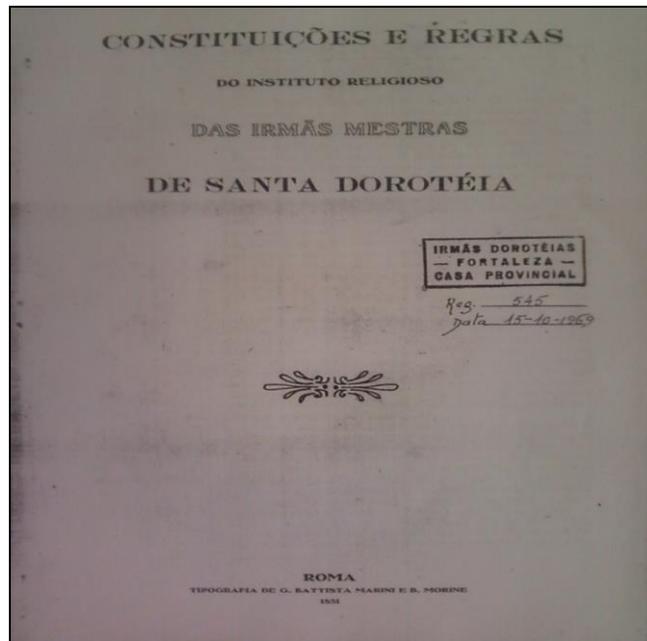


Figura 06: Capa das Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia de 1851.

Nesse documento, Paula Frassinetti organizou suas ideias em quatro partes. A primeira parte está dividida em 8 capítulos, os quais tratam em síntese do processo de admissão ao noviciado para formação de novas freiras para o Instituto. Na segunda parte, constam 7 capítulos, que tratam dos meios para as futuras freiras se formarem na virtude e perfeição. Na terceira parte, os 11 capítulos trazem as recomendações para os membros admitidos no Instituto, o cuidado em manter a saúde e as forças, os princípios para o Instituto promover a Obra Pia de Santa Dorotéia, a educação das meninas e da organização das escolas, e na quarta e última parte, os 11 capítulos tratam da relação hierárquica dentro do Instituto e fora dele, ou seja, da sua relação com as autoridades eclesiásticas.

Esse documento das irmãs Dorotéias, assim como os demais manuais pedagógicos de outras ordens religiosas, foram baseados no manual pedagógico dos Jesuítas, o *Ratio Studiorum*, conforme informa Ivan Manoel (2008). Para esse autor: “todas as congregações católicas que se instalaram no Brasil, do século XIX em diante, empregaram o método jesuítico”, pois isso fazia parte da estratégia católica para enfrentar a pedagogia moderna com suas inovações anticatólicas (MANOEL, 2008, p. 105)

De acordo com o documento das irmãs Dorotéias, o objetivo principal do Instituto é promover e conservar a Pia Obra de Santa Dorotéia com zelo, sob a graça de Deus, a fim de se alcançar incalculáveis frutos:

A obra Pia, educando as meninas, pode cultivar a metade da geração que surge. Se esta cresce boa, e sendo tão grande a influência da educação das mães sobre os filhos, também a outra metade deverá necessariamente melhorar. Portanto, as Irmãs deste Instituto tendo sido particularmente escolhidas pela Divina Misericórdia para ser a alma da Pia Obra, terão o mérito do bem que dela derivar, e que se pode esperar da bondade do Senhor do Universo. Tanto mais que o meio para isto empregado é inteiramente evangélico, e por isto, certamente eficaz. Pode-se dizer, além disso, que Educar bem as crianças é reformar o mundo e conduzi-lo a verdadeira vida, como diz Cristo na sua Doutrina (CONSTITUIÇÕES, 1851, p.54-5).

O trabalho desenvolvido pelas irmãs do Instituto de Santa Dorotéia, desde o início em Gênova e depois em Roma, Brasil e Portugal não foi fácil. Foram muitas dificuldades enfrentadas nos anos iniciais do trabalho missionário e educativo das freiras, como por exemplo, falta de recursos, espaço adequado para desenvolverem suas atividades e os perigos, e dificuldades impostos pela guerra civil, em Roma, nos anos de 1848 a 1849 que culminou com criação de um curto governo republicano e liberal. Passado o período das dificuldades iniciais, o Instituto se estruturou e ampliou-se para além das fronteiras da Itália (ROSSETTO, 1984, p. 140-158).

O primeiro país a receber as irmãs de Santa Dorotéia foi o Brasil, o segundo, Portugal. No Brasil, as irmãs Dorotéias chegaram em janeiro de 1866, em Portugal, em junho do mesmo ano. As irmãs Dorotéias vieram ao Brasil primeiramente, a convite do novo bispo de Olinda e Recife. Este bispo foi nomeado pelo Papa Pio IX, quando tinha apenas 33 anos e morava ainda em Roma, no Colégio Pio Latino-Americano. Preocupado com tamanha responsabilidade procurou logo ajuda e conseguiu além das irmãs Dorotéia, alguns padres da ordem dos jesuítas (MEMÓRIAS, 1998, p.166).

Para convencer às irmãs a virem com ele para o Brasil, além da persistência, D. Manuel de Medeiros: “pintou com vivas cores o estado deplorável do Brasil, por falta de Sacerdotes, a tal ponto que aquela pobre população não tinha de cristão, mais do que o batismo, e via-se obrigada a receber o sacramento, se é que recebia, apenas em caso de morte”. De acordo o bispo Manuel de Medeiros, o Instituto das Irmãs de Santa Dorotéia poderia fazer um grande bem a juventude feminina daquela Província do Brasil. (MEMÓRIAS, 1998, p.169).

A madre fundadora, aceitou o convite do bispo D. Manuel de Medeiros e mandou para o Brasil as seguintes irmãs: Teresa Casavecchia, Vígínia Jannoze, Francisca Toscani e

Gertrudes Mattei. Ao chegarem a Pernambuco, as irmãs foram recebidas com muito entusiasmo pelo bispo Manuel de Medeiros, que havia partido de Roma um mês antes, a fim de preparar-lhes hospedagem. Dentre essas irmãs, a mais velha, a irmã Terresa Casavecchia, foi escolhida por Paula Frassinetti para ser a primeira Diretora daquela fundação, que se chamou Colégio de São José em homenagem ao Santo protetor do Instituto, por isso as irmãs de Santa Dorotéia são também chamadas de Irmãs de São José. Antes de completar dois anos à frente do novo Colégio no Brasil, a irmã Teresa Casavecchia adoeceu e teve que embarcar, em março de 1868, para Lisboa, e de lá partiu para Roma, onde faleceu em junho do mesmo ano. Para o seu lugar, foi nomeada a irmã Josefina Pingiani, em janeiro de 1869 (MEMÓRIAS, 1998, p.193).

O primeiro Colégio do Instituto das Dorotéias no Brasil, o Colégio de São José, passou por dificuldades e perseguições. A primeira dificuldade foi encontrar espaço adequado para acomodar as irmãs e as alunas que iam chegando a cada dia. Além disso, as irmãs sofreram junto com o novo bispo, calúnias espalhadas por seus inimigos. Fazia parte do rol de inimigos da Obra Pia, além da maior parte do clero local, o maior opositor do bispo, o ex-Vigário Capitular Cônego Faria. Este, inclusive, se recusou inicialmente entregar as chaves do Paço Episcopal para o novo bispo. Além das “calúnias que propagam de viva voz, lançaram mão da pena e as colunas dos jornais públicos divulgavam por toda parte aquelas infâmias sob forma de Cartas anônimas a Alípio” (MEMÓRIAS, 1998, p.181, 182).

Essa forte oposição se justifica devido uma série de reformas que o novo bispo vinha realização na diocese e no Seminário. Nesse processo, muitos padres e professores foram demitidos de suas funções e para seus lugares foram chamados padres jesuítas. Os argumentos apresentados pelo bispo D. Manuel de Medeiros para tal atitude era de que aquelas pessoas pertenciam à maçonaria ou estavam contaminados pelo jansenismo. A maçonaria era vista pela igreja como uma seita que tinha a missão de desviar as pessoas da religião católica, por isso foi tão combatida pelos padres romanizadores, Souza (2006) e Santos (2009). Já jansenismo foi uma doutrina criada por Cornélio Jansênio (1585-1638) a partir da interpretação das obras de Santo Agostinho. O ponto mais polêmico dessa doutrina e que encontrou resistência dos romanizadores, está na seguinte idéia:

o homem pelas suas próprias forças não pode nem quer fazer o bem, e, assim, tudo o que faz é pecado. No fim do III tomo trata da predestinação e da reprobção, irradiando a imagem de um Deus severo e cruel. O jansenismo, uma interpretação fundamentalista da doutrina agostiniana, induziu um rigorismo na doutrina e na moral (SANTOS, 2007, p.8).

Diante dessas medidas do bispo D. Manuel de Medeiros cresceu contra ele a oposição de seus inimigos ao ponto de mandarem assassiná-lo. Essa tragédia aconteceu durante uma viagem que o bispo fez ao Rio de Janeiro, para visitar o imperador. Ao comer uma refeição envenenada, o bispo Manuel de Medeiros morreu ainda em viagem. Sua morte foi interpretada pelas irmãs como o estopim do ódio que os inimigos do bispo tinham por não aceitarem as reformas que ele vinha realizando (MEMÓRIAS, 1998, p.184-185).

O bispo D. Francisco Cardoso Ayres assumiu o lugar do falecido D. Manuel de Medeiros, em junho de 1868. Esse novo bispo foi também jurado de morte pelo mesmo grupo, que supostamente teria envenenado seu antecessor (parte do clero que foi demitido de suas funções e o líder da oposição ao bispo Manuel de Medeiros, o ex-Vigário Capitular, Cônego Faria). No ano seguinte, o novo bispo partiu para Roma a fim de participar de um evento para os bispos católicos, porém ao chegar ficou doente e morreu, em 1870. No Brasil, a morte de D. Francisco Cardoso Ayres foi interpretada como assassinato também por envenenamento. Suspeitava-se de que lhe tinham dado um veneno que causava efeito lento, antes de deixar Pernambuco (MEMÓRIAS, 1998, p. 197).

Para substituir D. Francisco Cardoso Ayres, foi nomeado o capuchinho-pernambucano D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, que assumiu a diocese de Olinda a partir maio de 1872. D. Vital e o bispo do Pará, D. Antônio de Macedo, por defenderem uma aguerrida política romanizadora em suas dioceses, ganharam notoriedade pela conhecida “Questão Religiosa” (1872 a 1875). De acordo com D. Antônio de Almeida Lustosa (1992), a questão religiosa começou no ano de 1872, quando os bispos começaram a reagir contra as intromissões de autoridades civis em assuntos eclesiásticos e contra a presença de membros maçons nas Irmandades religiosas católicas. Em Pernambuco, D. Vital, em 5 de janeiro de 1873, suspendeu os trabalhos da Irmandade de N. S. da Soledade porque esta não acatou a ordem de excluir seus membros maçons (LUSTOSA, 1992, p.133-134). No Pará, D. Antônio de Macedo Costa também interditou os trabalhos das irmandades da Ordem 3ª de N. S. do Carmo, Ordem 3ª de São Francisco, Irmandade do Senhor dos Navegantes e Irmandade do S. Sacramento de Sant’Ana (LUSTOSA, 1992, p.234). As irmandades recorreram à autoridade cível para obrigar os bispos a retroceder de suas decisões. Como resposta, o governo imperial ordenou que os bispos suspendessem os interditos às referidas irmandades. Os bispos D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e o bispo D. Antônio de Macedo Costa não atenderam a ordem do governo e foram

condenados e presos acusados de descumprirem a ordem imperial. D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira foi condenado a 4 anos de prisão em 21 de fevereiro de 1874. D. Antônio de Macedo Costa foi preso em Belém, em 28 de julho de 1874. Os dois bispos cumpriram pena na Ilha das Cobras até o final de 1875 e em janeiro do ano seguinte D. Antônio foi autorizado a reassumir sua diocese no Pará (LUSTOSA, 1992, p.136-137).

Depois que saiu da prisão D. Antônio de Macedo Costa fez uma viagem a Roma e Terra Santa, mas antes, escreveu uma carta a líder das Dorotéias em Pernambuco, irmã Josefina Pingiani pedindo que ela intercedesse junto à madre fundadora para que esta permitisse a vinda de educadoras para Belém. A irmã Pingiani em uma carta tenta convencer a madre fundadora, da importância de atender ao pedido do bispo do Pará, com os seguintes argumentos:

Embora as coisas da nossa santa religião no Brasil ainda não esteja bem de todo, e talvez possa ir de mal a pior por causa da oposição dos contrários, O Bispo do Pará insiste em pedir as irmãs. Pagaria a viagem àquelas que fossem; oferece o antigo Convento do Carmo, que comporta à vontade duzentas alunas, com uma linda igreja pública que – diz ele – pode tornar-se uma das mais frequentadas. Além disso, pronto a pagar as viagens a um ou dois sacerdotes de confiança da Madre Geral, afirmando que lhes dará toda a liberdade e o que de boa vontade o seu trabalho na Diocese. Qual o parecer da Congregação Geral sobre esta questão de tanta importância para a glória de Deus e do Instituto? (MEMÓRIAS, 1998, p. 423-434).

A resposta de Paula Frassinetti foi não. Porém depois do retorno do bispo de sua peregrinação a Terra Santa, a madre fundadora teve um encontro pessoal com D. Antônio de Macedo Costa e decidiu ajudá-lo, principalmente porque ficou sabendo que o Papa Pio IX, era favorável àquele trabalho. Ficou definido que as irmãs educadoras que viriam com o bispo seriam de Portugal e Pernambuco, e para liderar as irmãs na nova casa no Brasil foi nomeada a própria irmã Josefina Pingiani. Ao chegarem em Lisboa, embarcaram com ele as irmãs Doroteia Moraes, Catarina Lemos, Juliana Soares e mais duas coajudadoras. De Portugal, partiram para Bahia. Depois de visitar seus familiares, D. Macedo partiu com as freiras para Pernambuco e lá se juntaram a elas a irmã Estanislá Cunha, totalizando 7 irmãs.

Ao chegarem a Belém, o bispo e as irmãs foram recebidos com festa pelo povo católico que espera ansioso rever o bispo, que não o viam desde que fora preso por ordem de Imperador, por isso o povo correu ao seu encontro:

O mar estava semeado de canoas grandiosamente enfeitadas; num barco embandeirado encontra-se a banda de música, a fina flor do lugar e o próprio Presidente. O Clero tendo à frente D. Sebastião Borges de Castilho, Vigário Geral e ilustre confessor de fé, esperava o bispo na praia, literalmente repleta de pessoas de todas as classes, ansiosas

para beijar a mão ao próprio Pai e para receber a sua benção. Os sinos da cidade repicavam festivos, e repetidos disparos de morteiros, juntamente com a música da banda, aumentavam a alegria daquele encontro (MEMÓRIAS, 1998, p. 430).

Se para as Irmãs Dorotéias, esse acontecimento significou para o povo católico festa e para o bispo certeza de que seus objetivos romanizadores iriam ser alcançados, para os liberais do Pará, ao contrário, a vinda das irmãs constituía-se uma ameaça e retrocesso no campo do ensino e por isso irão anunciar no seu periódico a chegada do bispo com as irmãs de forma negativa:

Chegou ontem o Sr. D. Antônio de Macedo Costa, bispo da Diocese, de seu passeio pela Europa [...] Chegou ontem no Bahia novo carregamento de irmãs da caridade. As 7 companheiras de viagem do Sr. D. Antônio, são destinadas para seu Asilo de Santo Antônio, onde parece que já se acham acomodadas as outras hóspedes do Sr. Padre Costa Aguiar. Era só o que faltava para o desenvolvimento da colônia jesuítica entre nós. Dizem que serão importadas além de algumas velhas da reserva, tantas irmãs quanto forem preciso para igualar o número dos reverendos. (O LIBERAL DO PARÁ, 4 de Setembro de 1877, p.1).

Os liberais tentam desqualificar a ida de D. Antônio de Macedo Costa à Europa dizendo que ele tinha acabado de chegar de mais “um passeio pela Europa”. Para eles, a vinda das irmãs era uma tentativa do bispo de “desenvolvimento da colônia jesuítica entre nós”, ou seja, aumentar o poder e influência da Igreja sobre o povo, dando aos seus inimigos políticos, os conservadores, ainda mais força. Por isso os liberais irão se contrapor a política romanizadora do bispo para a Amazônia.

Ao desembarcarem, as irmãs foram entregues aos cuidados do Vigário Geral e do Cônego Aguiar que as conduziram até o Asilo de Santo Antônio. Ali encontram 44 meninas “parte órfãs e pobres, parte educandas abastadas, mas todas juntas, e todas de má vontade contra as religiosas, instigadas pela vice-Diretora, uma mulata que se livrasse de sorrir porque as irmãs as castigariam imediatamente” (MEMÓRIAS, 1998, p. 430). Segundo as irmãs, naquele momento o Asilo estaria aos cuidados da vice-diretora, porque a Diretora, uma senhora virtuosa, não “podia ocupar-se das crianças, porque estava quase sempre doente”. Entretanto, depois que as irmãs distribuíram presentes e sorrisos, as crianças tornaram-se amigáveis com elas (MEMÓRIAS, 1998, p. 431).

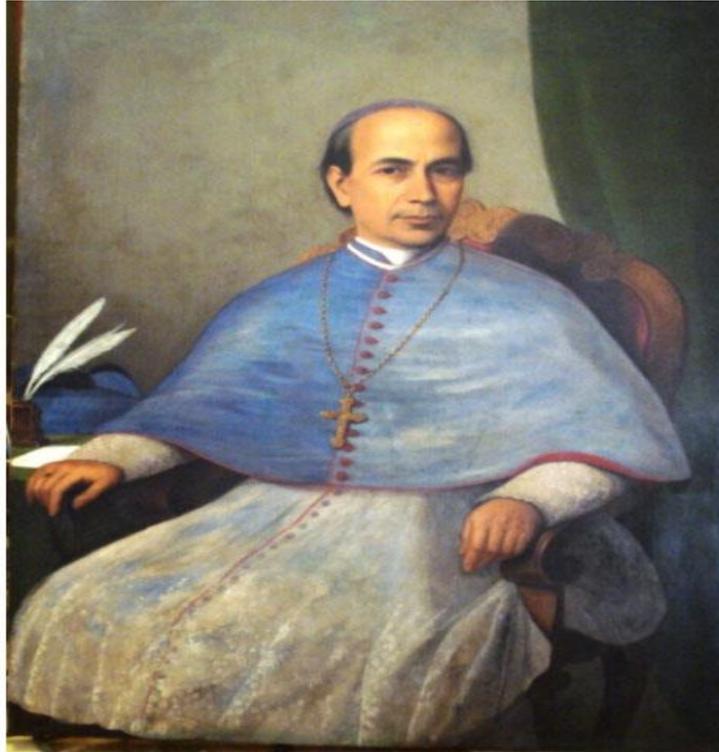
No período da manhã, o Asilo ficou bem agitado com a presença de vários senhores e senhoras que vinham oferecer seus serviços às irmãs. À tarde, a convite do bispo, as irmãs e todas as crianças do Asilo foram a Catedral assistir uma missa. Ali na igreja as irmãs eram o centro das

atenções dos presentes. Então, do púlpito da igreja repleta de gente, o bispo D. Macedo lhes disse que:

Apesar de tão longa ausência, nem um só instante os tinha esquecido; que os conservava sempre no íntimo do coração, que no horror do cárcere, quer na perseguição em Roma e na Terra Santa; que tinha trazido de Jerusalém óleo de Getsémani, para com ele ungi-los a fronte dos crismados e chamar de novo a vida os moribundos, ou confortá-los nas lutas da agonia. “Obtive – concluía o digno Prelado – muitos privilégios do Santo Padre para o seminário e para toda a Diocese; mas a graça maior, a maior consolação para mim foi trazer as Irmãs, que educarão com muito carinho as vossas filhas e farão delas verdadeiras cristãs, preparando a Nação dias melhores” (MEMÓRIAS, 1998, p. 432).

Para D. Macedo Costa, o aspecto mais significativo de sua ida à Europa foi trazer as Irmãs do Instituto de Santa Dorotéia para educar meninas do Pará. Isso significava para ele “preparar a Nação para dias melhores”. Por que D. Antônio tinha essa convicção? Qual a sua concepção de educação? Por que D. Antônio queria promover uma reforma na sociedade amazônica e brasileira? Na sua visão, qual seria o papel do Asilo de Santo Antônio nesse processo? É isso que buscamos responder na próxima seção deste trabalho.

SEÇÃO II: DOM ANTÔNIO DE MACEDO COSTA E O ASILO DE SANTO ANTÔNIO.



AUTOR DESCONHECIDO: *Retrato de Dom Macedo Costa*, 187(?).
Óleo sobre tela.
Belém, Catedral de Belém (acervo).

Figura 07: Imagem de **D. Antônio de Macedo Costa**.

Fonte: http://www.dezenovevinte.net/obras/pcbelem_rfc.htm

Nesta segunda seção, destaco a presença do bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa à frente de uma política romanizadora para a Amazônia. Essa política tinha como uma de suas frentes, a conquista e hegemonia do campo da educação na região, sob a administração e ou influência da Igreja Católica. Trago primeiramente, um relato da história de vida de D. Antônio de Macedo Costa e os principais desafios que ele encontrou quando assumiu a Diocese de Belém. Em seguida apresento os principais aspectos que norteavam a política romanizadora de D. Antônio de Macedo Costa para a Amazônia, os ideais de civilização e progresso para essa região e o papel da Igreja Católica romanizadora no campo da educação religiosa e escolar na Amazônia paraense, na segunda metade do século XIX, tendo como foco de análise, o Asilo de Santo Antônio criado pelo bispo D. Antônio de Macedo Costa para educar meninas órfãs e desvalidas (pobres), e pensionistas (ricas) na capital da Província do Pará.

2.1. D. Antônio de Macedo Costa e a Igreja Católica na Amazônia.

Antônio de Macedo Costa nasceu no dia 7 de agosto de 1830, no Engenho de Nossa Senhora do Rosário de Copioba, na cidade Maragogipe, na Província da Bahia. Seus pais chamavam-se José Joaquim de Macedo Costa e Joaquina de Queirós Macedo. Eles tiveram 12 filhos, os quais foram educados nos princípios da religião católica (LUSTOSA, 1992, p. 18).

De acordo com D. Lustosa o menino Antônio de Macedo Costa, frequentou os primeiros colégios dirigidos por leigos e por isso acreditava “que o ambiente colegial pouco propício lhe fosse” para nascer nele “o germe da vocação sacerdotal”, porém afirmou que não era “raro vingar vocação sacerdotal desfavorável em abertamente hostis”. Portanto, para D. Lustosa, a vocação do menino Antônio de Macedo Costa, se deu pelo ambiente do lar cristão e pela graça divina (LUSTOSA, 1992, p. 19).

Antônio de Macedo Costa seguiu a mesma trajetória que a maioria dos jovens latinos americanos filhos da elite branca no século XIX. Ao completar 14 anos de idade começou os estudos do Latim com o professor particular Francisco Coelho. No ano seguinte, foi estudar na Capital da Província da Bahia, no Colégio dirigido pelo Cônego Francisco Pereira de Souza. No ano de 1848, com 18 anos, entrou no Seminário Santa Tereza da Bahia. Nesse período, o Arcebispado da Bahia era governado pelo paraense D. Romualdo de Seixas que reconheceu o talento do jovem Antônio e o incentivou a continuar seus estudos nos Seminários na Europa. Assim partiu em 22 de novembro de 1852, Antônio Macedo Costa, do Nordeste para Bourges, na França, onde se matriculou no Seminário de São Celestino. Ali terminou em 1853, o curso de retórica (LUSTOSA, 1992, p. 20). É importante destacar que filhos de famílias menos abastadas, que se destacavam nos estudos nos seminários, eram também enviados pelos bispos brasileiros para estudar na Europa.

A trajetória escolar inicial de D. Antônio de Macedo Costa pelas escolas particulares pode ser justificar pelo incipiente número de escolas primárias e secundárias existentes no Brasil. De acordo com Maria Elizabete Xavier (1994), no primeiro reinado do Brasil Imperial (1822-1831), o Ensino Elementar oferecido nas Escolas de Primeiras Letras era quase inexistente, por isso, cabiam as famílias mais abastadas, oferecer os ensinamentos primário e secundário a seus filhos, contratando professores particulares, por isso, a elite dispensava a instrução pública elementar. No entanto, quando os Liceus Provinciais públicos foram criados, ao invés de atender as camadas populares, tornaram-se reduto da “nata” das elites locais (XAVIER, 1994, p.73-74).

Em 6 de outubro de 1854 o seminarista Antônio de Macedo Costa mudou-se para Paris e foi estudar no Seminário de São Sulpício. Esse Seminário fundado no século XVII, pelo padre Olier tornou-se especialista em História da Igreja e por isso ganhou reconhecimento entre os líderes das igrejas ao redor do mundo pelo trabalho intelectual de alto nível que realizava. Dom Romualdo de Seixas também reconhecia o valor dessa instituição e mandou para lá o jovem Antônio de Macedo Costa com uma carta de recomendação. De acordo com D. Lustosa (1992), o reitor do Seminário, Dr. Icard logo reconheceu o talento de Antônio de Macedo Costa que se aplicava aos estudos. Ele se formou padre em 2 de junho de 1855 e recebeu na Catedral de Paris a Tonsura Eclesiástica³.

Em 20 de junho de 1857, foi ordenado diácono e em dezembro do mesmo ano recebeu ordenado sacerdotal de presbítero pelo Cardeal Francisco Nicolau Marlot. Partiu para Roma e iniciou no ano 1858, novos estudos em direito canônico. Esteve nos Seminários de Santa Clara e Coração de Maria, e frequentou as aulas na Academia de Santo Apolinário, onde se bacharelou em direito canônico e em 1859, galgou o título de doutor (LUSTOSA, 1992, p. 22-24).

Antônio de Macedo Costa regressou ao Brasil no dia 1º de novembro de 1859 e foi recebido em Salvador pelo bispo D. Romualdo de Seixas que o encaminhou para o trabalho no magistério, primeiramente no Ginásio Baiano e depois no Liceu de Salvador. Nesse período (1860), escreveu sua primeira obra intitulada “Pio IX, Pontífice e Rei” (LUSTOSA, 1992, p. 24). Pela sua ampla formação, podemos considerar que nessas instituições educativas, o padre Antônio de Macedo Costa poderia ter ministrado aulas de Francês, Latim, Retórica e Filosofia.

No final de 1859, a Diocese do Pará ficou vaga devido à renúncia do bispo D. José Afonso de Moraes Torres que esteve à frente daquela diocese nos anos de 1844 a 1859, e para o seu lugar foi nomeado Antônio de Macedo Costa. De acordo com João Santos (1992), as décadas de 1840 a 1880, corresponderam aos tempos mais importantes da romanização da Igreja na Amazônia, pois nesse período os bispos D. José Afonso de Moraes Torres e D. Antônio de Macedo Costa se destacaram entre o episcopado brasileiro como reformadores da Igreja no País. O governo do primeiro bispo reformador encontrou uma Diocese devastada pela guerra civil conhecida como Cabanagem (1835-1840) e tentou reerguer os trabalhos eclesiais, inclusive

³ Liturgia religiosa em que o bispo dá um corte no cabelo do ordenado ao conferir-lhe o primeiro grau do clerical, chamado também de primeira tonsura. Esse corte consiste em raspar o cabelo ordenado do centro da cabeça e ficando apenas uma rodela ao redor da cabeça. *Dicionário Online de Português. www.dico.com.br*

na busca da ampliação da catequese de populações indígenas. Entretanto, as inúmeras dificuldades enfrentadas nos 15 anos de governo o fizeram renunciar ao episcopado da Diocese do Pará. Segundo João Santos (1992, p.306), os motivos que levaram D. José Afonso a renunciar foram: “a escassez do clero, dificuldades na reforma do clero antigo, falta de saúde e escrúpulos de consciência com relação ao cumprimento exato do seu múnus pastoral”.

A nomeação de Antônio de Macedo Costa para o lugar de D. Afonso, por D. Pedro II só foi possível porque naquele tempo estava em vigência no Brasil o sistema do padroado régio. Esse sistema que vinha desde os tempos coloniais, consistia na prática, na sujeição da Igreja à autoridade do Estado Brasileiro. De acordo Fernando Arthur de Freitas Neves (2009, p. 70), o padroado régio não pode ser entendido apenas como uma relação de forças para garantir a dominação do clero brasileiro pelo Estado Imperial, mas um processo pelo qual se ia moldando segundo a capacidade, a consolidação e expansão do exercício do poder das duas instituições.

Antônio de Macedo Costa foi escolhido por D. Pedro II para assumir a Diocese de Belém estrategicamente. O Imperador, um político ilustrado e experiente sabia que a história recente da Amazônia, ou seja, o movimento cabano havia deixado certo ranço de oposição ao governo central e que essa oposição crescia no seio do partido liberal. Além disso, a reforma católica proposta pelo romanizadores “interessava ao Estado como meio de afastar o clero urbano da política, em vista de suas ideias liberais” (MAUÉS, 1995, p. 50).

O novo bispo do Pará de acordo com D. Lustosa (1992, p. 25), recebeu a sagração episcopal em 21 de Abril de 1861, em uma cerimônia realizada na Capela Imperial de Petrópolis. Assim, o jovem bispo baiano com 30 anos de idade desembarca em Belém, em 24 de julho de 1861, para iniciar seus trabalhos (LUSTOSA, 1992, p. 26).

A Diocese do Pará, a qual D. Antônio de Macedo Costa passaria a governar foi criada em 4 de março de 1719, pela bula papal *Corpibus in misericórdia* de autoria do Papa Clemente IX, que separou a Diocese do Maranhão e Grão-Pará, dando independência e autonomia para as duas novas dioceses. Com a criação da Diocese do Pará, a Igreja de Nossa Senhora da Graça passou a categoria de Catedral (Igreja da Sé) e o 1º bispo a presidir a nova Diocese foi o Frei Bartolomeu de Pilar entre os anos 1721 a 1733 e D. Antônio de Macedo Costa, o 10º bispo (LUSTOSA, 1992, p. 12-14).

A Diocese do Pará, a qual D. Antônio de Macedo Costa passaria a governar foi criada em 4 de março de 1719 pela bula papal *Corpibus in misericórdia* de autoria do Papa Clemente

IX que separou a Diocese do Maranhão e Grão-Pará, dando independência e autonomia para as duas novas dioceses. Com a criação da Diocese do Pará, a Igreja de Nossa Senhora da Graça passou a categoria de Catedral (Igreja da Sé) e o 1º bispo a presidir a nova Diocese foi o Frei Bartolomeu de Pilar, entre os anos 1721 a 1733, e D. Antônio de Macedo Costa, o 10º bispo (LUSTOSA, 1992, p. 12-14).

O Palácio Episcopal, sede da nova Diocese passou a ocupar o prédio do Colégio de Santo Alexandre, no centro da cidade. Esse Colégio e a Igreja de Santo Alexandre foram construídos pelos padres jesuítas, no século XVII, e no século seguinte, passou também a abrigar o Seminário Diocesano (LUSTOSA, 1992, p.114). De acordo com Karla Denise Martins (2002) essa atitude de D. Macedo Costa de tomar para si a organização do Palácio Episcopal, localizado no Colégio de Santo Alexandre, tinha como objetivo “atribuir à sua missão um caráter simbólico mais amplo: o de ‘restaurar’ a obra empreendida pelos Jesuítas em tempos passados, evocando sempre a imagem do Padre Vieira”. Segundo a autora, isso daria a Romanização empreendida por D. Antônio de Macedo Costa um duplo sentido: “renovar o Catolicismo na Amazônia e ao mesmo tempo, retomar o trabalho missionário interrompido por um gesto do poder secular” (MARTINS, 2002, p. 88).

Quando D. Antônio de Macedo Costa assumiu a Diocese do Pará logo percebeu que um dos principais problemas que iria enfrentar seria o resumido número de padres para atender todas as paróquias espalhadas pela imensidão da Amazônia. Além disso, percebeu que o “controle” da religiosidade católica estava fora dos domínios da Igreja, mas mãos das irmandades religiosas.

As Irmandades e ou confrarias eram associações corporativas formadas por leigos sediados em igrejas. Essas associações de fiéis surgiram na Europa Medieval com objetivos de promover o culto a seus santos protetores, possibilitar ajuda mútua e assistência entre seus integrantes, tanto no âmbito econômico como no âmbito espiritual. No âmbito econômico, buscava-se resguardar os membros da irmandade, juntamente com suas famílias, de necessidades como falta de alimentos e remédios. No âmbito espiritual, na ocasião da morte, garantia-se ao membro, velório, missa de corpo presente, enterro digno, e missa e sufrágios posteriores em intenção da alma do morto.

Existiam no Brasil colonial e imperial, irmandades que reuniam membros de diferentes origens e grupos sociais (VAINFAS, 2001, p. 316). Na Amazônia, de acordo com

Aldrin Moura de Figueiredo (1998) e Marcio Couto Henrique (1997), existiam nos séculos XVIII e XIX, irmandades católicas de brancos, de pretos, de índios, de pardos, de mestiços, porém a lógica étnica nem sempre era seguida à risca. Dentre as várias Irmandades de pobres no período, podemos citar duas, formadas por escravos e ex-escravos negros: Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, sediada na Capital e a Irmandade de São Benedito de Bragança. Apesar de sua condição social e financeira, essas irmandades conseguiam com seus próprios recursos e com doações que recebiam fazer festas brilhantes.

De acordo com Márcio Couto Henrique (1997) até o final do século XIX, no Pará, se podia observar uma forte influência das irmandades religiosas na vida das pessoas como um espaço quase único de socialização e influência nos mais variados momentos da vida social dos paraenses (HENRIQUE, 1997, p. 19). Por isso, para alguns críticos da época, elas constituíam-se por sua autonomia e, um Estado no Estado, pois as irmandades além de autonomia religiosa na direção da festa do seu Santo de devoção, algumas eram muito ricas como, por exemplo, as Santas Casas de Misericórdia e Ordens Terceiras, tendo muita influência na sociedade do século XIX:

As irmandades estão dentro das igrejas, e nascem ou fundam-se para a Igreja, não podem, pois viver divorciadas de seus legítimos pastores, e constituírem-se um Estado no Estado, como se dá na atualidade. Isso só se vê no Brasil, onde a Lei é letra morta, e o poder que jurou manter a religião católica é o primeiro a desrespeitá-la (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11-01-1880, p.2).

D. Antônio de Macedo Costa procurou implantar uma política romanizadora, na tentativa de trazer para o controle da igreja, os negócios eclesiásticos. Uma de suas primeiras medidas, foi tentar limitar o poder das irmandades religiosas com a Portaria de 14 de junho de 1866. Segundo a referida portaria, “Para evitar inconvenientes graves, ordenamos que de agora em diante não se publique programação alguma de festividade religiosas, sem que nos seja submetido” (A BOA NOVA, 13-06-1877, p.2). Além disso, mandou interditar várias irmandades que segundo ele, tinham maçons como membros, o que gerou uma série de conflitos, culminando com a famosa questão religiosa como já mostramos na primeira seção.

D. Antônio Macedo Costa também realizou outras obras romanizadoras, na tentativa de superar a falta de um clero ilustrado e “antenado”, com os valores defendidos por Roma. Para isso, duas ações prioritárias foram empreendidas: a reforma do Seminário de Belém e o envio de jovens seminaristas para estudar na Europa. Na tentativa de conseguir apoio financeiro dos senhores ricos do Amazonas para manter os jovens seminaristas pobres estudando na Europa, D.

Antônio de Macedo Costa faz um apelo à comissão, encarregada de promover na Província do Amazonas uma coleta, em favor da educação de alguns meninos pobres, nos seminários da Europa. De acordo com transcrição, feita em 22 de março, pelo jornal a Estrela do Norte (1863, p.89), o bispo proferiu as seguintes palavras:

Senhores da comissão, sinto-me docemente comovido endereçando-vos a palavra sobre nossa pia obra, e é com verdadeiro prazer que vos passo anunciar que, apenas encetada, já vai ela dando as mais lisonjeiras esperanças a esta Província e Igreja. Em um dos mais acreditados estabelecimentos de educação secundária de França se acham atualmente dois alunos do Amazonas, que deverão a vossa caridade o benefício de uma educação esmerada e profundamente cristã. Colocados em um desses preciosos Asilos, em que se cultiva ao mesmo tempo o espírito e o coração, a instrução e a virtude; sob a guarda de mestres hábeis e dedicados que nada poupam para imbuí-los no puro gosto das letras; nutridos no amor saudável da disciplina e no respeito das boas regras, sem a qual os caracteres se corrompem e o ensino o mais pródigo é um perigo para a sociedade; estes jovens, assim como outros que lá se acham por conta da Diocese, nos dão, nas boas disposições que manifestam, bem fundadas esperanças de que podem aqui exercer um dia com fruto o sublime ministério das almas (COSTA, 1863, apud ESTRELA DO NORTE, 22-03-1863, p.89).

Como se pode observar na citação acima, D. Antônio de Macedo Costa conclama a elite rica da Amazônia a assumir, junto com a Diocese, a educação dos futuros padres, alunos dos seminários de Belém e Manaus, e daqueles que iam para a Europa. Como ex-aluno dos seminários europeus, D. Antônio Macedo Costa fala com propriedade da fama e qualidade da educação oferecida nessas instituições: “mais acreditados estabelecimentos de educação secundária de França” cujos objetivos era oferecer “uma educação esmerada e profundamente cristã”. (COSTA, 1863, apud ESTRELA DO NORTE, 22-03-1863, p.89). Para D. Macedo Costa, essas instituições asilares, eram mais importantes do que as instituições seculares, na medida em que ajudavam a cultivar não só o espírito com o saber intelectual, mas também o coração, combinando a instrução e virtude. Além disso, nesses seminários, existiam mestres hábeis e dedicados, que ensinavam não só o gosto pelas letras, mas também o respeito a boas regras. Para D. Macedo Costa, o respeito a boas regras era fundamental, pois sem elas, a sociedade se corrompia. Por isso, apelava aos corações caridosos dos mais abastados da sociedade para ajudarem a manter estudando aqueles que viriam “exercer um dia com fruto o sublime ministério das almas” (COSTA, 1863, apud ESTRELA DO NORTE, 22-03-1863, p.89).

D. Antônio de Macedo Costa realizou, além da reforma do Seminário Diocesano e do envio de jovens para estudar na Europa, os seguintes trabalhos, com objetivo de atingir seus ideais romanizadores: iniciou uma série de visitas pastorais pelo interior, a fim de acompanhar de

perto a real situação da ação da igreja junto aos paroquianos; criou logo um instrumento de comunicação, com o objetivo de falar e expor, suas ideias romanizadoras ao povo, o jornal *A Estrela do Norte* (1863), entrou em combate com os liberais, maçons e protestantes, e buscou chamar para si (para a Igreja), a responsabilidade da educação dos jovens.

De acordo Fernando Neves (2009, p.18), as visitas pastorais de D. Antônio Costa Macedo também faziam parte de um conjunto de procedimentos que objetivava construir certa hegemonia da igreja contra o campo liberal, por isso, procurou acompanhar de perto seu rebanho a fim de impor os valores reformadores da Santa Sé em Roma. Nessas visitas, além de asseverar-se de que suas orientações estavam sendo seguidas, ainda serviam para conhecer e ouvir, o estado em que se encontrava o povo, às vezes sem assistência espiritual e material, devido à ausência do Estado (NEVES, 2009, p.31).

Com a criação do jornal *A Estrela do Norte* (1863-1869) e posteriormente com o jornal *A Boa Nova* (1871-1883), D. Antônio buscou conquistar a opinião pública da Amazônia para que fosse favorável aos seus projetos romanizadores. De acordo com Karla Denise Martins (2002, p.83), naquele contexto a maior parte dos jornais criados na Província do Pará “pertencia aos partidos políticos, que os utilizavam para divulgar suas propostas e projetos; em alguns períodos, inclusive, encontramos mais de um periódico filiado a uma única agremiação política”, portanto, a Igreja não ficou de “fora desse processo, pois também publicava jornais e participava do debate político e ideológico” trazendo em suas folhas notícias políticas, religiosas, comentários e críticas.

A defesa por uma educação para a mocidade aparece nos jornais católicos e nas várias obras escritas por D. Antônio Macedo Costa, como fundamental para se alcançar o progresso e a civilização do país. Por isso, ao assumir os trabalhos eclesiásticos na Diocese do Pará, tratou logo de reformar o Seminário de Belém, mandar jovens para estudar na Corte, Bahia e Europa, e criar instituições educativas para educar meninas órfãs e desvalidas (Asilo de N. S. do Carmo, em 1871, que depois passou a chamar-se Asilo de Santo Antônio, em 1873), e para meninos pobres se instruírem e aprenderem uma profissão (Instituto de Artes e Ofícios e Agrícola da Providência em 1882).

2.2. D. Antônio de Macedo Costa e a romanização na Amazônia.

A romanização na Amazônia na segunda metade do século XIX, ganhou destaque no cenário nacional graças à atuação arrojada de D. Antônio de Macedo Costa. Segundo Riolando Azzi (1982), o bispo do Pará, merece destaque entre os três bispos brasileiros, como símbolo da reforma católica na segunda metade do século XIX: D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira (bispo de Olinda), D. Antônio Ferreira Viçoso (bispo de Mariana) e D. Antônio de Macedo Costa. Este foi se tornando “progressivamente o líder tanto do movimento reformador, como também da própria hierarquia eclesiástica nas três últimas décadas do Império” (AZZI, 1982, p.7).

De acordo com Riolando Azzi (1982), enquanto D. Viçoso volta suas ações para as questões internas da Igreja, D. Antonio Macedo Costa teve uma atuação na busca de fazer do episcopado brasileiro “um verdadeiro poder espiritual orientador da vida da sociedade brasileira”. Nesse sentido, sua visão de pastoral “incluía também uma dimensão política” que na prática significava o prestígio político do bispado junto o poder temporal para exercer suas atividades com liberdade (AZZI, 1982, p.7-8).

Para Ivan Aparecido Manoel (2008) a romanização foi na verdade um movimento de reforma do clero conservador contra a modernidade. Para ele, esse movimento ultramontano, seguia uma orientação política da “Cúria Romana após a Revolução Francesa, marcada pela centralização institucional em Roma, um fechamento sobre si mesma e uma recusa de contatos com o mundo moderno” (MANOEL, 2008, p. 48).

Na Amazônia, entretanto, a romanização no pastorado de D. Antonio Macedo Costa foi um fenômeno mais complexo e não pode ser explicado apenas pela oposição do clero conservador contra a modernidade. Para Karla Denise Martins (2002, p.77), a atuação de D. Antônio de Macedo Costa na Amazônia, foi marcada por um conjunto de fatores que merece uma avaliação mais profunda, para não corrermos o risco de fazermos uma análise reducionista. Segundo Karla Martins (2005), os projetos do bispo do Pará, eram formados por um “conjunto de ideias teológico-laicas adaptadas a situação da diocese”, baseada em textos bíblicos como de São Paulo, São Tomás de Aquino e Santo Agostinho, e textos laicos como os escritos por Lamennais e Lacordaire, entre outros. Por isso, D. Antônio de Macedo Costa, “construiu uma base argumentativa que propunha o uso de modernas tecnologias para reforçar a importância do cristianismo no mundo” (MARTINS, 2005, p. 6). Portanto, de acordo com essa autora, os

interesses do bispo do Pará não eram somente a favor da igreja, contra os interesses nacionais ou vice-versa, mas poder-se-ia encontrar muitas vezes em meio termo:

Os interesses desse clero não eram tão antinacionalistas que deixassem de lado as questões internas à região e mesmo as do Brasil para voltar-se especificamente às preocupações do clero internacional. Da mesma forma, não eram amplamente nacionalistas, a ponto de colocar os problemas brasileiros acima de tudo e de todos, esquecendo que fazia parte de um universo católico maior. Nesse sentido, precisamos de cautela para definirmos os projetos do clero liderado por D. Macedo Costa na Amazônia e entender as suas variações nesse espaço e também no tempo (MARTINS, 2002, p. 77).

Para Fernando Arthur de Freitas Neves (2009, p.18), apesar de D. Antônio Macedo Costa tomar assento ao lado dos “conservadores quanto à pertinência de um poder temporal para a Igreja”, na prática, a aplicação do seu programa reformador era bastante contraditório, pois na tentativa de combater a modernidade, acabava também incorporando a modernização (NEVES, 2009, p.25). Se, de um lado, o bispo do Pará combatia os valores da modernidade, como as ideias liberais de laicização do Estado brasileiro, secularização do casamento e enterramento, o ensino nos moldes da educação moderna, por outro lado, absorvia outros valores da modernidade, ao pregar a construção de “uma sociedade em que o progresso técnico servisse a reafirmação da vida cristã (MARTINS, 2005, p.6). Diante disso, não se pode taxar D. Antônio de Macedo Costa como anti-moderno ou totalmente antiliberal, pois ele mesmo se dizia defensor da sociedade moderna e de um certo tipo de liberalismo, que favorecesse a Monarquia e a Igreja:

Somos liberais ao ponto de comungar os princípios democráticos que sustentam a monarquia; mas repugna-nos o liberalismo que pretende abalar o princípio da autoridade civil e política, e o da autoridade religiosa e eclesiástica (COSTA, 1863 apud A ESTRELA DO NORTE, 15-03-1863, p. 81).

Diante disso, faz-se necessário olhar a romanização na Amazônia como uma prática cultural, na qual o conceito de cultura, se apresenta como “uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica”, já cifradas e carregadas de apreciação valorativa (PESAVENTO, 2008, p.15). Nesse sentido, o movimento dos bispos do Brasil, na segunda metade do século XIX, vinha carregado de apreciação valorativa, de uma leitura que eles faziam da realidade, a partir de uma cosmovisão cristã de mundo. Para combater aquilo que eles consideravam uma ameaça, iniciaram um movimento de reforma que buscava “substituir o antigo regime de Igreja-Cristandade, de origem medieval, vigente durante o período colonial, pelo

modelo de Igreja Hierárquica, implantada na Europa a partir da Reforma Tridentina” (AZZI, 1982, p. 10).

De acordo com Riolando Azzi (1982), o primeiro modelo vigente ainda no Brasil, no final do século XIX, concebia a Igreja e o Estado como uno, tendo o Imperador um duplo poder: de chefe do poder político e religioso. Por esse modelo (Igreja-Cristandade), a igreja era considerada um departamento de Estado e o clero fazia parte do funcionalismo público. O novo modelo que os bispos tentaram implantar (Igreja Hierárquica) a Igreja e o Estado teriam papéis papéis distintos, a primeira “era apresentada como uma sociedade perfeita que se ocupava dos problemas espirituais” e o segundo, deveria se ocupar apenas “das questões atinentes à ordem material (AZZI, 1982, p. 10).

Nesse sentido, uma das primeiras medidas romanizadoras de D. Antônio de Macedo Costa para implantar na diocese do Pará, o modelo de Igreja Hierárquica, foi como já apontamos, a reforma do Seminário de Belém. Essa instituição educativa localizada no Colégio de Santo Alexandre, foi criada pelo missionário jesuíta, padre Gabriel Malagrida, em 1745, mas teve vida curta. No governo do 3º bispo, Frei Miguel de Bulhões, houve sua 2ª fundação em 1751 e no ano de 1851, recebeu a autorização regia de funcionamento (LUSTOSA, 1992, p. 47).

Quando D. Antônio assumiu a Diocese de Belém, o Seminário estava dividido em dois segmentos, Seminário Maior e Seminário Menor. De acordo com o Relatório do Presidente da Província do Pará, José Coelho da Gama e Abreu, de 1880, o Seminário Maior ensinava as Matérias Eclesiásticas e o Menor, ensinava as matérias do Curso de Humanidades (PARÁ, 1880, p. 12). O Seminário Maior, ocupava as dependências do colégio de Santo Alexandre e o Menor, o prédio Santo Antônio. A partir de 1873, o Seminário Menor passou a funcionar no edifício do Carmo e o Asilo das meninas órfãs e desvalidas, criado por D. Antônio em 1871, foi para o prédio Santo Antônio (LUSTOSA, 1992, p. 48).

Para D. Antônio de Macedo Costa a reforma dos seminários brasileiros iria ajudar na formação de um clero ilustrado, apto a desenvolver a regeneração moral do país, pela prática da religião católica. Nesse sentido, D. Antônio Macedo Costa concebe a educação religiosa e a instrução secular como inseparáveis, mas com a supremacia da primeira. Para ele, só um clero ilustrado seria capaz de manter as “sólidas bases o edificio da moralidade pública”, por isso, a educação religiosa estava a “frente de todas as obras da inteligência e indústria humana, na frase de um moderno economista, semelhante à Arca da Aliança, que marchava diante do povo”.

Portanto, para o sustento da religião era fundamental “um clero instruído, dedicado, cheio do espírito de sua sublime vocação”. Segundo D. Macedo, um clero instruído não seria apenas importante para a religião e renascimento dos costumes cristãos e clericais, mas também para ajudar na “restauração dos costumes públicos e sociais, princípio de todo o verdadeiro progresso e civilização” (A ESTRELA DO NORTE, 22-03-1863, p. 90).

Para que essa educação do clero fosse possível, D. Antonio Macedo Costa buscou ajuda financeira do Estado, mas ao mesmo tempo, repudiava as constantes intromissões deste, na administração dos seminários e nos negócios da Igreja. Foram vários os momentos que D. Antônio Macedo Costa entrou em debate com os representantes do poder civil, tanto na esfera estadual, como na esfera nacional. Na obra de D. Lustosa sobre a vida e obra desse bispo, escrita em 1939, tem-se a reprodução de vários documentos escritos por D. Antonio Macedo Costa, entre eles, destaca-se o texto “*Memória*” no qual o bispo do Pará expõe ao Imperador questões atinentes aos seminários e a forma como o governo vinha tratando o trabalho eclesiástico. Nesse texto, primeiramente D. Antônio Macedo Costa, expõe que o Decreto Imperial nº 3.043 de 22 de abril 1863, que uniformizava os estudos das cadeiras dos Seminários Episcopais apesar de vir com boas intenções, na verdade era prejudicial, pois tirava a autonomia dos bispos para contratar os professores e escolher os livros que deveriam ser usados nos seminários. Em seguida aproveita para fazer o seguinte desabafo:

Permita Vossa Majestade Imperial que o diga com dolorosa franqueza que devo ter nesta ocasião: de muito, Senhor, os Bispos do Brasil somos contristados com Avisos e Decretos restritivos da liberdade e independência de nosso sagrado ministério; de há muito notamos com magoa a funesta tendência do governo a ingerir-se na economia da Igreja como se procurasse reduzi-la a pouco a pouco à condição de um estabelecimento humano, a um mero ramo de administração cível. Parecem não ser mais os bispos do Brasil que funcionários públicos, sujeitos a conselho de Estado. (COSTA, 1863 apud LUSTOSA, 1992, p. 51-52).

Mais à frente, diz que o Decreto ofendia a dignidade e os direitos do episcopado brasileiro porque privava os seminários dos benefícios que lhes competia. Além disso, o Decreto feria e humilhava o clero de maneira mais injusta na pessoa dos professores daqueles estabelecimentos de ensino. Segue então trazendo uma série de argumentos para defender a autonomia da igreja perante o Estado:

A Igreja não tem que se entender com o governo temporal do Estado; o Estado reciprocamente nada tem que ver com o governo espiritual da Igreja. [...] Ao governo civil, ainda uma vez, cumpre prover sobre o temporal dos Estados; à Igreja cabe a

administração das causas espirituais. [...] O governo não pode reformar os Seminários, mas somente fornecer aos Bispos os meios materiais para essas reformas. [...] O Governo não tem direito de ordenar que lhe sejam enviados os compêndios pelos quais se lecionam nos Seminários, pois têm os Bispos missão divina de ensinar a Religião, e ensiná-la com soberana independência dos poderes do muno (COSTA, 1863 apud LUSTOSA, 1992, p. 54-55, 62).

Com essas palavras D. Antônio de Macedo Costa defendia perante o Imperador do Brasil o fim do regime do sistema do padroado régio, mas não a separação entre Estado e Igreja. Queria o fim da interferência do Estado na gerência dos negócios eclesiásticos, mas queria manter os privilégios de religião oficial do estado, como continuar recebendo os recursos do governo para manter e reformar os seminários.

Para sustentar ainda mais seus argumentos de que cabia à Igreja a administração dos seminários e instituições educativas eclesiásticas, cita o Decreto do Concílio de Trento, seção XXIII, capítulo 18, que determinava que os Seminários deveriam ser confiados aos bispos, os quais deveriam escolher e aprovar professores idôneos e prescrever-lhes o que deveriam ensinar. D. Macedo Costa citou também o Concílio de Aquiléia, de 1856 que reafirmou a autonomia dos bispos quanto à administração dos Seminários e da educação da juventude. De acordo com D. Macedo Costa, esse documento defendia que cabia à Igreja a missão de “difundir por toda a parte a instrução, criando escolas gratuitas em benefício da mocidade e inspirando aos maiores gênios o heróico pensamento de se dedicarem ao penoso ensino da classe pobre e miserável” (COSTA, 1863 apud LUSTOSA, 1992, p. 58).

Buscando cumprir os preceitos romanizadores, D. Antônio de Macedo Costa, mandou como já dissemos, vários jovens seminaristas estudarem fora do país, assim como ajudou também outros jovens a continuar seus estudos em instituições seculares no Brasil, como podemos constatar nos textos abaixo publicados no Jornal do Pará:

O abaixo assinado agradece cordialmente todas as pessoas que se dignaram a acompanhar o embarque de seu filho Emiliano Pereira da Silveira Frade, com especialidade ao Sr. D. Antônio de Macedo Costa, que tomou sob sua valiosa proteção recomendando-o para o Colégio da Bahia onde vai continuar seus estudos (JORNAL DO PARÁ, 22-06-1868, p.2).

Desejoso meu prezado filho João Gonçalves Nogueira de seguir os estudos das ciências médicas, eu sentia dificuldades insuperáveis os seus e meus desejos, até que pude encontrar no nosso virtuoso bispo, o exmo. Sr. D. Antônio de Macedo Costa, o único recurso que me faltava para vencer os primeiros passos [...] Não era possível que eu tivesse meu filho estudando em uma corte, como a do Rio de Janeiro, se não com grande contribuição anual, se não fosse os recursos de proteção que venho de descrever, devida

ao meu e muito sábio prezado amigo e virtuoso bispo diocesano o Exmo. Sr. D. Antônio (JORNAL DO PARÁ, 11-12-1868, p.2)

Esses depoimentos mostram que D. Macedo via a ciência como uma forte aliada da fé para a superação dos problemas sociais e espirituais da Província Amazônica. Os jovens seminaristas ao voltarem iram contribuir para a formação de um clero ilustrado e afinado com os princípios romanizadores, e conseqüentemente influir no comportamento religioso do povo para o abandono do catolicismo popular visto por D. Macedo como influência negativa da barbárie e da incivilização. Para Raymundo Heraldo Maués (1995, p. 17) o catolicismo popular é um “conjunto de crenças e práticas socialmente reconhecidas como católicas, de que partilham, sobretudo, os não especialistas do sagrado, quer pertençam às classes subalternas ou às classes dominantes”. Essas crenças e práticas foram na sua grande maioria forjadas no seio das irmandades religiosas de leigos como a esmolação, com imagens de santos e as folias e festas dos Santos. De acordo com Maués (1995, p. 169), embora essas práticas sejam ainda condenadas por muitos como práticas não católicas, “são também esperadas como partes dos festejos do santo, assim como as rezas, as ladainhas, as missas, as procissões, o arraial, a festa dançante, as brigas, os namoros, e tudo mais que compõe uma verdadeira festa de santo”. Foi esse catolicismo popular que D. Antônio de Macedo Costa tentou combater formando um clero ilustrado e afinado com catolicismo diocesano. Já os jovens formados nas Academias de Medicina, Direito ou nos demais cursos, e até mesmo aqueles que iam estudar nos seminários, mas que não seguiam a carreira eclesiástica, ao retornarem iriam prestar relevantes serviços à região amazônica pela sua condição de cidadão culto:

Alguns dos jovens por ele (D. Macedo Costa) enviados à Europa não seguiram a carreira eclesiástica, mas vieram a prestar serviços ao Pará, como Felipe e Bernardino Pinto Marques, Antônio Rabelo, Francisco Pinheiro de Queirós e mesmo Frederico Neri, que ficou na França a ali mesmo honrou o Brasil e o Pará (LUSTOSA, 1992, p. 27).

O texto acima também serve para refletirmos que nem tudo saía como queria o bispo, ou seja, conseguir um número significativo de padres, formados nos seminários europeus já que vários desses jovens enveredavam para outros caminhos e alguns provavelmente, tornaram-se adeptos da doutrina liberal.

D. Antônio Macedo Costa procurava cada vez mais ganhar terreno no campo da instrução defendendo uma política educacional para a Amazônia a fim de elevar o nível da instrução pública na região, para se poder chegar ao verdadeiro progresso, que para ele,

significava a elevação do país pela formação intelectual e religiosa, era necessário inculcar no povo os valores católicos, de acordo com as diretrizes da Santa Sé. Sobre seu esforço para avançar na conquista desse campo, têm-se essa nota no jornal da diocese, publicado em 1877:

Ninguém desconhece os esforços constantes do ilustrado Sr. Bispo diocesano para elevar entre nós o nível da instrução pública. O verdadeiro progresso não se realizará sem uma boa e sólida educação. A mocidade é o porvir, educá-la convenientemente é preparar um futuro melhor (A BOA NOVA, 21-11-1877, p.1)

Ao reformar o Seminário, enviar jovens para estudar na Corte, Salvador e Europa, ao criar o Asilo de N. S. do Carmo (que depois passou a chamar-se Asilo de Santo Antônio, criar o Instituto da Providência) e trazer as Irmãs do Instituto de Santa Dorotéia da Europa para ensinar as meninas paraenses, D. Antonio de Macedo Costa “entra com força” na disputa com os liberais pela hegemonia de um programa educacional para a Amazônia e para o país.

O programa educacional católico, como bem mostrou Ivan Manoel (2008) estava fundamentado numa teoria de educação conservadora cuja estratégia, ele denominou de “*teoria dos círculos concêntricos*” que começaria com a educação da menina para se tornar “mãe cristã de filhos cristãos; de filhos cristãos para famílias cristãs; das famílias cristãs para sociedade cristã”, chegando-se em breve espaço de tempo, a recristianização da sociedade moderna (Manoel, 2008, p. 58). Por esse programa, a fé e razão “andariam de mãos dadas” sendo, portanto, a educação pela fé a mais importante.

Diferentemente do que pregavam os católicos, os liberais defendiam em seu programa uma educação moderna, cujos princípios estavam pautados nos ideais positivista e liberal, a separação entre Estado e Igreja, a educação laica e gratuita sob a gerência do Estado. No Jornal criado pelo partido liberal do Pará, em Janeiro de 1869, há vários exemplos de como eles pensavam e queriam uma educação para a Amazônia e para o Brasil.

Trago agora dois textos do Jornal O Liberal do Pará que fazem críticas ao sistema educacional do Império brasileiro e apresentam uma proposta moderna de educação. No texto *Instrução Popular: A primeira Educação*, de 12 de fevereiro de 1878, atribuído a uma pessoa apenas identificada como S. de C., têm-se a ideia clara de que só por meio de reforma política não seria suficiente para se chegar a um país civilizado e próspero. Seria necessária também uma reforma no sistema educacional a fim de se chegar a uma educação moral, dos costumes e dos hábitos para livrar o país do estado de “barbárie” e atraso, que fazia aumentar cada vez mais, a criminalidade: “Se vos deres leitor, ao trabalho de estudar atentamente a estatística criminal,

ficareis assombrados de ver por quanto à ignorância e a miséria entram na criminalidade.” (O LIBERAL DO PARÁ, 12-02-1878, p.1)

Como proposta para resolver o problema da “delinquência juvenil”, os liberais propõem que o governo imperial faça o inverso do que vinha fazendo: ao invés de construir hospitais, hospícios e prisões, deveria construir jardins de infantes e escolas. Segundo os liberais, “se houvesse jardins de meninos e escolas em maior número, não haveria necessidade de tantas prisões e hospitais”. Além disso, defendiam uma reforma que atingisse não somente a estrutura física das escolas, mas também a prática pedagógica. Queriam os liberais mais escolas, mas não qualquer escola. Queriam escolas “um pouco menos imperfeitas do que as que possuímos”. Queriam professores, de preferência professoras para atender as crianças menores, mas não qualquer professora. Queiram professoras mais preparadas pedagogicamente: “um pouco mais iniciadas no segredo da pedagogia”, pois disso dependia “a regeneração de nossa sociedade” (O LIBERAL DO PARÁ, 12-02-1878, p.1).

Diante disso, propõem os liberais que se construa e se multiplique por todo país jardins de meninos para oferecer à infância brasileira a primeira educação que iria influir decididamente no seu futuro. Entretanto, não acreditavam que sua proposição iria ser atendida, pois conheciam “os nossos homens de estado” e suas formas de governar, que ao invés de investir e melhorar o estado da instrução pública, faziam reduzir o número de escolas e diminuir o salário dos professores, dando “profundos golpes na verba da instrução, a pretexto da economia”, contudo, a arrecadação de impostos continuava aumentando, assim como também, o desperdício de milhões (O LIBERAL DO PARÁ, 12-02-1878, p.1).

No texto “A instrução pública nos Estados-Unidos”, publicado também no jornal O Liberal do Pará, no dia 10 de janeiro de 1877, têm-se ao mesmo tempo uma crítica ao sistema educacional brasileiro e a exaltação dos modelos americano, e prussiano de educação pública, exemplo para o mundo de educação moderna que deu certo.

Nos Estado Unidos, segundo os liberais, a implantação do sistema moderno de Educação possibilitou as seguintes melhorias: valorização dos professores que passaram a ser bem mais remunerados; aumento dos gastos públicos com as escolas públicas; a criação da *Lei da Instrução para todos*, que determinava “que todo o ente humano tem jus a receber instrução intelectual e moral”. Essa lei, que possibilitou a criação do “sistema de escolas gratuitas” em 1846, garantindo gratuitamente aos alunos, além da instrução, o material didático como “livros,

papel, penas, tintas, lápis, etc.”. Além disso, apontam também os liberais outras melhorias na Instrução Pública nos Estados Unidos como o aumento de alunos matriculados na idade de 4 a 21 anos, distribuídos em 13.000 escolas municipais, colégios e universidades; o aumento do número de mulheres no exercício do magistério atendendo as crianças menores, embora ganhassem menos que os homens, assim como também a extinção do ensino religioso nas escolas públicas a fim de evitar o favorecimento de alguma religião em detrimento de outras. No tocante a isso, ficou determinado que no início das aulas se fizesse apenas uma leitura de um capítulo da Bíblia, sem comentários ou explicação do texto lido, assim como não permitindo que esses textos bíblicos servissem como conteúdo de aulas, ou que expressassem máximas ou jargão de alguma religião (O LIBERAL DO PARÁ, 10-01-1877, p. 1).

No tocante as questões pedagógicas e administrativas, foram criadas nos Estados Unidos uma espécie de “conselho escolar”, as clamadas “juntas locais de instrução”, eleitas anualmente pelos moradores dos distritos ou cidades. Essas juntas tinham como atribuições receber e distribuir subsídios, vigiar e inspecionar “tudo o que é concernente a essa importantíssima função social”, inclusive, fiscalizando a aptidão dos mestres e professores no tocante ao ensino (O LIBERAL DO PARÁ, 10-01-1877 p. 1).

A Prússia (Alemanha) era também apontada pelos liberais, como exemplo de país que adotou um sistema moderno de educação e alcançou excelentes resultados. Já os antigos Estados Pontifícios ainda sobre forte influência da educação conservadora e do catolicismo, seriam exemplo de atraso no campo da instrução pública. A Prússia seria admirada pelo seu elevado cultivo intelectual e pelo elevado número de pessoas alfabetizadas. De cada cem, apenas cinco ou seis seriam analfabetos. Já entre antigos Estados Pontifícios o número de analfabetos seria muito grande, “havendo apenas entre 150 habitantes um que soubesse ler e escrever” (O LIBERAL DO PARÁ, 10-01-1877 p. 1).

Para D. Antonio Macedo Costa e para clero romanizador da Amazônia, o que os liberais apontavam como progresso, não passava de grande engano. No texto “A instrução liberal é sinônimo de imoralidade”, publicado no jornal A Boa Nova, no dia 01 de setembro de 1877, têm-se uma tentativa de desconstruir e de colocar em descrédito a tão propagandeada educação moderna. De acordo com os romanizadores, a máxima liberal que vinha sendo constantemente propagandeada de que “a Instrução é a única fonte da moral” não passava de uma grande farsa (A BOA NOVA, 01-09-1877, p. 1).

De acordo com os redatores do jornal A Boa Nova, os liberais acreditavam que o investimento em construção de escolas e o fomento da instrução pública, seriam suficientes para diminuir o investimento na construção de cadeias. Além disso, os liberais acreditavam também que somente a leitura de jornais e bons livros (livre pensamento) seriam suficientes para se alcançar a moralidade pública. Para os padres romanizadores, entretanto, essa tese era falsa porque nos países que adotaram o sistema moderno de educação liberal como a Prússia, vinha acontecendo o oposto do que diziam os liberais no campo da moralidade (A BOA NOVA, 01-09-1877, p. 1).

Para confirmar seus argumentos, os padres do jornal A Boa Nova citam um escritor francês chamado Sr. Sarcey, que traz informações de um autor alemão, sobre o estado moral daquele país. De acordo com o Sr. Sarcey, o relatório de 1872, do governo alemão, dizia que apesar dos progressos da instrução pública, nenhuma melhoria se conhecia no estado moral; antes, pelo contrário, havia nele constante progresso para os crimes, suicídios e a corrupção. Além disso, informa mais o Sr. Sarcey, que aumentou a criminalidade entre as mulheres pela prática do infanticídio, aumentou também o número de mortes, diminuindo o número da população. O problema da violência e a diminuição da longevidade na Prússia estariam associados ao uso de bebida alcoólica (A BOA NOVA, 01-09-1877, p. 1).

São também apresentados os seguintes problemas identificados pelo Sr. Sarcey na sociedade alemã como causadores da desmoralização: aumento da prostituição; aumento de doenças; aumento do divórcio, corrida desenfreada e gananciosa em busca de fortunas e gozos materiais. Diante disso, concluem os padres romanizadores seu texto: “A instrução liberal é sinônimo de imoralidade”, da seguinte forma:

Eis aqui até onde tem chegado “o mestre escola” da Alemanha. Eis aqui o quadro verídico das virtudes protestantes. Eis aqui como sobe o nível da moralidade com o nível da instrução primária. Eis aqui os resultados que se tem obtido pelo *cultur-kampf* (luta pela civilização). Expulsaram-se os jesuítas da Alemanha, os vícios precipitam-se ali em tropel. Tínhamos previstos com antecedência. E que não venham falar-nos mais em moral independente. Nós temos o Sr. Sarcey por nós (A BOA NOVA, 01-09-1877, p. 1).

Ao mesmo tempo em que procuram desmoralizar o discurso liberal e seu programa de educação moderna, a Igreja católica, na pessoa de D. Antônio de Macedo Costa e dos seus padres auxiliares, chamava para si a responsabilidade de única e legítima educadora do povo. Ao dizer que num país protestante como a Alemanha, o sistema de educação moderna não funcionava, os

romanizadores estavam dizendo (em outras palavras), ao povo da Amazônia e do Brasil: não coloquem seus filhos nas escolas dos protestantes! Não aceitem a instrução pública sem a educação religiosa católica! Não há educação moderna sem contribuição da Igreja. Na concepção dos romanizadores, a verdadeira civilização só se alcançaria, se a Igreja Romana fosse à suprema educadora do povo. Por isso, D. Antônio Macedo Costa, durante seu pastorado na Amazônia, buscou por vários meios, fazer o povo trilhar o caminho da civilização, que para ele significava elevar o nível intelectual e moral, requisitos essenciais para se chegar ao progresso e bem estar econômico.

2.3. D. Antônio de Macedo Costa e civilização da Amazônia.

Elevar, pois o nível intelectual e moral dos povos do Amazonas é uma questão econômica de primeira ordem. Que digo eu senhores? Remontemos a mais subida esfera? É uma questão política, uma questão social, uma questão de humanidade, um grave problema do ponto de vista da civilização e do cristianismo (COSTA, 1883, p.4).

Para D. Antônio de Macedo Costa só existia um caminho seguro que faria a Amazônia trilhar os caminhos da civilização: elevar o nível intelectual e moral do seu povo. Para ele, investir na instrução e educação moral, seria investir no desenvolvimento da própria economia. E isso, era uma questão política, social e de humanidade, pois, o baixo nível intelectual e moral do povo seria um grave problema que impedia, não só o avanço da civilização, mas também do cristianismo.

Para o enfrentamento desse problema, D. Antônio de Macedo Costa apresenta um projeto de desenvolvimento para a Amazônia cujos princípios estavam centrados na educação cristã, que significava dar ao povo, a instrução escolar e a educação moral pelo ensino da religião católica. Além de, incentivar a criação de mais escolas e de criar suas próprias instituições educativas, D. Antônio, também apresentou, em 1883, a obra: “*A Amazônia: meio de desenvolver sua civilização*”, onde defendeu um projeto que ajudaria a levar aos mais distantes lugarejos da Amazônia, a luz do evangelho e da civilização. Nesta obra, D. Macedo Costa resenha a Amazônia e seu povo: o estado socioeconômico, intelectual e moral, as potencialidades da região e as perspectivas para se alcançar a tão sonhada civilização. O cerne do debate do livro é justificar à elite local, as vantagens de se construir um Navio Moderno (Vapor-Igreja), “um templo flutuante destinado a evangelização do grande vale” (COSTA, 1883, p.5), para ajudar no processo civilizatório da região:

Consiste esta ideia na construção de um paquete a vapor adaptado exclusivamente ao serviço de uma missão permanente no vale do Amazonas. Será um *Navio-Igreja*, um *Templo Flutuante*, que levará a seu bordo um grupo de excelentes Sacerdotes, a percorrerem continuamente em todos os sentidos a imensa rede fluvial do rio-mar, levando às luzes e os socorros do espírito as populações cristãs e pagãs que hoje vivem e morrem completamente ao desamparo (COSTA, 1883, p.13)

Os argumentos iniciais apresentados por D. Antônio Macedo Costa para convencer a população rica da Amazônia a investir no seu projeto Navio-Igreja, trazem a ideia de uma Amazônia com grande potencial econômico e que para se chegar a civilização, o único caminho seria elevar o nível intelectual e moral do povo pela educação cristã. Segundo D. Antônio a Amazônia era uma região que vinha atraindo cada vez mais a atenção do mundo, não só pela incomparável beleza e espetáculo da natureza, mas também pelo seu grande potencial econômico: “A ciência, a indústria, o comércio começam a descobrir o recôndito e opulento tesouro de riquezas naturais, encerradas nesta bacia Amazônica, que poderá alimentar um dia a fartar cem milhões de criaturas humanas” (COSTA, 1883, p.3).

Para fundamentar a crença no potencial econômico da Amazônica, D. Antonio Macedo Costa cita Agassiz e Humdoldt. Para o primeiro, a Amazônia seria uma região mais rica e fecunda do que os célebres vales do rio Nilo e que deveria um dia, possibilitar à humanidade recursos inesperados. Para o segundo, a Amazônia seria um dia, o maior empório do comércio do mundo. Para que essas “profecias” se tornassem realidade, D. Antonio Macedo Costa vai defender a elevação do nível intelectual e moral do povo amazônico. De acordo com ele, se o trabalho na Amazônia mesmo de forma rústico e com todas as deficiências, inclusive àquelas oriundas do baixo nível intelectual e moral do povo, já pesava na balança comercial do mundo, com as reformas defendidas por ele os resultados seriam muito maiores:

Com efeito se agora que apenas se entra a explorar alguns produtos espontaneamente oferecidos pela natureza, sem sombra de cultura, com processos de extração grosseiros ininteligentes, com braços insuficientes para o trabalho, com uma população em parte nômade, quase sem cultivo intelectual e moral em parte mergulhada na noite do selvagismo, já o Amazonas pesa na balança da indústria e comércio do mundo, que será quando o *ouro vegetal* da *sinfonia elástica*, de que ele já fornece por dois terços do consumo do globo, e os outros produtos com que enriquece de presente os mercados da Europa e América, forem espantosamente acrescentados pelo trabalho e indústria de uma grande população instruída, moralizada, laboriosa; que será quando a essas se juntarem outros gêneros, drogas e especiarias ainda não utilizadas, como essências, tintas, cascas, óleos, gomas, resinas, fibras têxteis, plantas raras, madeiras preciosas, e mil e outros riquíssimos produtos que braços inteligentes e ativos poderão desentranhar desse solo abençoado? (COSTA, 1883, p.4).

Para D. Macedo Costa o caminho que a Amazônia precisava trilhar para desenvolver sua economia e sua civilização, era o cultivo intelectual e moral, que para os romanizadores significava desenvolver na região a prática do trabalho. A palavra trabalho, significava para os ultramontanos atividades manuais e intelectuais, sendo a última a mais nobre. Por isso D. Antônio Macedo Costa defendia a substituição do trabalho “*grosseiro e ininteligentes*”, por um “*trabalho e indústria de uma grande população instruída, moralizada e laboriosa*”. Como desenvolver “*braços inteligentes e ativos*” que fossem capaz de tirar inúmeras riquezas do abençoado solo amazônico? A resposta de D. Antônio de Macedo Costa era clara: “Elevar o nível intelectual e moral dos povos do Amazonas é uma questão econômica de primeira ordem”. Mas isso não poderia ser feito sem as diretrizes da Igreja Romana. Para os padres ultramontanos seria um grande equívoco pensar que se poderia elevar o nível intelectual e moral do povo sem a presença dos ensinamentos católicos. Por isso, criticavam os princípios defendidos pelos liberais que pregavam a incompatibilidade entre a Igreja e a Civilização:

É verdade que a civilização não pode dar seus frutos em uma sociedade que vive do Espírito de Jesus Cristo e no meio da qual a Igreja Católica faz ouvir sua voz de Mãe e Mestre? Será condenado o homem a não fazer parte da sociedade daqueles que gozam da civilização na ordem física, moral e religiosa, se não for rebelde à Igreja ou se não a repudiar? (LEÃO XIII, 1877 apud A BOA NOVA, 26-06-1878, p.1).

As duas perguntas acima foram feitas no texto “A Igreja e a Civilização” escrito em 1877, pelo ilustre cardeal *Joaquim Pecci* que no ano seguinte se tornaria o *Papa Leão XIII*. Esse texto foi reproduzindo no jornal A Boa Nova, em 1878, no contexto da disputa entre liberais e ramanizadores, pela liderança da política de civilização da Amazônia na segunda metade do século XIX.

Para Leão XIII, se a crença de que realmente existia uma incompatibilidade entre a Igreja e a Civilização, fosse levada a cabo com uma guerra contra a Igreja, o resultado desse equívoco seria a instalação da barbárie e selvageria, ou seja, ao invés do progresso, se teria um retrocesso. Para evitar tal erro, Leão XIII recomenda que se faça uma reflexão calma, à luz serena dos fatos, a fim de evitar que “nenhum de vós seja arrastado ao erro ou impelido a suspeitar da Igreja” (LEÃO XIII, 1877 apud A BOA NOVA, 26-06-1878, p.1).

O que seria então civilização para o papa Leão XIII? Que argumentos apresenta para provar que não havia uma oposição entre a Igreja e Civilização? Para Leão XIII, civilização seria o processo que possibilitava realizar “as condições pelas quais o homem se aperfeiçoa física e

moralmente”. Nesse sentido, a Igreja não seria um empecilho para o homem chegar ao bem estar físico e ao grau de civilização que lhe seria possível atingir, pelo contrário, a missão da Igreja seria contribuir para o processo de aperfeiçoamento humano promovendo a felicidade dos homens na outra vida e também nesta vida (LEÃO XIII, 1877 apud A BOA NOVA, 26-06-1878, p.1).

Para mostrar que a Igreja seria no mundo o sustentáculo da civilização, Leão XIII vai mostrar que ela valorizava e defendia aquilo que seria a fonte de todas “as riquezas públicas e particulares, os aperfeiçoamentos da matéria e as descobertas engenhosas”: *o trabalho*. Sobre o papel da Igreja nesse campo de atuação para o desenvolvimento da civilização, Leão XIII pergunta:

Ora, o trabalho quer o encaremos sob mais humilde forma que é o trabalho manual, quer sob os mais nobres que é o estudo da natureza para conhecer-lhe as forças e aplicá-las aos usos da vida, quem porventura o tem melhor animado do que a Religião de Jesus Cristo, a qual se conserva pura e inalterável na Igreja? (LEÃO XIII, 1877 apud A BOA NOVA, 26-06-1878, p.1).

Para Leão XIII o exemplo mais claro de que a Igreja contribuía com a civilização estava na relação e interpretação que as nações católicas tinham com o trabalho. De acordo com ele, nos países onde o cristianismo não imperava se observava certo desprezo pelo trabalho oriundo de uma tradição dos gregos, romanos e outros povos, cujos princípios estavam assentados na ideia de que homens livres e de posses de todos os seus direitos não trabalhavam. Trabalho seria coisa de escravo e de bárbaros. Entretanto, esse quadro começou a mudar, segundo Leão XIII quando a Religião Católica começou a ganhar espaço na sociedade:

Desde o princípio o trabalho foi honrado como uma dignidade sobre-humana porque Jesus Cristo verdadeiro filho de Deus, quis estar sujeito a um pobre artista da Galileia, e Ele próprio na Oficina de Nazaré não corou por ocupar no trabalho sua mão abençoada. Foi do trabalho que os Apóstolos enviados por Jesus Cristo quiseram pedir o sustento da vida, para não estarem a cargo de seus irmãos e até para poderem socorrer os indigentes (LEÃO XIII, 1877 apud A BOA NOVA, 26-06-1878, p.1).

De acordo com Leão XIII, assim como o próprio Cristo deu exemplo e valorizou o trabalho, da mesma forma fizeram os padres da Igreja: Santo Ambrósio, Santo Agostinho, S. João Crisostomo. Eles elevaram o trabalho a mais alto apreço. Para este último, o trabalho que nos é imposto como expiação, serve também para mortificar nossa natureza moral. Além disso, o trabalho permitia ter não só para si, como também para socorrer o semelhante. Portanto, para

Leão XIII, a Igreja não seria um obstáculo para o progresso, pelo contrário, seria a responsável em promover a civilização pelo incentivo do trabalho:

Todos os belos e verdadeiros pensamentos sobre o trabalho são cristãos, todos saíram do seio da Igreja. Esta segundo sua natureza influiu poderosamente para que estes pensamentos tomassem corpo nos fatos e nas Instituições. [...] Quantos louvores é preciso fazer a estes pobres monges que deram tamanho impulso ao que torna a vida próspera e cômoda (LEÃO XIII, 1877 apud A BOA NOVA, 26-06-1878, p.1).

No texto supracitado, do Papa Leão XIII, dois conceitos aparecem e precisam de uma análise: *civilização* e *trabalho*. O primeiro conceito, de acordo com John Thompson (1995), deriva da palavra latina *civilis* que foi usada inicialmente na França e Inglaterra, no século XVIII, “para descrever um processo de desenvolvimento humano, num movimento em direção ao refinamento e à ordem, por oposição a barbárie e selvageria”. Nesse período, segundo Thompson, o termo latino *cultura*, também era usado nos idiomas europeus com o sentido de *cultivo* ou *cuidado* de coisas (grãos, animais) e a partir do século XVI, o sentido se estendeu para o desenvolvimento humano (THOMPSON, 1995, p. 167-168). No século XIX, o termo cultura era usado como sinônimo ou em oposição ao termo civilização como ocorria na língua alemã. Para os alemães a palavra *civilização* adquiriu um sentido negativo porque era associada à polidez e refinamento das maneiras, coisa da elite, já *cultura* significava produção intelectual, artística e espiritual de qualquer indivíduo (THOMPSON, 1995, p. 167-168).

O termo cultura na língua alemã embora seja considerado um avanço na esfera do pensamento humano, ainda servia para rotular quem tinha cultura e quem não tinha. Quem era culto e quem era inculto. Fazendo-se um deslocamento desses conceitos (dos séculos XVIII e XIX) para a Amazônia e para toda a América Latina, o nativo da terra, o caboclo (o mestiço) e os negros seriam os “bárbaros”, “incivilizados”, os incultos que para se regenerar, precisavam da luz da civilização ou da cultura trazida pelos europeus. Portanto, os colonos europeus seriam na visão de Euclides da Cunha, os pupilos do Estado, ou seja, aqueles que com exemplo de vida civilizada seriam rigorosos regulamentos para ajudar os nativos a mudar sua forma de vestir-se, comer, de rezar e com isso tornarem-se cidadãos civilizados: “o colono, ou o emigrante, tornar-se em toda parte um pupilo do Estado. Todos os seus atos, desde o dia da partida até aos últimos por menores da alimentação ou de vestir, predeterminam-se em regulamentos rigorosos” (CUNHA, 1999, p.31

Nesse sentido, a civilização não seria possível sem o desenvolvimento e cultivo do trabalho já que na concepção da Igreja, a palavra trabalho significava atividade *manual* e *intelectual*, sendo este último, o mais nobre devido estudar a “natureza para conhecer-lhe as forças e aplicá-las aos usos da vida”. Portanto, para desenvolver a civilização seria fundamental desenvolver o trabalho em todos os seus aspectos: manual e intelectual. Para isso só existia um caminho, a *educação*. Só a educação seria capaz de promover a civilização pela elevação do trabalho, principalmente no seu aspecto intelectual. Mas não qualquer educação, apenas a educação nos moldes cristãos:

É sobre a educação, que os melhores pensadores convergem seus estudos. A educação da mocidade vazada nos moldes cristãos dará uma sociedade moralista, pacífica e próspera como a que voltar ao tipo pagão, ao materialismo, produzirá infalivelmente a anarquia, a ruína e a morte (A BOA NOVA, 23-07-1879, p.1).

No texto referenciado, intitulado “*Educação*” de autoria não identificada, os clérigos redatores do jornal A Boa Nova, defendem que somente a educação cristã dará uma sociedade moralista, pacífica e próspera, no entanto, onde a educação acontecesse nos moldes pagão, fundada na filosofia materialista, o que se produziria seria “infalivelmente a anarquia, a ruína e a morte”. Para evitar que esse estado de anarquia moral se instalasse na Amazônia pela penetração de ideais *modernas anticatólicas* como o *comunismo* e *anarquismo*, D. Macedo Costa vai tomar várias medidas, dentre elas, a criação do Instituto de Artes e Ofícios e Agrícola da Providência, em 1883. Segundo D. Lustosa (1992, p. 493), o Instituto da Providência nasceu do empenho de D. Macedo Costa inspirado do trabalho de S. João Bosco, fundador do Instituto Salesiano do trabalho com a intenção de combater na Europa o chamado perigo operário:

S. João Bosco intuiu o perigo operário, percebeu que a impiedade estava aparelhando a *massa proletária* para atirar contra todas as instituições de ordem social. O único meio de prevenir o mal seria educar, desde a infância, operários sinceramente católicos. Deveria para isso abrir oficinas-escolas de diferentes artes e ofícios, provê-las de tudo: pessoal dirigente técnico, máquinas modernas, etc., a fim de que os operários aí formados em nada se sentissem inferiores aos outros do mesmo mister, formados em oficinas sem religião (LUSTOSA, 1992, p. 493).

O século XIX foi marcado por uma série de acontecimentos no seio do movimento dos trabalhadores, principalmente, trabalhadores urbanos, chamado pela Igreja Católica de “perigo operário”. De acordo com D. Lustosa, esse movimento buscava incitar a “massa

proletária” contra todas as instituições de ordem social e, o único meio de evitar esse “mal”, seria pela educação cristã dos futuros operários (LUSTOSA, 1992, p. 493).

De acordo com o historiador da educação Franco Cambi (1999), o século XIX foi marcado pela influência das chamadas pedagogias oitocentistas construídas a partir de duas principais correntes ideológicas: o positivismo e o socialismo. Com a primeira corrente ideológica, a educação ocupava papel central, pois ao buscar construir uma sociedade positiva (científica), era preciso conformar, integrar e tornar o sujeito socialmente produtivo. Já no socialismo, buscava-se forjar uma pedagogia ideológica para a libertação e emancipação do ser humano. No anarquismo (componente profundo e ativo do socialismo) buscou-se formar uma pedagogia libertária que colocava o indivíduo antes da sociedade (CAMBI, 1999, p 410-411).

O positivismo, socialismo e anarquismo se espalharam pela Europa, ganhando “terra fértil” no seio da classe trabalhadora. Na Inglaterra, de acordo com o historiador Eduard P. Thompson (1997), a formação da *classe operária* em Londres possibilitou uma série de lutas sociais por direitos e reformas parlamentares. Entretanto, ainda segundo o autor, faltou a esses movimentos populares, uma “coerência e vigor resultante do envolvimento de toda uma comunidade em tensões sociais coletivas”. Para ele, esses movimentos populares, por estarem sujeitos às motivações intelectuais e ideológicas, conseguiram ter um alcance significativo: de Londres se difundiam para os centros provinciais (THONPSON, 1997, p19).

O historiador Eric Hobsbawn (2000) também identificou outro fenômeno na Inglaterra, fruto das lutas dos trabalhadores, chamado de Luddismo ou destruição das máquinas. De acordo com esse autor, esse movimento de quebras de máquinas que “não era dirigido apenas contra as máquinas, mas também contra matérias-primas e produtos até propriedades” seria um recurso usado pelos trabalhadores como “meio de forçar seus empregadores a fazer-lhe concessões com relação a salários e outras questões” (HOBSBAWN, 2000, p. 17-19).

Nesse sentido, era necessário combater o “perigo operário” e fazer os trabalhadores trilhareem o caminho da ordem e da submissão às autoridades constituídas, e à Igreja. Para isso, era preciso “educar desde a infância, operários sinceramente católicos” (LUSTOSA, 1992, p. 494). Foi com esse propósito que nasceu o Instituto de S. João Bosco na Europa, o qual vinha alcançado bons frutos no campo da formação profissional de adolescentes e jovens pobres. Por esse motivo, D. Macedo procurou trazer os padres salesianos para Amazônia, como isso não foi possível, não desistiu de seu objetivo e criou, mesmo sem o apoio dos salesianos o seu próprio

Instituto. O local escolhido para construir o prédio do Instituto foi à margem da Estrada de Ferro Belém-Bragança, perto do Marco da Légua, antes de Ananindeua. Ali eram atendidos filhos de índios e da população pobre que recebiam entre outras coisas, educação musical (LUSTOSA, 1992, p. 494).

De acordo com Irma Rizzini (2004) no Instituto da Providência era ensinado aos meninos a “leitura, escrita, desenho, música, aritmética, instrução cívica (direitos e deveres do cidadão), doutrina cristã; ensino agrícola e de ofícios nas oficinas de forjaria, limador, fundidor, carpinteiro, marceneiro, pedreiro, sapateiro, alfaiate, etc”. Segundo Rizzini, para o desenvolvimento dos trabalhos, “D. Macedo Costa importou da Inglaterra oficinas completas, com 40 máquinas, montadas por engenheiros ingleses”. Além disso, existia uma tipografia, uma fábrica de farinha e a banda de música composta por 35 educandos. Esta por ocasião de “visitas de autoridades e jornalistas, executavam o hino do ‘Providência’, composição do maestro E. Bernardi, feita especialmente para o Instituto” (RIZZINI, 2004, p.372).

A educação musical oferecida aos alunos do Instituto, possibilitou a criação da Banda de música do Instituto da Providência. Essa banda ganhou notoriedade na sociedade paraense, como se pode observar numa matéria do jornal: "A Constituição", de março de 1886, onde se tem uma homenagem ao senador Siqueira Mendes, em nome do bispo do Pará, pelos “valiosos auxílios que lhes tem prestado”. Nesse texto a banda de música do Instituto da Providência é descrita como “magnífica banda de música” dirigida por um ilustrado líder, o Dr.: José Agostinho dos Reis e o Instituto descrito como uma instituição que “prospera com rapidez nunca vista em estabelecimento dessa ordem” e que possibilitava um “visível aproveitamento dos alunos” e o bispo D. Macedo, como pastor que “reúne mais esse serviço a humanidade, aos inúmeros títulos com que se impõe ao coração dessas ovelhas” (A CONSTITUIÇÃO, 27-03- 1886, p.2).

Anos depois, a banda de música do Instituto Providência, dirigida pelo professor Aureliano Guedes fez uma belíssima apresentação no Teatro da Paz, no dia 4 de maio de 1890: “É também digno de louvores o conhecido professor Aureliano Guedes, pela maneira brilhante porque tem, sempre, sabido apresentar a banda de música do Instituto Providência do qual é antigo diretor” (A VOZ DO CAIXEIRO, 04-05-1890, p.3). Quanto a sua duração, Rizzini afirma que o Instituto Providência existiu somente até 1891, ano da morte de D. Macedo Costa, seu criador. Depois desse ano não há mais registro sobre suas atividades (RIZZINI, 2004, p.378).

Também procurei fontes sobre ele nos jornais e nos relatórios dos presidentes da Província do Pará, e não as encontrei.

O Instituto da Providência foi a segunda instituição criada na Província do Grão-Pará, para atender meninos pobres, órfãos e desvalidos. O primeiro como bem mostrou Andreson Carlos Elias Barbosa (2011), foi o *Instituto Paraense de Educandos Artífices*, criado pelo governo provincial, em 1872. Esse Instituto, de acordo com Andreson Barbosa representou a principal política do governo provincial paraense para os meninos desvalidos, numa tentativa de consolidar os “ideais iluministas produzidos na Europa, materializados no projeto civilizador de transformar índios e mestiços em cidadãos distintos e morigerados” (BARBOSA, 2011, p.5).

Essa iniciativa do Estado brasileiro de criar instituições para asilar meninos e fazê-los aprender uma profissão, mostra-nos que a elite do país, também se apropriou do discurso civilizador, inspirado nos ideais iluministas. Com a criação dessas instituições asilares para meninos (Institutos de Artes e Ofícios), buscou-se desenvolver no país, uma pedagogia que mesclava a instrução escolar-profissional com a educação religiosa, para a formação moral e dos costumes, com objetivo de combater o “perigo operário”.

Do mesmo modo que se buscou construir instituições educativas para livrar os meninos do “perigo operário”, também se procurou asilar as meninas, a fim de mantê-las afastadas do perigo feminista, como bem mostrou Ivan Manoel (2008). Portanto, as instituições asilares construídas por D. Antônio de Macedo Costa na Amazônia, tinham uma dupla função: combater os perigos da modernidade e desenvolver a civilização pela elevação do nível intelectual e moral pela educação cristã.

2.4. D. Antônio de Macedo Costa e o Asilo de Santo Antônio.

O Asilo de Santo Antônio é uma obra eminentemente diocesana e, portanto digna das simpatias da população paraense. E quando se considera o fim para que foi criado e o grande bem social e regenerador, que é destinado a produzir, não pode deixar de merecer a atenção dos homens sensatos que anelam a restauração social pela verdadeira educação da mulher (A BOA NOVA, 08-09-1877, p.2).

O texto acima, sem autor identificado, faz parte de uma notícia intitulada “O Asilo de Santo Antônio e a educação da mulher” publicado no jornal: "A Boa Nova" em 1877, logo após a chegada de D. Macedo Costa com as Irmãs do Instituto de Santa Dorotéia da Europa. Nesse

texto, escrito possivelmente por um dos padres auxiliares de D. Macedo Costa, o autor tenta chamar atenção do povo para o bem que o Asilo traria para a sociedade paraense.

Primeiramente, chama-se atenção do leitor para as obras de Deus, que sempre no começo, têm um cunho humilde e de simplicidade, pois, Deus costuma usar os pequenos para abater os grandes e lança mão do fraco para confundir o forte. Nesse sentido, o Asilo de Santo Antônio teria uma origem humilde, assim como as demais obras de Deus, mas depois das reformas, iria se tornar uma obra rica em resultados e fecunda para o bem da sociedade cristã: “O Asilo de S. Antônio é uma dessas obras: hoje o vedes modesto, humilde; amanhã o vereis crescendo admiravelmente e a geração futura será testemunha dos seus benefícios na Província do Pará” (A BOA NOVA, 08-09-1877, p.2).

Com essas palavras proféticas, os padres romanizadores afirmam que o Asilo fundado para atender meninas desvalidas há mais de cinco anos pelo “sábio e virtuoso prelado” lhes tinham custado muito suores e grandes sacrifícios e que essas lutas não teriam apagado do coração do bispo “o zelo e a esperança de vê-lo prosperar coberto pelas bênçãos de Deus”. Para que essa prosperidade fosse possível, essa obra pia necessitava da ajuda da população paraense. Por isso, os padres solicitavam “atenção dos homens sensatos que anelam a restauração social” para que ajudassem o Asilo de Santo Antônio a cumprir o fim para o qual foi criado: *promover o grande bem social e regenerador pela verdadeira educação da mulher* (A BOA NOVA, 08-09-1877, p.2).

De acordo com os padres auxiliares de D. Macedo Costa, a influência moral e religiosa da mulher na família seria incontestável. Para eles, a sociedade seria o reflexo das famílias: “se estas são más a sociedade o será também, se boas, a sociedade prosperará”. Nesse sentido, a educação oferecida no Asilo de Santo Antônio não teria como missão formar a “mulher mundana”, mas a “mulher cristã” de trabalho e piedade. Essas duas virtudes, seriam na concepção dos padres ultramontanos o maior patrimônio que a mulher poderia ter, pois com elas as mulheres seriam modelo para os filhos e exemplo para os maridos, um anjo a tutelar o lar doméstico (A BOA NOVA, 08-09-1877, p.2).

Acreditavam os romanizadores do Pará que o coração da mulher era inclinado para o bem, devendo, portanto, ser educada na religião católica, cujo resultado, seria uma mulher virtuosa, verdadeiro “cenáculo de todas as virtudes” e capaz de realizar as mais heroicas ações. Portanto, educar a mulher cujo coração, era notável pela delicadeza e sensibilidade heroicas, e

com nobre tendência para o bem, seria uma obra de grande valia para toda sociedade. Nesse sentido, o bispo do Pará, de acordo com os redatores do jornal A Boa Nova, soube dar o valor devido a essa tão importante obra, ao empregar esforços para trazer as Irmãs do Instituto de Santa Dorotéia da Europa, para dirigir o Asilo e assim iniciar na Amazônia uma nova era: “era de consolação dulcíssimas para o coração do nosso grande bispo, de regeneração social, e consequentemente, de verdadeiro progresso” (A BOA NOVA, 08-09-1877, p.2).

Como se pode observar nas falas dos padres do jornal A Boa Nova, a educação da mulher, adquiriu um papel central na política romanizadora na Amazônia, pela crença de que ela seria a verdadeira guardiã do lar, aquela que iria influenciar decisivamente na formação dos filhos e ser exemplo para o marido, consequentemente, ajudando na promoção, na regeneração social a fim de se chegar ao verdadeiro progresso). As freiras do Instituto de Santa Dorotéia tinham a mesma convicção, por isso foram escolhidas por D. Antonio de Macedo Costa para serem as dirigentes e educadoras do Asilo de Santo Antônio: “A obra Pia, educando as meninas, pode cultivar a metade da geração que surge. Se esta cresce boa, e sendo tão grande a influência da educação das mães sobre os filhos, também a outra metade deverá necessariamente melhorar”. Para as irmãs Dorotéias, o sucesso do trabalho delas seria garantido pela “Divina Misericórdia” e pela forma de trabalho que era “inteiramente evangélico, e por isto, certamente eficaz”. Por isso, tinham a certeza que “educar bem as crianças é reformar o mundo e conduzi-lo a verdadeira vida, como diz Cristo na sua Doutrina” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p.54-55).

Diferentemente do que acreditavam os padres ultramontanos e as freiras Dorotéias, o Dr. Sampaio, irá dizer que a mulher não nascia inclinada para o bem, mas poderiam ser encerradas em qualquer lado, *bem* ou *mal* como se pode observar no texto “*As Mulheres*” de sua autoria:

Não são porventura elas, dignas de habitar no sobrado, enquanto os homens moram no pavimento térreo? De certo que sim, encerradas que sejam de qualquer lado, bom ou mau. Como sexo frágil e delicado, como anjos, como companheiras inseparáveis do homem, como perigo, como tentação ou castigo da humanidade, mereciam ocupar a sala de visitas (O LIBERAL DO PARÁ, 24-02-1878, p.2).

Se por um lado, os romanizadores evocam a figura da mulher enquanto um ser divino, salvador e regenerador da sociedade pela sua função central no seio da família, o *Dr. Sampaio* a considerava sexo frágil e delicado, anjo, companheira inseparável do homem, mas também como perigo e tentação ou castigo da humanidade. Por isso, concorda que a posição da

mulher deveria ser no sobrado e a do homem no pavimento térreo. É possível que vários liberais dentre eles, os do Pará, compartilhassem dessa ideia sobre a mulher, pois se fossem contrários não permitiriam que tais textos fossem publicados em seus periódicos.

Por que a mulher deveria estar em uma posição “superior” ao homem? O Dr. Sampaio responde: porque Deus ao criar o homem sabia que ele iria pecar e como é justo, imaginou logo um castigo para o homem e criou a mulher. Por que a mulher seria então castigo para o homem? Responde o Dr.: Sampaio: porque Deus “deu-lhe a beleza que fascina, a voz que seduz, o sorriso que encanta, o olhar que penetra e mata”. Portanto, seria sina do gênero humano desde o princípio do mundo até o presente século, “engoli-la e sentir-lhes os efeitos”. Para uns a pílula (mulher) produz efeito positivo, para outros, o contrário, efeitos terríveis e drásticos.

Usando uma linguagem médica para descrever o papel da mulher na sociedade, o Dr. Sampaio diz que a mulher seria a *panacéia*⁴ universal, ou seja, o remédio para todos os males. Embora o remédio sirva para curar, seu uso indevido também pode causar efeito contrário. Por isso, de acordo com o Dr. Sampaio “eis a razão porque todos a buscam, muitos a guardam e não poucos abusam dela” (O LIBERAL DO PARÁ, 24-02-1878, p. 2).

Ao descrever a mulher dessa forma, o Dr. Sampaio vai dizer que não detestava a mulher, pelo contrário, era seu defensor, mesmo sabendo que algumas eram causa perdida e, não havendo eloquência ou filosofia que a salvasse. Em seguida, aproveita para advertir as mulheres do perigo do feminismo e do discurso de emancipação da mulher:

Por ser tão queridas, e mesmo por ser queridas de todos, a mulher tem invadido tudo. Intrometem-se em tudo como formigas pelas frestas, ocupam as tribunas das câmaras e até levaram nomeações nos gabinetes ministeriais. Se já pedem emancipação com a mesma frescura que pedem um copo d’água e palitos! Emancipação! Só em tal pensar sinto até calafrios na medula dos ossos! Emancipação! Que mais liberdades queres, filhas de Eva, vós que dominas tudo como vosso amor e vossa ternura? Insensatas! O dia da vossa emancipação será da vossa perda! Deixareis de ser o anjo do lar e seres menos que mulheres! De superiores aos homens passareis a ser seus iguais, senão suas inferiores, porque vossa natureza frágil não pode com certeza suportar certos cometimentos (O LIBERAL DO PARÁ, 24-02-1878, p.2).

A sociedade oitocentista reservou um lugar específico para a mulher: o lar. E fora do lar a mulher se perderia. Essa crença era compartilhada por romanizadores, conservadores e muitos liberais, como foi o caso do Dr. Sampaio, que via com maus olhos a profissionalização da mulher, ocupando cargos e posição fora do recanto do lar. Entretanto, nesse período também a

elite brasileira começa a ser conquistada pelo discurso da profissionalização da mulher no campo do magistério: “O principal objetivo de nossos esforços tem sido sempre de ver se conseguimos estabelecer a educação da primeira infância pela mulher” (O LIBERAL DO PARÁ, 11-01-1878, p. 2).

Os motivos que levaram a ser forjado o discurso de que a mulher era a melhor educadora da infância são vários. Nos Estados-Unidos foram introduzidas professoras na rede escolar de ensino devido à falta de homens para tal serviço e com o passar dos anos chegaram às seguintes conclusões:

Depois de um ensaio feito a medo, viram que os resultados eram surpreendentes, conheceram que a mulher é melhor educadora que o homem, ou antes, que é educadora por excelência, pois que o Divino Autor da natureza, que tudo fez com regra, concerto e harmonia, não poderia jamais ter feito nascer as crianças da mulher sem dar a esta faculdades especiais para tratar e educar aquelas. [...] Não há dúvidas, pois só agora chegamos a descobrir verdade tão simples e intuitiva: Só agora sabemos que o Grande Deus fez as mulheres para as crianças e as crianças para as mulheres (O LIBERAL DO PARÁ, 11-01-1878, p. 2).

A vantagem defendida com a introdução da mulher no magistério, além de melhorar a aprendizagem, tinha ainda, segundo os liberais, um alcance político: ganhar a vida com dignidade. Diferente do homem que tinha mil meios de ganhar seu sustento, a mulher na maioria das vezes vivia da costura ou coisa ainda menos produtiva, no trabalho como professoras elas teriam um ganho, que “para muitas será um dote, outras poderão socorrer seu pais inválidos, muitas sustentarão seus irmãos órfãos”. Diante disso, os liberais conclamam as autoridades políticas do Império brasileiro:

Educai a mulher, ó estadistas nacionais, preparai-a para reger as escolas elementares! Volvei os olhos para o futuro, vede esses milhares de crianças que vos acenam que apelam para o vosso patriotismo de brasileiros, para os vossos corações de cristãos. [...] Educai a mulher, preparai-a para o ensino, fundai o Asilo ou Jardim de infantes (O LIBERAL DO PARÁ, 11-01-1878, p. 2).

Se para os liberais, a educação da infância sob a regência da mulher daria excelentes resultados, para os padres romanizadores do Pará, a educação oferecida nas instituições religiosas era ainda mais produtiva porque as crianças não estariam sob os cuidados de mulheres civis, mas de mulheres religiosas, freiras educadas e preparadas para o ofício do magistério nas melhores instituições do gênero da Europa. Portanto, a presença das freiras do Instituto de Santa Dorotéia na direção do Asilo de Santo Antônio era segundo os padres ultramontanos, a garantia mais

⁴ Panacéia: Deusa grega da cura. Remédio para todos os males.

segura de restauração social (A BOA NOVA, 03-10-1877, p.1). Por isso, o Asilo de Santo Antônio a todos deveria interessar, porque era destinado “a boa educação da mulher, ao desenvolvimento e vida da caridade, à assistência da pobreza, à preciosíssima missão de formar a inteligência e o coração das meninas pelo ensino da verdadeira doutrina religiosa e pelo amor a prática da sã moral evangélica” (A BOA NOVA, 03-10-1877, p.1).

Para melhorar a estrutura física do Asilo, o bispo D. Antônio de Macedo Costa promoveu uma verdadeira campanha que mobilizou pessoas simples que doavam sua mão-de-obra e gente rica que doava dinheiro, materiais de construção e mão-de-obra de seus escravos. A classe política da Pará também entrou na campanha e aprovou na Assembleia Legislativa da Província um decreto concedendo três loterias anualmente em benefício do Asilo de Santo Antônio. Por esse decreto, cuja numeração não aparece na notícia do jornal, ficava determinado também que as loterias destinadas para o Asilo de Santo Antônio estariam isentas de impostos provinciais (JORNAL DO PARÁ, 05-06-1878, p. 1).

Os resultados positivos da reforma no espaço físico e a estrutura pedagógica com a presença das educadoras de Santa do Dorotéia, no Asilo de Santo Antônio, era para os padres auxiliares de D. Macedo Costa, a prova incontestável da superioridade dessa instituição na Província. Qual era a condição imprescindível para a verdadeira educação das meninas? Perguntavam os padres. E respondiam: “É que tenham mestras modelos, quer nos trabalhos domésticos, quer nos estudos, quer na prática da religião; que tenham mestras que sejam espelho fiel onde se mirem, para por ele pautarem seus desejos, pensamentos e atos” (A BOA NOVA, 03-10-1877, p. 1). Portanto, advertiam aos pais de família da Província que ficassem despreocupados porque encontrariam no Asilo de Santo Antônio educadoras cheias de abnegações e virtudes cristãs:

Ali tereis pais de família, como educadoras de vossas filhas essas senhoras cheias de abnegação, humildade, obediência e sacrifício; do sacrifício sobretudo, que é como o *criterium* de quem se dedica ao famoso lidar da educação. Tereis por inspiradoras e guias de vossas filhas na prática do bem, do amor da virtude, *máxime* na formação do coração puro e cristão, essas respeitadas religiosas, que desprezaram o mundo e suas seduções, tão conhecidas e estimadas em Roma, Portugal, em toda Europa pelos trabalhos de seu apostolado tanto mais frutíferos e sublimes quanto se operam na vida humilde na paz do Senhor (A BOA NOVA, 03-10-1877, p. 1).

Para reafirmar a importância do Asilo de Santo Antônio para a sociedade paraense com a certeza de que ele prosperaria grandemente, os padres romanizadores irão defender que o Asilo é obra de Deus e de um grande bispo, e que, portanto, os sacerdotes e todos os homens

sérios e cordatos, deveriam auxiliar o bispo na conservação do Asilo porque os benefícios daquele trabalho não seriam somente para a capital, mas para toda Província: “A Província inteira lucrará, pois trata-se de assegurar e desenvolver de modo admirável a verdadeira e sólida educação da mulher, a qual prende todas as atenções, porque lhe estão ligados os interesses vitais da sociedade” (A BOA NOVA, 03-10-1877, p. 1).

Para os romanizadores, apoiar e investir no crescimento do Instituto das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia e trazer também novas religiosas para assumir a educação da infância na Amazônia era uma questão vital para a sociedade, pois recebendo a mulher uma verdadeira e sólida educação, sua influência sobre os filhos e marido seria decisiva para a regeneração de toda a sociedade. Por isso D. Antônio de Macedo Costa e seus auxiliares trataram logo de convencer a elite política de que as mestras religiosas seriam aquelas que deveriam conduzir a educação da infância na Província do Pará.

Os conservadores acataram a proposta dos romanizadores e os liberais acusaram os conservadores e os padres de quererem entregar a educação da mulher brasileira às mestras estrangeiras. Esse debate se intensificou a partir de janeiro de 1878, quando surgiu a ideia de passar a administração do Colégio de Nossa Senhora do Amparo, instituição estatal mais importante da Província do Para, destinada exclusivamente para educação do sexo feminino, para a gerência das Irmãs Mestras do Instituto de Santa Dorotéia, que já estavam administrando o Asilo de Antônio. Para retrucar as acusações feitas pelos conservadores no jornal A Constituição, os liberais assim se expressam em seu periódico:

Entende que se deve confiar a educação da mulher brasileira a mestras estrangeiras. Não nos admira isto que tornar-se preciso que os jornalistas conservadores estejam de acordo com os deputados provinciais que pretendem entregar a direção do Colégio do Amparo às caríssimas irmãs Dorotéias. Diz a Constituição que o Presidente da Província foi pouco cavalheiro e que não viu diante de si crescido número de estrangeiros que contribuíram para elevar o produto do leilão das prendas das educandas do Amparo. Sempre a torpe especulação! Sempre a intriguinha baixa! Saiba a Constituição que apesar do discurso do honrado presidente, o leilão atingiu a mais do dobro do que produziu a do Asilo de Santo Antônio (O LIBERAL DO PARÁ, 23-01-1878, p.2).

Para os liberais, a educação da infância e principalmente a educação das meninas, deveria ser conduzida pelas mulheres brasileiras, formadas na arte da pedagogia em instituições estatais e sob a gerência do governo imperial. Para eles, a regeneração da sociedade dependia do número de escolas suficientes para atender a infância brasileira e de professoras preparadas pedagogicamente para tal serviço: “Escolas! Sim, mas um pouco menos imperfeitas do que as

que possuímos; professores ou antes professoras! Sim, um pouco mais iniciadas nos segredos da pedagogia. Eis do que dependem a regeneração de nossa sociedade” (O LIBERAL DO PARÁ, 12-02-1878, p.1). Por isso os liberais cobravam das autoridades políticas do Império brasileiro investimento da preparação da mulher para o exercício do magistério público: “Educai a mulher, ó estadistas nacionais, preparai-a para reger as escolas elementares! [...] Educai a mulher, preparai-a para o ensino fundai o Asilo ou Jardim de infantes” (O LIBERAL DO PARÁ, 11-01-1878, p. 2).

Mesmo diante de todas as críticas e protestos dos liberais, contra a transferência de Instituições educativas estatais para a mão da Igreja, foi aprovado na Assembleia Legislativa da Província do Pará um Decreto (de numeração não identificada pelo Jornal do Pará), que no seu artigo primeiro assim estabelecia: “O Presidente contratará como Diretora do Asilo de Santo Antônio a administração, direção e ensino no Colégio N. S. do Amparo”. Por esse decreto ficava determinado que a base do ensino no Colégio do Amparo seria a educação moral e religiosa, os conhecimentos necessários e o hábito do trabalho honesto. Além disso, determinava mais o decreto, dentre outras coisas, que o número de alunas atendidas continuaria 140 internas e todos os serviços do Colégio seria executado pelas Irmãs de Santa Dorotéia e pelas alunas do colégio (JORNAL DO PARÁ, 26-06-1878, p. 2).

Diante desse contexto de disputas entre liberais e ultamontanos, em uma coisa eles concordavam: que educar a infância era fundamental para se alcançar grandes transformações sociais, e a educação das crianças menores deveria ser feita pela mulher. Por isso, o Asilo de Santo Antônio se tornou o centro das atenções da sociedade paraense e nele foram depositadas grandes expectativas e esperanças. Não era qualquer Asilo, era o Asilo do bispo. Não era qualquer bispo, era o bispo ilustrado, que ousou desafiar o imperador. Não eram quaisquer professoras, eram professoras e freiras educadas na Europa. Portanto, se esperava do Asilo bons frutos.

Veremos a seguir o que aconteceu com a o Asilo de Santo Antônio durante os seus primeiros dez anos de existência, como eram educadas as meninas órfãs, desvalidas e pensionistas e que saberes circulavam e orientavam a prática religiosa e educativa naquela instituição de ensino, sob a administração das Irmãs Dorotéias.

SEÇÃO III: O ASILO DE SANTO ANTÔNIO E A EDUCAÇÃO DAS MENINAS DESVALIDAS, ÓRFÃS E PENSIONISTAS.

Nesta terceira seção trago primeiramente alguns aspectos da primeira década de governo das Irmãs Dorotéias no Asilo de Santo Antônio, destacando a gestão da primeira diretora, a Irmã Josefina Pingiani e a preocupação de Paula Frassinetti, diretora Geral do Instituto com os procedimentos e atitudes da diretora da Casa do Pará.

Trago também as Constituições e as Regras que as Irmãs educadoras do Asilo de Santo Antônio deveriam seguir para realizarem suas atividades religiosas e pedagógicas. Essas regras deveriam ser seguidas por todas as Irmãs Dorotéias em todas as casas da Europa e Brasil. Em seguida, apresento como era a organização das atividades religiosas e do trabalho pedagógico no Asilo de Santo Antônio, destacando como era a educação destinada para as meninas órfãs, desvalidas e pensionistas.

3.1 A primeira década de administração das Irmãs Dorotéias no Asilo de Santo Antônio.

Como já mencionado na seção dois deste trabalho, no final do ano de 1875, D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará foi libertado da prisão onde cumpria pena pela condenação de desobediência ao governo Imperial na chamada questão religiosa. Ao sair da prisão, a sua primeira resolução foi fazer uma visita ao papa Pio IX em Roma, depois partiu em uma peregrinação espiritual à Terra Santa, em Israel. Antes disso, porém, enviou uma carta a Irmã Josefina Pingini, diretora do Colégio das Dorotéias em Pernambuco, solicitando que ela intercedesse junto a Madre Fundadora Paula Frassinetti para ela enviasse ao Pará algumas irmãs mestras para trabalhar no Asilo de Santo Antônio. A Irmã Josefina Pingini encaminhou o pedido do bispo do Pará a sua Superiora em Roma, porém esta não deu parecer favorável. Entretanto, depois de conhecer o bispo D. Antônio de Macedo Costa pessoalmente e conversarem sobre seus projetos de trabalho, Paula Frassinetti resolveu atender o seu pedido e enviou da Itália e Portugal algumas Irmãs a Belém (MEMÓRIAS, 1998, p. 423-426).

As Irmãs Dorotéias, Josefina Pingini (que se encontrava em Roma cuidando de sua saúde) e Maria do Patrocínio, partiram de Roma, dia 6 de junho de 1877, em direção Lisboa. Ali ficou a Irmã Patrocínio e juntaram-se à irmã Josefina Pingini às irmãs Dorotéia Morais, Catarina Lemos, Juliana Pais e mais duas coajudadoras de nomes não identificados. De Portugal saíram no dia 23 de julho, no vapor Senegal, chegando à Bahia dia 7 de Agosto. Nessa cidade

permaneceram alguns dias, enquanto D. Antônio de Macedo Costa fazia visitas aos seus familiares. As Irmãs e o bispo do Pará partiram de Salvador no dia 19 de Agosto, chegando no dia 27 do mesmo mês em Pernambuco. Ali foram visitar o Colégio São José para conhecer o trabalho que as Irmãs já vinham realizando naquela Província e também para trazerem daquele Colégio, Irmã Estanislá Cunha, totalizado com ela, 7 irmãs para a missão em Belém. Desembarcaram as Irmãs e o bispo D. Antônio no porto de Belém, dia 3 de Setembro de 1877 e foram recebidos com festa: “o mar estava semeado de canoas grandiosamente enfeitadas; num barco embandeirado encontra-se a banda de música, a fina flor do lugar e o próprio Presidente”. Além da banda de música, do povo e autoridades políticas, também faziam parte de rol de pessoas que recepcionavam o bispo e as irmãs, o “Clero tendo à frente D. Sebastião Borges de Castilho, Vigário Geral e ilustre confessor de fé, esperava o bispo na praia, literalmente repleta de pessoas de todas as classes”. Foi, segundo as Irmãs Dorotéias, um dia de festa na cidade pois “os sinos da cidade repicavam festivos, e repetidos disparos de morteiros, juntamente com a música da banda, aumentavam a alegria daquele encontro” (MEMÓRIAS, 1998, p. 429, 430).

Esse acontecimento como já mostrei anteriormente, não passou despercebido pelos liberais do Pará, que no seu jornal assim taxaram a volta do bispo: “Chegou ontem o Sr. D. Antônio de Macedo Costa, bispo da Diocese, de seu passeio pela Europa”. Diz mais o jornal, que as 7 companheiras de viagem do bispo D. Antônio de Macedo Costa eram destinadas para seu Asilo de Santo Antônio, e que isso “era só o que faltava para o desenvolvimento da colônia jesuítica entre nós” (O LIBERAL DO PARÁ, 4 de Setembro de 1877, p.1). Para os liberais a vinda das Irmãs Dorotéias era uma tentativa do bispo de “desenvolvimento da colônia jesuítica entre nós”, ou seja, aumentar o poder e influência da Igreja sobre o povo, dando aos seus inimigos políticos, os conservadores, ainda mais força.

As Irmãs Dorotéias assim que desembarcaram em Belém, em Setembro de 1877, foram logo para o Asilo de Santo Antônio e assumiram os trabalhos, tendo como líder da casa a Irmã Josefina Pingini, primeira diretora do Asilo. Logo no início dos trabalhos das Irmãs, duas medidas importantes foram tomadas: a reforma e ampliação do prédio e a separação das meninas órfãs e desvalidas das meninas pensionistas.

Para reformar e ampliar o Asilo, o bispo e as irmãs contaram com a ajuda de várias irmandades religiosas e famílias ricas que contribuíram com materiais de construção, com dinheiro e mão-de-obra de seus escravos. Além disso, foi realizado um sorteio que arrecadou

dinheiro para ajudar na obra (MEMÓRIAS, 1998, p. 432). Depois dessa reforma e ampliação, o Asilo de Santo Antônio mereceu o seguinte elogio do Presidente da Província do Grão-Pará José da Gama Malcher:

Para a educação do sexo feminino há nesta Capital sob a denominação de “Asilo de Santo Antônio” um excelente Estabelecimento, criado pelo íncrito e piedoso Bispo desta Diocese o Exm. e Revmº Sr. D. Antônio de Macedo Costa, a cujos esforços é ainda devido o notável incremento que tomou com a direção de 7 religiosas do Instituto de Santa Dorotéia vindas ultimamente da Europa e que em sua maioria são portuguesas [...] O Asilo de Santo Antônio ocupa o antigo convento dos religiosos franciscanos. É um vasto edifício, arejado e com todas as acomodações necessárias. Com os últimos reparos, feitos a expeças de esmolos dos fiéis, rivaliza ele com os melhores Estabelecimentos desse gênero fundado na Europa. Sob a nova direção das religiosas a que me referi, foi inaugurada solenemente esta casa de educação no dia 13 de janeiro do corrente ano, assistindo o ato quase todas as famílias importantes desta Capital (PARÁ, 1878, p. 76).

Como mostrou o Presidente da Província do Pará, José da Gama Malcher, o Asilo de Santo Antônio foi inaugurado, ou melhor, reinaugurado oficialmente em 13 de janeiro de 1878. Como já mencionado, este Asilo já existia deste de 1871 com o nome de Asilo N. S. do Carmo e ao mudar-se em 1873 para o Convento dos padres franciscanos, passou a chamar-se Asilo de Santo Antônio. Com a reforma supradito e com a criação oficial do Colégio das Educandas no Asilo, houve no dia 13 de janeiro de 1878, essa cerimônia oficial.

Pela sua condição de político conservador, o Presidente da Província do Pará José da Gama Malcher, não poderia fazer um discurso de oposição à Igreja, por isso tece elogios ao bispo e às irmãs e apresenta o Asilo como um excelente estabelecimento, que podia ser comparado como os melhores Colégios da Europa.

De acordo com as Irmãs Dorotéias, a reforma e ampliação do Asilo permitiram que o antigo prédio onde antes funcionava o Convento dos Padres Franciscanos melhorasse significativamente com o acréscimo de “um novo braço com magnífico e vastíssimo salão para festas escolares, no rés-do chão, e no andar superior dois excelentes dormitórios e uma galeria para arranjos das alunas”. Além disso, foram construídos mais um salão por trás da capela da Igreja para dormitórios, sala de aula, uma segunda galeria, banheiros e embelezamento do jardim (MEMÓRIAS, 1998, p. 436).

De acordo com o Jornal A Boa Nova essa reforma seguia as exigências de todos os estabelecimentos públicos de educação da atualidade:

Esta na natureza de todo estabelecimento publico de educação, especialmente de meninas, ter casa boa, espaçosa, higiênica, com acomodações excelentes para os atos religiosos, as aulas, os dormitórios, os recreios, e tudo mais que se torna preciso não só

para conservação física e andamento moral das alunas, também para o fácil desempenho da árdua missão de ensinar. Ora, neste ponto de vista nada faltará ao Asilo de Santo Antônio. O ilustrado Prelado Paraense não tem poupado esforços desde sua chegada da Europa para dotar aquele estabelecimento com uma casa admiravelmente adaptada para tal fim (A BOA NOVA, 03-10-1877, p. 1).

Os redatores do Jornal A Boa Nova chamam a atenção dos leitores, para a causa do Asilo, justificando que aquela instituição merecia créditos, porque além de ser um espaço de educação pertencente à igreja católica, também atendia todas as exigências arquitetônicas e higiênicas dos colégios modernos da época. Esse novo formato de arquitetura escolar teve influência, de acordo com Marcus Levy Albino Bencosta (2007) dos princípios de salubridade e higiene defendidos por educadores, médicos, arquitetos e políticos, no final do século XIX e início do XX. Para esse autor, a escola monumental, elegante e de sobriedade na decoração, seguia um equilíbrio entre grandeza dimensional e grandeza moral, transformando-se “em pedagogia eloquente que ensina aos indivíduos os princípios da sociedade moderna” (BENCOSTA, 2007, p. 121- 123).

O bispo do Pará conhecedor da educação na Europa, procurou trazer para Amazônia o que existia de mais moderno neste campo, como por exemplo, a nova forma de arquitetura escolar exigida pelo pensamento higienista. De acordo com José Maia Bezerra Neto (1998), quando José Veríssimo estava à frente da Diretoria Geral da Instrução Pública no início do regime republicano, denunciou o estado lastimável em que se encontrava o Colégio do Amparo, devido às péssimas condições higiênicas e citou o Asilo de Santo Antônio como exemplo de instituição ideal para se alcançar os fins da educação: “considerando-a ideal para os fins que almeja: a educação das meninas. A sua instalação, a sua ordem, o seu asseio, a educação que distribui, entre outras qualidades, capacitavam esta instituição” (BEZERRA NETO, 1998, p. 199, 200).

O antigo Convento dos padres franciscanos transformado em Asilo estava situado na antiga freguesia da Campina, hoje bairro da Campina, centro de Belém. O funcionamento do Asilo no prédio desse antigo convento só foi possível, porque em 1867, D. Antonio de Macedo Costa recebeu na forma de caráter perpétuo o prédio da ordem dos franciscanos (BEZERRA NETO, 1998, p. 196).

A ordem dos franciscanos foi fundada em 1210, por São Francisco de Assis, mas só foi reconhecida em 1215, no Concílio de Latrão. Dissidências no grupo levaram a divisão da

ordem em dois ramos: franciscanos e capuchinhos -e ambos desenvolveram trabalho missionário na Amazônia (MAUÉS, 1968, p, 19).

Os padres franciscanos também chamados de capuchos de Santo Antônio, por terem vindos da Província portuguesa de Santo Antônio, foram os primeiros missionários católicos a pisar no solo amazônico. Os quatro primeiros franciscanos comandados pelo Frei Antônio Merciana desembarcaram no acampamento português onde viria ser a cidade de Belém, em meados de 1617 e fincaram moradia no sítio perto das casas dos colonos (MAUÉS, 1968, p, 21).

Em 1626 mudaram-se para um terreno mais afastado e no século seguinte iniciaram a construção de um prédio, que viria na segunda metade do século XIX, se tornar o Asilo e Colégio de Santo Antônio. De acordo com Augusto Meira Filho (1973), o convento dos franciscanos é um belo exemplo de arquitetura colonial no Pará: “um dos mais antigos e belos exemplos de arquitetura colonial paraense é o Convento e Asilo de Santo Antônio, onde funciona um dos mais tradicionais e atualizados colégios de Belém” (FILHO, 1973, p. 144).

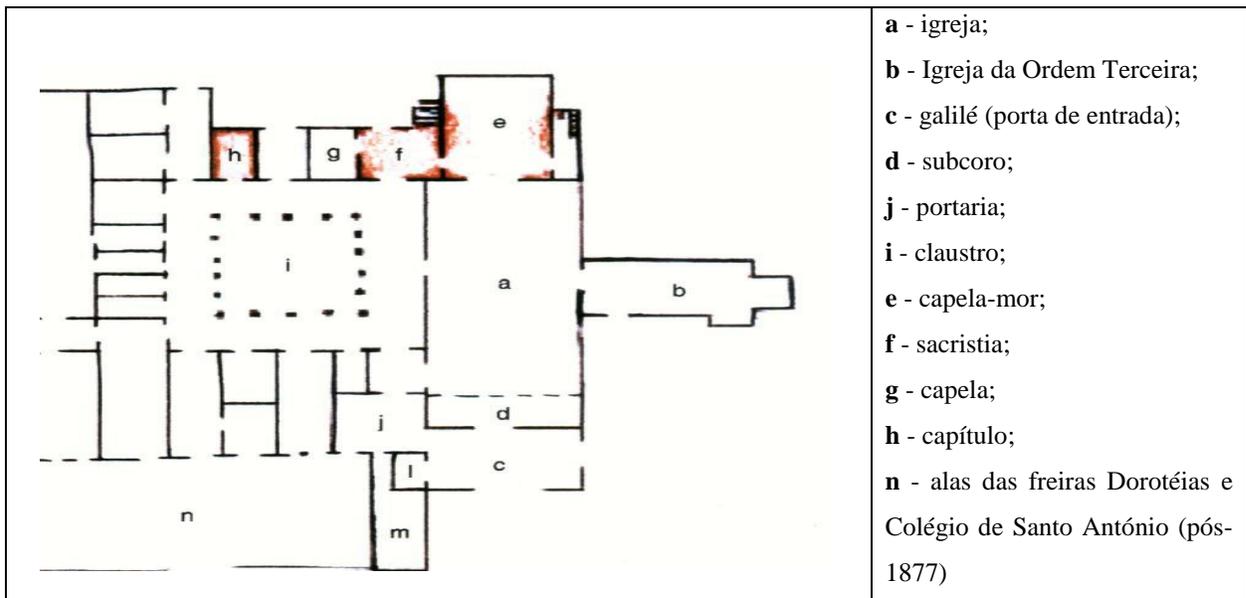


Figura 08: Planta baixa do Convento de Santo Antônio (or. 1627/ reconstrução 1736-1743) de Belém do Pará (reconstituição de Ana Léa Nassar Matos).

Fonte: (AMORIM, 2011, p. 104).

Ao receber o imóvel dos capuchos de Santo Antônio, D. Antônio de Macedo Costa tratou logo de trazer para o novo prédio o Asilo, criado em 1871 para educar meninas órfãs e desvalidas, denominado de Nossa Senhora do Carmo. Como já mencionei, esse Asilo funcionava no edifício da igreja do Carmo, antigo convento dos carmelitas e teve como primeira

diretora, a Senhora Jesuína Assis. Em 1873, o Asilo Nossa Senhora do Carmo foi transferido para o prédio de Santo Antônio (LUSTOSA, 1992, p. 130, 131).

A partir da vinda do Asilo Nossa Senhora do Carmo para o novo prédio em 1873, passa a chamar-se Asilo de Santo Antônio e já em 1875 contava com 30 meninas, incluindo algumas pensionistas, (também chamadas de alunas) filhas de famílias abastadas, como consta no Relatório do Presidente da Província, Pedro Vicente de Azevedo (PARÁ, 1875, In: JORNAL DO PARÁ, 13-03-1875, p.1). Em 1877, quando as Irmãs chegaram ao Asilo encontraram 44 meninas e no ano seguinte o número passou para 60, conforme mostrou o Relatório de José da Gama Malcher, (PARÁ, 1878, p. 76).



Figura 09: Fachada do Asilo e Colégio de Santo Antônio em Belém do Pará. 2014.
Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador – Junho/2014.



Figura 10: Fachada lateral do Asilo e Colégio de Santo Antônio em Belém do Pará. 2014.
Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador – Junho/2014.



Figura 11: Claustro do Asilo e Colégio de Santo Antônio em Belém do Pará. 2014.
Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador – Junho/2014.



Figura 12: Igreja de Santo Antônio localizada dentro do Asilo em Belém do Pará. 2014.
Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador – Junho/2014.

As imagens acima mostram alguns aspectos do Asilo e Colégio de Santo Antônio. Na imagem 09, tem-se a fachada do prédio com a inscrição do nome atual da instituição e acima da janela encontra-se uma imagem de Santo Antônio com a imagem do menino Jesus nos braços. Na lateral, tem-se a fachada da igreja construída pela irmandade religiosa de leigos chamada de Ordem Terceira de São Francisco. A frente desses dois prédios encontra-se a atual praça D. Macedo Costa, onde o Asilo de Santo Antônio e as irmandades religiosas realizavam suas festas em homenagens a seus santos padroeiros. A imagem 10 mostra a fachada lateral do Asilo e do Colégio de Santo Antônio com várias janelas de onde as meninas costumavam assistir as procissões que passavam na rua Gaspar Viana como, por exemplo, a procissão do círio de Nazaré. A imagem 11 mostra o claustro do Asilo e do Colégio de Santo Antônio, lugar onde os frades franciscanos faziam meditação, orações e estudos. Depois que o convento tornou-se Asilo, o claustro era usado com área de recreação das meninas. A imagem 12 mostra a Igreja de Santo Antônio localizada dentro do Asilo, local usado pelas irmãs para ensinar as meninas as principais liturgias e atividades religiosas.

Ao assumirem o Asilo de Santo Antônio, as irmãs Dorotéias trataram logo de “separar as alunas das órfãs e iniciaram os preparativos para entrada de novas crianças, tanto

alunas, como órfãs” (MEMÓRIAS, 1998, p. 432). Assim foi criado oficialmente dentro do Asilo como mostra a imagem abaixo, o “Colégio das Educandas” para meninas de origem socialmente mais elevada que deveriam receber educação diferenciada das pobres.



Figura 13: Porta de entrada do Colégio e Asilo de Santo Antônio dentro do pátio de entrada, 2014.
Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador – Junho/2014.

As meninas pobres denominadas de órfãs e desvalidas deveriam receber educação religiosa, moral e intelectual, já as meninas mais abastadas denominadas de alunas ou pensionistas deveriam receber, além disso, uma educação esmerada. Sobre essa separação e educação diferenciada, o Presidente da Província José da Gama Malcher (1878), num trecho do seu Relatório destaca: “Embora seja o mesmo estabelecimento parece-me racional esta divisão visto como ela é exigida pelas diversas condições da sociedade”. Portanto, de acordo com José da Gama Malcher o Asilo das órfãs era “inteiramente distinto do colégio, onde são educadas as pensionistas. As órfãs e desvalidas são mantidas com os exíguos recursos da Diocese e com os donativos de pessoas generosas e caritativas” (PARÁ, 1878, p. 76).

A prática de separar as meninas dentro de uma mesma instituição, defendida pelo Presidente da Província José Malcher como “racional”, era um princípio totalmente aceito pela sociedade escravista brasileira desde o século XVI e reforçada no final de século XIX pela crença negativa sobre a mestiçagem, cunhada pelo ideário positivista-evolucionista e liberal das teorias raciais como bem mostrou Lilia Schwarcz (1993) na obra “O Espetáculo das Raças”.

Nos períodos colonial e imperial no Brasil, cada grupo étnico tinha sua posição social definida na sociedade e nos ambientes onde normalmente costumavam circular. Os espaços de sociabilidade onde se observava claramente essas divisões raciais eram as Irmandades religiosas de leigos. De acordo com João José Reis (1991) havia no Brasil irmandades de brancos, de pretos e pardos. Essa separação ocorria porque as irmandades de brancos “não aceitavam” como “irmãos” pessoas dos outros grupos étnicos, como fazia na Bahia a ordem Terceira de São Domingos, fundada pelos bem sucedidos imigrantes do Porto que discriminavam índios, negros, judeus e brancos pobres. Seu compromisso de 1771, segundo Reis, vetava o ingresso de quem não fosse “limpo de sangue, sem alguma raça de Judeu, Mouro, Mulato ou qualquer infecta nação”. Porém aos poucos, essa rigidez étnica foi sendo quebrada (REIS 1991, p. 53-61).

No Pará a criação de irmandades católicas seguiu a mesma política das demais regiões da América portuguesa, adotando os mesmos critérios étnicos na divisão entre elas, ou seja, branco na irmandade de branco, índio na irmandade de índio, preto na irmandade de preto, porém essa lógica nem sempre era seguida à risca como mostraram Aldrin Moura de Figueiredo (1998) e Márcio Couto Henrique (1997).

Nesse sentido, embora as meninas órfãs, desvalidas e pensionistas do Asilo de Santo Antônio tivessem alojamentos e classes separadas uma das outras, foram construídos vários espaços de sociabilidade dentro daquela Instituição educativa como, por exemplo, as comemorações de festas populares (Carnaval, Festas juninas, Círio de Nazaré) e religiosas (Semana Santa, Natal, Festa a Santo Antônio e a Santa Dorotéia, Mês de Maria), assim como também o ingresso das meninas na irmandade criada dentro do Asilo, chamada de Filhas de Maria. Falarei mais a frente sobre essas festas e atividades.

Essa separação e educação diferenciada, dentro de uma mesma instituição no século XIX no Brasil, são explicadas por Ivan Aparecido Manoel (2008) como sendo decorrentes de fatores de diferenciação econômica, que colocava a oligarquia no controle do “poder local e nacional ao tempo do Império e em boa parte do período republicano” (MANOEL, 2008). De acordo com esse autor, as escolas católicas de certa forma contribuíram para a manutenção da estrutura vigente no país, seja “porque referendavam essa atitude seja porque, ao se estender às outras classes sociais, por meio de escolas externas ou orfanatos, tal educação doutrinava ensinamento que essa ordem vigente era mais desejável” (MANOEL, 2008, p.17).

O Asilo, depois da reforma e ampliação recebeu muitas alunas, ao ponto do bispo do Pará solicitar a madre fundadora mais educadoras para ajudarem as irmãs. Paula Frassinetti, numa carta datada de 4 de Abril de 1878, respondeu ao bispo com as seguintes palavras:

Tenho presente à prezada carta de V. Ex., e acho-me confusa para poder exprimir a V. Ex., quanto me penhora a muita estima que tem pelo Instituto e quanto a peito seus interesses. Sim Exmo. Senhor, V. Ex.,tem razão, tanta, acumulação de trabalho e cansaço pode ser nocivo às irmãs, tanto para o corpo como o espírito; é portanto justíssimo o seu desejo de que para aí vão mais algumas, para ajudar, visto as proporções que vai tomando o Colégio (FRASSINETT, 4 de Abril de 1878 In: CARTAS, 1987 p. 741-742).

Nesta Carta, Paula Frassinetti diz ainda que lamenta não ter pessoal suficiente para atender todos os pedidos que chegam, mas promete enviar algumas irmãs para o Asilo de Santo Antônio, pois acreditava que “o bom movimento que tem havido nessa cidade a favor das nossas Irmãs e o crédito que vai ganhando o colégio não diminuirão até essa época, antes com o auxílio de Deus e a bondosa proteção de V. Ex., irão sempre e aumentando” (FRASSINETT, 4 de Abril de 1878 In: CARTAS, 1987 p. 741-2).

A primeira década de trabalho no Asilo foi próspera, mas com alguns incômodos causados, principalmente, pela Confraria da Ordem Terceira de S. Francisco. Essa irmandade formada por pessoas abastadas e influentes politicamente, e que anos atrás fora interdita pelo bispo D. Macedo Costa, requeria a gerencia da Igreja de Santo Antônio anexa ao Asilo, dada as Irmãs Dorotéias. Porém, ao final de 1879 houve uma reconciliação entre o bispo e a Irmandade fazendo cessar os conflitos. Além disso, no carnaval daquele ano, “algumas rapazolas tinham ridicularizado o hábito religioso das Irmãs, como muitas vezes se tinha feito noutras Províncias com as Irmãs da caridade”, ou seja, vestiram-se de freiras e saíram brincando carnaval nas ruas. De acordo com as Irmãs Dorotéias, essa atitude suscitou indignação de todos porque as Irmãs eram vistas com bons olhos pelo povo (MEMÓRIAS, 1998, p. 434).

Nesse mesmo ano (1879), por iniciativa da Diretora, Irmã Pingiani foi criado no Asilo de Santo Antônio a Pia Obra de Santa Dorotéia. Essa associação religiosa tinha como objetivo além da devoção a Santa Dorotéia, fazer as meninas frequentarem o sacramento e as instruções catequéticas. Segundo as Irmãs, entre os anos de 1879 a 1882 essa Obra Pia dentre seus resultados alcançados, conseguiu a conversão e batismo de cinco jovens de 5 a 25 anos, entre elas duas moças índias (MEMÓRIAS, 1998, p. 437).

De acordo com as Irmãs Dorotéias, apesar dos excelentes resultados alcançados no Asilo de Santo Antônio na gestão da Irmã Josefina Pingiani, a madre fundadora Paula Frassinetti andava preocupada com a índole viva e impetuosa da Diretora do Asilo de Santo Antônio: “A energia e fervor da Irmã Pingini preocupavam a fundadora, também sobre outros aspectos [...] Em Pernambuco tinha um guia seguro no Padre Mazzi, que punha freio á sua excessiva atividade e a impetuosidade do seu caráter, mas no Pará não havia quem a moderasse” (MEMÓRIAS, 1998, p. 438). Essa preocupação Paula Frassinetti compartilhou com o bispo D. Antônio de Macedo Costa, em carta datada de 16 de dezembro de 1879:

Saiba, pois, Exc. Ver. que conhecendo eu muito bem a índole viva e impetuosa da minha caríssima filha em Jesus Cristo, a Irmã Josefina Pingiani, tenho grande receio de que ela não trate as Irmãs com aquelas maneiras doces e suaves que são próprias (do governo) do nosso santo Instituto, e por isso estas pobrezinhas padeçam muito (FRASSINETT, 16 de dezembro de 1879 In: CARTAS, 1987 p. 768).

De acordo com Paula Frassinetti, as Irmãs que ela enviou para o Pará eram jovens, inexperientes e que havia saído a pouco tempo do noviciado, portanto, seria necessário que sua superiora (Josefina Pingiani) fosse uma verdadeira mãe para elas. Entretanto, temia que isso não acontecesse, pois apesar das diversas qualidades da Irmã Pingiani, sabia que por sua índole “talvez deixe-se levar pelo seu ímpeto a repreendê-las com demasia austeridade, temo que fiquem acabrunhadas”. Portanto, para Paula Frassinetti, a diretora do Asilo do Pará embora fosse muito zelosa por seu trabalho, “as vezes este zelo é indiscreto e sobrecarrega de trabalho a si mesma e as outras, com detrimento físico e moral, assim seu e como delas” (FRASSINETT, 16 de dezembro de 1879 In: CARTAS, 1987 p. 768-769).

Nesta mesma carta, Paula Frassinetti chama também a atenção de D. Macedo Costa para outra questão que considera preocupante: as festas religiosas no Asilo. Segundo ela, as cartas da Irmã Pingiani constantemente informavam sobre novas festas na Igreja e no Asilo, das quais participavam toda a comunidade. Paula Frassinetti afirmava que considerava essas festas necessárias porque serviam para recrear o corpo e o espírito, desde que fossem feitas com moderação. Mas, adverte ao bispo que a Irmã Pingiani mesmo gostando muito de sons e cantos, deveria ser moderada neste assunto, pois “tais festas exigem grande trabalho, causam (por vezes certa) desordem na comunidade (e quanto mais não seja, levam a dissipação) e distraem o espírito das jovens alunas, as quais deixam de se preocupar, como deveriam aos estudos” (FRASSINETTI, 16 de dezembro de 1879 In: CARTAS, 1987 p. 769).

A preocupação de Paula Frassinetti se justificava porque as festas religiosas em homenagem aos santos no século XIX, eram espaços ricos de sociabilidade por onde circulavam a elite, os pobres, livres e escravos e revelavam que o sagrado e o profano eram a “cara da mesma moeda” como nos revela o convite da irmandade de São Benedito, da Igreja do Rosário dos homens pretos:

Ao alvorecer no dia 4 do corrente, girândolas de fogos e repiques de sino anunciarão aos fiéis devotos do milagroso São Benedito que a sua festividade anual terá começo n’este dia. Todos os atos acima mencionados serão realizados com esplendor e magnificência contígua ao culto divino. O templo estará ricamente ornado e iluminado. O largo da igreja estará brilhantemente embandeirado e iluminado, em um pavilhão decentemente preparado tocará todas as noites a banda de música dos aprendizes artífices do Arsenal da Marinha. Em outro pavilhão, também decentemente preparado, se fará nas noites de 7, 11, 13, e 14 leilão das oferendas pelos devotos ao glorioso santo para coadjuvação da festividade (A BOA NOVA, 06-06-1878, p. 1)

Paula Frassinetti ficou também bastante incomodada com as algumas atitudes da Diretora do Asilo de Santo Antônio, pois não condiziam com os costumes praticados no Instituto das Dorotéias e por isso resolveu tirá-la da direção do Asilo e trazê-la para a Europa. Não era costume das Irmãs Dorotéias serem madrinhas de batismo ou de crisma, a Irmã Pingiani quebrou essa regra ao tornar-se madrinha de duas meninas enjeitadas e de uma menina filha de uma família rica da cidade. Paula Frassinetti reprovou tal atitude e ordenou que não mais se fizesse tal coisa, mesmo que fosse para atender a um pedido do bispo. Não era também costume das Irmãs fazerem visitas a doentes e muito menos passar a noite fora do Instituto em companhia de doentes, como fez a Irmã Pingiani. Além de visitar uma criança doente e passar a noite com a família, tomou ainda a criança morta no colo e se deixou fotografar. Por tais atitudes Paula Frassinetti assim chamou a atenção da Diretora da Casa do Pará:

O fato que me contou na sua última carta e 24 de janeiro passado, relativo aquela menina de vinte meses de quem foi madrinha de batismo, dir-lhe-ei francamente que me não agradou nada. Antes de mais, não aprovo de maneira nenhuma que Irmã ou qualquer outra das nossas Irmãs, seja madrinha quer de Batismo quer de Crisma. [...] Vindo agora o caso particular daquela menina, confesso-lhe sinceramente que me desagrada do princípio ao fim. Isto é, digo-lhe que, com muitos bons modos, devias ter recusando lá ir, logo da primeira vez, quando aqueles senhores a mandaram buscar. Menos mal, se tratasse de fazer uma visita, e com isso pudesse fazer algum bem a sua alma; mas, tratando-se de uma criança de pouco meses, nunca lá deveria ter ido, muito menos passar ali dia inteiros e, pior ainda, passar lá as noites! E o que me desagrada ainda mais é que tenha consentido em ficar com a menina morta sobre os joelhos, enquanto a fotografavam, pois na fotografia da menina necessariamente ficará também a sua (FRASSINETTI, 04 de março de 1881 In: CARTAS, 1987, p. 779-801).

Depois dessas advertências recebidas de sua superiora, Josefina Pingiani solicitou a Paula Franssitti que sempre lhe falhasse com clareza sobre tudo, inclusive sobre a reforma e como administrava o Asilo de Santo Antônio. Paula Franssitti em resposta, volta a bater na mesma tecla solicitando a Irmã Pingiani que procure aperfeiçoar a si mesma, ganhando a estima e confiança de suas colegas de trabalho, fazendo reinar a harmonia e a união recíproca no Asilo (MEMÓRIAS, 1998, p.446-447).

Apesar de todo o esforço de Josefina Pingiani para tentar agradar sua superiora, parece que isso não surtiu efeitos, pois Paula Franssitti resolveu chamá-la de volta a Roma, em carta datada de 21 de Outubro de 1880:

Minha caríssima em Cristo Irmã Josefina, o Coração Santíssimo de Jesus quer de si um sacrifício! E é que deixe essa missão do Pará, que lhe é tão querida, esse Asilo, esse Colégio que, com tanto esforço e com tanto sofrimento interior e exterior, tão bem encaminhado para a maior glória de Deus! Coragem, portanto! Deixe com generosidade o que aí tanto ama no Senhor e regresse à Europa, primeiramente para Portugal (FRASSINETT, 21 de outubro de 1880 In: CARTAS, 1987, p. 778).

De acordo com Paula Franssitti, essa decisão de tirar a Irmã Pingiani da direção do Asilo de Santo Antônio não era porque estava descontente com ela, mas para ajudá-la a cuidar melhor da sua saúde: “estou inteiramente convencida de esse clima excessivamente quente é prejudicial à sua saúde, e espero que em Portugal se sinta melhor e possa trabalhar para o bem do nosso Instituto”. Além disso, Paula Franssitti lembra a Irmã Pingiani que as Irmãs Dorotéias não têm morada fixa e que seu governo já havia completado um triênio e, portanto, deveria trocar as superiores dos seus referidos colégios. Para o lugar de Josefina Pingiani viria a diretora do Colégio de Pernambuco, Irmã Virgínia Jannozzi e para substituí-la deveria partir de Belém a Irmã Toscani, companheira de Pingiani (FRASSINETTI, 21 de outubro de 1880, In: CARTAS, 1987, p. 779).

A superiora das Dorotéias justificativa o retorno da administradora do Asilo de Santo Antônio para a Europa por motivo de doença, mas na realidade Paula Frassinetti estava descontente com Irmã Pingiani, pois, ela estava descumprindo as normas da congregação. Por isso, no mês seguinte, Paula Franssitti também comunica ao bispo do Pará a sua decisão de retirar a Irmã Josefina Pingiani da administração do Asilo de Santo Antônio, alegando que o principal motivo para isso era “retirar a Irmã Pingiani desse clima excessivamente quente, que lhe perturba extraordinariamente o sistema nervoso, já alterado por natureza”. Entretanto, devido alguns

empecilhos, a ida de Irmã Pingiani não se realizou imediatamente e permaneceu mais um ano à frente do Asilo.

Nesse período, Paula Franssitti buscou ajuda do padre Augusto Aureli, (Superior dos Jesuítas no Pará e a partir de 1880, confessor das Irmãs e das alunas do Asilo de Santo Antônio) para tentar corrigir o ímpeto da Irmã Josefina Pingiani. Em resposta a uma carta enviada pelo padre Aureli, a madre fundadora assim lamenta o estado do governo da superiora da casa do Pará: “De fato estas informações não eram nada consoladoras, e pelo seu conjunto concluo que o governo dessa Superiora não é o que deveria ser precisamente porque, como diz V. Rev., tem algo de despótico e se afasta do modo de proceder do nosso Instituto”. Diante disso, Paula concorda com o padre Aureli que o único remédio para o problema seria a substituição, mas afirma que devido não ter uma substituta no momento, solicita ao padre Aureli que procure remediar a situação: “Fale-lhe claro, desaprove francamente o que nota de errado no seu modo de governar, tanto a respeito de Irmãs e alunas como na relação com as pessoas de fora” (FRASSINETT, 04 de março de 1881, In: CARTAS, 1987, p. 804-805).

As tentativas de Paula Frassinetti de fazer a Irmã Josefina Pingiani seguir as santas regras do Instituto não deram certo e por isso resolveu chamá-la a Roma, em 15 de dezembro de 1881, enviando duas cartas, uma para Irmã Josefina Pingiani e outra para o bispo D. Antônio de Macedo Costa comunicando sua decisão. Para o bispo D. Macedo Costa Paula Frassinetti dizia:

Com esta humilde carta venho comunicar a V. Ex. Rev. Que tomei a resolução de, temporariamente, mandar regressar a Roma a Irmã Josefina Pingiani, porque receio que permanecendo aí mais tempo, o clima excessivamente quente dessa região produza efeitos nefastos no seu sistema nervoso, já exaltado por natureza. [...], depois veremos se poderá continuar no Pará” (FRASSINETTI, 15 de dezembro de 1881, In: CARTAS, 1987, p. 817).

“retirar a Irmã Pingiani desse clima excessivamente quente, que lhe perturba extraordinariamente o sistema nervoso, já alterado por natureza”.

De acordo com Paula Frassinetti, essa decisão foi prorrogada a espera que o Asilo estivesse bem encaminhado. Como estava tudo bem, tinha chegado a hora de retirar o governo do Asilo da mão da Irmã Pingiani, afim de que não “venha a acontecer que, por culpa minha, se arruíne a vida de alguém que ainda pode trabalhar muito para a gloria de Deus”. Para assumir o lugar de Pingiani foi designada pela madre fundadora, a Irmã Toscani, auxiliada pela Irmã Joaquina Gomes (FRASSINETT, 15 de dezembro de 1881, In: CARTAS, 1987, p. 817). Para a Irmã Josefina Pingiani, assim escreveu Paula Frassinetti:

Tenho necessidade de si em Roma; e, por isso, desejo que parta o mais depressa possível, juntamente com a Irmã Valadares” [...] Venha pois, com coragem, que a espero de braços abertos, e teremos assim a mútua consolação de nos tornarmos a ver [...] Aqui está-lhe preparado um vasto campo onde pode dar largas à sua grande atividade e ao seu ardente e incansável zelo” [...] Coragem, portanto, minha cara Irmã Josefina! Venha depressa, que espero com grande ansiedade” (FRASSINETTI, 15 de dezembro de 1881, In: CARTAS, 1987, p. 819-820).

Diante de tal decisão o bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa não foi contra a deliberação de Paula Frassinetti, mas, lamentou a partida da Irmã Josefina Pingiani com as seguintes palavras:

Embora sinta muita esta mudança, em razão dos trabalhos realizados pela referida Irmã nesta casa e da extraordinária estima em que tida pelas principais famílias desta cidade, estou absolutamente resignado com a decisão tomada por Vossa Maternidade, para o bem do Instituto e da própria Irmã Josefina. Não obstante e extraordinária comoção causada pela partida, tudo segue regularmente, e o Colégio, por graça de Deus, continua bem sobre a direção da boa Irmã Toscani (COSTA, 1881 apud MEMÓRIAS, 1998, p. 451).

Para a Irmã Josefina Pingiani aquela decisão da Madre Superiora casou-lhe ao mesmo tempo angústia e medo. Angústia por ter que deixar seu trabalho, as Irmãs, as meninas e as amigas que construiu em Belém, e medo porque pensou inicialmente que Paula Frassinetti iria mandá-la embora do Instituto:

Tendo recebido a ordem de partida, a boa Irmã Pingiani, como a generosidade que lhe era próprio, dispôs-se logo a cumpri-la, embora sentisse despedaçar-lhe o coração. [...] Pobre Irmã Pingiani! O Senhor queria purificá-la. Por isso permitiu que, para se lhe tornar ainda mais duro o sacrifício, se deixasse dominar por um pensamento angustioso: supunha que a Madre Geral não quisesse mais saber dela e a chamasse a Itália para mandar embora do Instituto (MEMÓRIAS, 1998, p. 448).

Ao tomar conhecimento da aflição de Josefina Pingiani, em carta enviada por ela, em 3 de fevereiro de 1882, a Madre Superiora tratou logo que conforta-lhe o coração com as seguintes palavras: “Mas ,com é possível temer tal coisa? Que delito cometeu, para merecer tão horrível castigo? Ah, não minha querida Irmã! Não tenha receio; pelo contrário, esteja animada, pois ainda há-de trabalhar muito no Instituto” (FRASSINETT, 5 de fevereiro de 1882, In: MEMÓRIAS, 1998, p. 448-449).

Quando Josefina Pingiani partiu para a Europa, o Asilo de Santo Antônio tinha no seu quadro de matrículas 149 alunas pensionistas e 60 órfãs e desvalidas. Além do trabalho com essas meninas, Josefina Pingiani tinha criado recentemente o Noviciado para formar novas freiras para o Instituto.

3.2 As Constituições e as regras das Irmãs do Asilo de Santo Antônio.

As Irmãs do Asilo de Santo Antônio eram guiadas pelas “Constituições e Regras”, criadas por Paula Frassinetti em 1851, para o Instituto de Santa Dorotéia. Como já citado anteriormente, esse documento foi construído baseado nas Constituições da Companhia de Jesus e nas Constituições das Damas do Sagrado Coração da França (ROSSETTO, 1984, p. 121).

O documento escrito por Paula Frassinetti em 1851, representava a tentativa de dar ao Instituto uma coesão, garantindo a centralização das decisões na sede em Roma. Para tanto, fica explícito no documento a idéia de controle, obediência e disciplina, tudo em nome da Congregação para o bem de seus membros, da Igreja, e do louvor, e honra a Jesus Cristo. Cumprindo as Constituições e Regras, os membros do Instituto estariam contribuindo acima de tudo com o fim maior de todo o cristão: servir a religião e a Deus.

De acordo com as Constituições e Regras, o Instituto das Irmãs Dorotéias tinha como fim cultivar e promover a Pia Obra de Santa Dorotéia mantendo-se em toda parte uniforme, ou seja, todos os Colégios e Asilos da Europa, como os do Brasil, deveriam seguir as mesmas constituições e regras. Assim como as Irmãs da Caridade cuidavam dos doentes nos hospitais, as Dorotéas deveriam cuidar apenas da educação das meninas nos Asilos e Colégios para ajudar a promover a regeneração da sociedade pela educação cristã. As meninas educadas pelas irmãs iriam, no futuro, se tornar mães de família e pela educação que receberam iriam influenciar a educação dos filhos: “A Pia Obra, educando as meninas, pode cultivar a metade da geração que surge. Se esta cresce boa, e sendo tão grande a influência da educação das mães sobre os filhos, também a outra metade deverá necessariamente melhorar” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 54).

Para tanto, um idéia simples deveria ser observada pelas Irmãs: “A obra Pia de Santa Dorotéia não é outra coisa senão a correção fraterna facilitada e reduzida a método”. Portanto, sendo o trabalho das Irmãs, correção fraterna, não deveriam “usar maneiras ásperas e castigos, tomar ares de direito e autoridade, mas usar boas maneiras e avisos afetuosos, como convém de irmã pra irmã” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 55).

Essas regras foram as mais cobradas da Irmã Josefina Pingiani, quando ela estava na direção do Asilo de Santo Antônio, pela madre fundadora em suas cartas: “procure afeiçoar a si as irmãs, ganhar a sua estima e confiança e a sua filial abertura. Faça tudo para que nessa casa reine a harmonia e a união recíproca” (FRASSINETT, 04 de Maio de 1881, In: CARTAS, 1987, p. 810). Paula Frassinetti fazia essas recomendações porque em várias cartas, ressaltou que Irmã

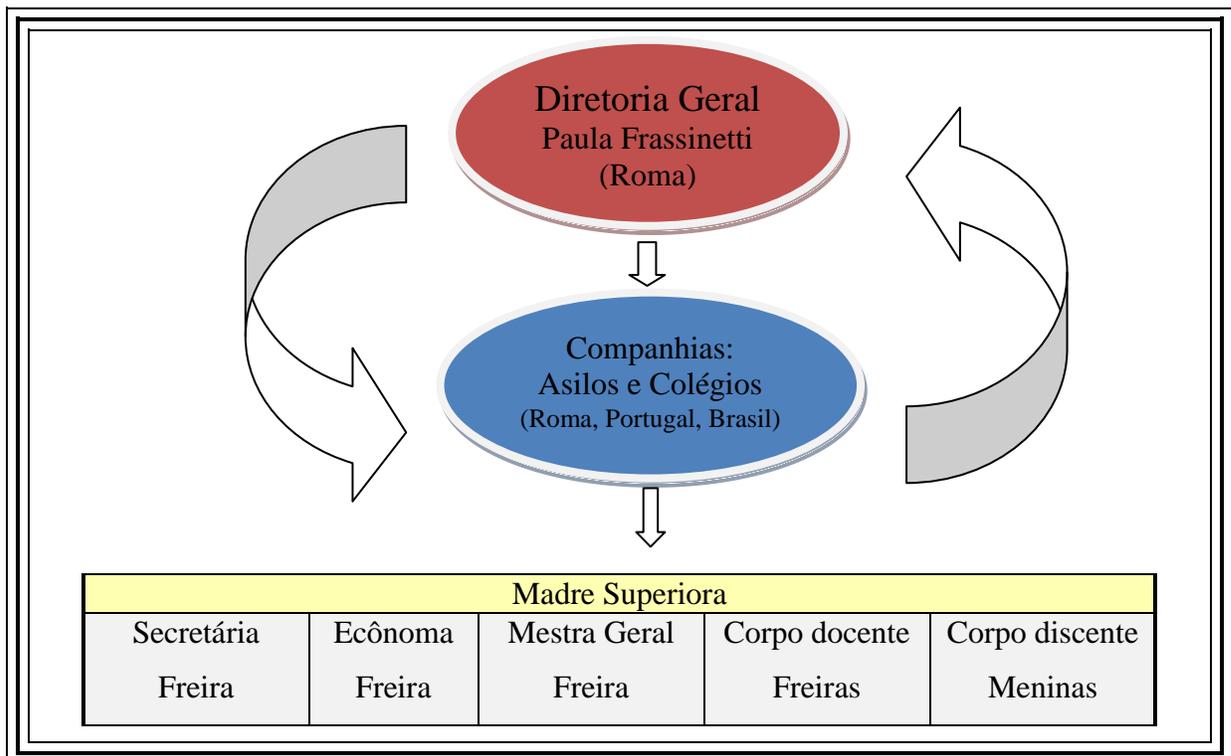
Josefina Pingiani tinha o sistema nervoso bastante alterado por natureza e que o clima excessivamente quente da Amazônia “lhe perturbava ainda extraordinariamente o sistema nervoso” (FRASSINETT, 04 de novembro de 1880, In: CARTAS, 1987, p. 783). Por isso, para com o trato com as Irmãs, recomendava que “se for necessário tomar alguma atitude um tanto dura para com as Irmãs, que o faça a Irmã Toscani; para si reserve as atitudes mais suaves, a fim de que as Irmãs não sintam repugnância em recorrer a si” (FRASSINETT, 04 de arco de 1881, In: CARTAS, 1987, p. 799)

Para o bom funcionamento do Instituto, a Obra Pia de Santa Dorotéia deveria funcionar semelhante a uma máquina: “Na Pia Obra, as incumbências, ocupações e exercícios fazem dela como que uma máquina, em muitas partes são bem coligadas para um só fim”. Toda máquina precisa de alguém para operar ou dirigir, no caso do Instituto, deveria ter uma *Zeladora* e suas *Assistentes* para a eficaz realização da Obra Pia: “Daí se vê o quanto é necessário à Obra Pia ter uma Zeladora, senhora de mais idade, que seja a cabeça da companhia; uma zeladora e as assistentes para cada grupo”. Além disso, para o bom funcionamento, o Instituto deveria ter catálogos (livros) para registro dos nomes e idade das meninas, e a definição de quem iria vigiá-las e ajudá-las. Essas Assistentes (que iriam vigiar e ajudar as meninas), deveriam ter fervor esclarecido e fazer as conferências ou reuniões prescritas lembrando sempre os motivos e os objetivos da Obra de Santa Dorotéia e o modo eficaz de realizá-la (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 55).

Dentre de tantas demandas que viessem surgir na vida diária das Irmãs, uma coisa elas não deveriam esquecer: fazer principalmente o essencial. Fazendo isso, “se terá obtido inteiramente o fim proposto, mesmo que nada mais se fizesse” e no caso de atividades não essenciais, só deveria fazer, caso as “oportunidades se apresentem por si mesmas em vez de procurá-las com solicitude”. Obedecendo essas regras, se evitaria problemas futuros: “Por motivo do zelo mal regulado, de fazer mais do que o necessário, em certos lugares a Pia Obra se torna complicada, trabalhosa, e, pretendendo obter tudo, pouco ou nada obtém” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 56). Portanto, era necessário fazer apenas o essencial e se surgissem às oportunidades, também se poderia fazer outras ações como, por exemplo, ajuda nos oratórios, aos catecismos, as recreações, bibliotecas, educandários, orfanatos e também promover a leitura de bons livros (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 56).

O Instituto das Irmãs Dorotéias, tinha a seguinte organização hierárquica: Diretoria Geral e Secretaria Geral com sede em Roma, e Companhias estabelecidas em Asilos e Colégios inicialmente em Roma, Portugal e Brasil. Cada Companhia ou Instituição Educativa deveria ter uma Diretora, uma Secretária, uma Ecônoma, uma Mestre Geral, corpo docente e corpo discente. A Diretora, chamada de Madre Superiora ou Zeladora-chefe, seria sempre uma senhora de mais idade. Sua missão era governar a Instituição e fazê-la caminhar em direção dos seus objetivos. A Secretária, cabia a missão de: assistir as reuniões ao lado da zeladora-chefe; anotar os fatos mais dignos relativos a Obra Pia; manter a Superiora informada dos acontecimentos da Obra Pia; emitir documentos informando o quadro geral da Obra Pia ao bispo e zeladora-chefe. Esta deveria enviar relatório a Superiora Central, no caso, a Madre Paula Frassinetti. A Ecônoma deveria cuidar das finanças. Para tanto, “deveria ser uma pessoa dotada de muita prudência, fidelidade, destreza, e possuir todas as qualidades necessárias ao seu ofício”. A Mestre Geral tinha a missão de dirigir a instrução das meninas, ou seja, cuidava da parte pedagógica da Instituição (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 57, 108). Em síntese, a organização hierárquica do Instituto das Irmãs Dorotéias estava assim organizado:

Quadro 03: Organização hierárquica do Instituto das Irmãs Dorotéias.



Fonte: CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 57- 108.

Para que esse sistema funcionasse, era necessário que todos cumprissem cabalmente suas funções, respeitando sempre as normas e regras do instituto. Um dos princípios mais exigidos era a união entre a cabeça e o corpo, ou seja, a boa relação entre as líderes e as lideradas: “O Instituto não pode ser conservado, nem governado, nem, por conseguinte, atender ao fim que se propõe para a maior glória de Deus, se seus membros não forem unidos entre si e com a cabeça”. Portanto, para fazer a profissão de fé e se tornar uma Irmã Dorotéia, era necessário passar por uma avaliação, a fim de se constatar que era uma pessoa digna, que tinha dominado bem suas paixões, que era obediente, que admitia receber ordem e prezava pela união e conservação do Instituto (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 83).

A obediência era a virtude mais exigida de uma Irmã Dorotéia, que deveria cultivá-la sempre com vigor, no sentido de manter as súditas sempre unidas à sua Superiora, “obedecendo-lhe sempre prontamente, humildemente e com perfeita submissão”. Para ajudar a manter esse processo de harmonia na casa, deveria ser escolhido uma ajudadora da Irmã Superiora chamada de Colateral. Essa Irmã deveria ajudar a manter a obediência e o respeito das súditas para com a Superiora, e “fazer de tudo que dela depende para procurar a união das súditas com a Superiora, comportando-se na Comunidade como outras tantas anjos de paz e aplicado-se a inspirar a todas os sentimentos e o amor que devem ter para com sua Superiora”. Além disso, as colaterais deveriam manifestar respeito interior e exterior à Superiora, dando exemplo às que estão sob sua obediência e fazer observações à Superiora quando julgar que estas estivessem fazendo algo incorreto. No caso da Superiora se manter no erro, a Colateral deveria comunicar o ocorrido a Superiora Central ou a própria Superiora Geral (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 84-85).

A residência da Superiora Geral, de acordo com as Constituições e Regras do Instituto, deveria ser sempre em Roma, para facilitar a “comunicação da cabeça com seus membros”. Essa justificativa era explicada por dois motivos: Em Roma, se teria “mais condições e mais liberdade para se comunicar com todas as casas do Instituto” e também para facilitar a difusão dos trabalhos, uma vez que “parece natural que o centro do Instituto seja o mesmo centro da Religião Católica” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 86).

Para o bom andamento dessa comunicação entre a cabeça (Diretoria Geral do Instituto em Roma) e os membros (as demais Casas do Instituto), uma coisa não deveria ser negligenciada: “o laço de união dos membros entre si e com a cabeça é o amor de Deus” entre as Superioras e suas súditas. Para tanto, um instrumento de comunicação importante nesse processo

deveria ser o elo de união entre Roma e todas as casas espalhadas pelo mundo: as cartas. As Diretoras das escolas das casas filiais, deveriam escrever todos os meses, às Superiores locais de que dependem. As superiores locais, deveriam escrever uma vez, a cada dois meses às respectivas Superiores Centrais. Estas, igualmente, deveriam escrever uma vez, a cada dois meses à Superiora Geral. Além disso, ao final de cada ano, todas as casas deveriam enviar a Roma, um tipo de relatório contendo “narração das coisas edificantes que tiverem acontecido em cada uma delas”. E para manter todas as casa informadas de tudo que vinha acontecendo no Instituto, a Superiora Geral deveria fazer um resumo geral de todas estas cartas e dos relatórios e remetê-las “às Superiores das Casas Centrais para que faça distribuir cópias do mesmo a todas as casas do Instituto”. Com isso todos teriam conhecimento de tudo e o corpo do Instituto seria mais facilmente governado para maior glória de Deus (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 86, 87).

No caso da morte da Superiora Geral (Paula Franssinetti), deveria assumir interinamente a direção do Instituto a Vigária Geral até a nova eleição. Essa pessoa deveria ser escolhida pela Superiora Geral antes de sua morte, através de uma carta fechada contendo o nome da substituta. Se por algum motivo essa escolha não acontecesse, “as Irmãs companheiras de casa da Superiora Geral deveriam se reunir imediatamente e fazer uma eleição para eleger interinamente a Vigária Geral”. (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 87, 88).

Durante o governo interino da Vigária Geral, deveriam acontecer os preparativos e eleição da nova Superiora Geral do Instituto da seguinte maneira:

- ✓ Todas as Superiores das casas locais depois de pelos três dias de oração deveriam indicar os nomes de suas candidatas através de carta fechada endereçada a Superiora Central;

- ✓ A Superiora Central depois de mandar fazer muitas orações também deveria escolher um nome e encaminhar para Roma junto com as demais cartas que recebeu das Superiores das casas locais;

- ✓ Se durante o período estabelecido para a eleição, alguma Irmã fosse denunciada por ambicionar o cargo de Superiora Geral, comprovando-se tal acusação por testemunha, essa Freira ficaria impedida de receber votos e de votar;

- ✓ Todas as freiras aptas ao voto deveriam manifestar seu voto em um formulário contendo o seguinte teor: “Protesto aqui diante de Deus que eu (Nome da votante), elejo e nomeio para Superiora Geral do Instituto de Santa Dorotéia (Nome da candidata), a qual julgo ser a mais capaz de levar este peso” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 88-91);

✓ A Secretária Geral deveria guardar todas as cartas contendo os votos em local fechado com chaves até o dia da eleição;

✓ No dia da eleição deveria ser realizada a celebração de uma missa ao Espírito Santo, na qual todas deveriam comungar;

✓ Antes da cerimônia de votação, a Vigária Geral deveria fazer uma exortação a todas votantes a fim de que dessem seus votos àquela que diante de Deus reconhecessem ser a mais conveniente ao serviço de Deus e do Instituto;

✓ A cerimônia de votação deveria ser presidida pelo Cardeal Vigário e pela Vigária Geral assessoradas pelas freiras assistentes e as religiosas da casa geral em Roma;

✓ Ao tocar o sino, aquelas que tivessem direito ao voto deveriam se reunir em uma sala reservada e ouvir uma exortação do Cardeal Vigário e permanecer na sala fechada até que a conclusão da eleição;

✓ Em silêncio as votantes escreveriam na ficha de votação o nome de sua candidata e entregariam a Secretária Geral que as leria em voz alta, todos os votos das presentes e os votos contidos nas cartas enviados pelas demais votantes;

✓ Entre todos os nomes que recebessem votos, seriam escolhidas as três mais votadas para a segunda fase da eleição. Caso uns dos três nomes mais votados fossem de freiras do mesmo país ou de uma mesma casa, apenas a mais votada deveria permanecer no processo eleitoral;

✓ Definidos três nomes, todas deveriam votar, inclusive a Vigária Geral, proceder a eleição que não deveria durar mais que uma hora;

✓ Todas as votantes deveriam escrever na cédula o nome de uma das três candidatas e ler em voz alta o nome de sua preferência;

✓ A Secretária Geral deveria recolher todos os votos, contar e declarar eleita diante dos presentes o nome da nova Superior Geral do Instituto de Santa Dorotéia (CONSTITUIÇÕES, 1851, p.88-91).

Essa ultima fase da eleição não era secreta e poderia de certa forma influir no resultado da eleição, já que as imãs aptas a votar teriam que revelar seu voto diante dos presentes. Depois da confirmação do nome da escolhida pela cúpula da Igreja, em Roma, os membros da Casa Geral deveriam dar boas vindas à recém eleita com reverência, ajoelhando-se diante dela e beijando suas mãos. A eleita não poderia se opor nem a sua eleição, nem as homenagens que

receberia. Passando-se um ano da eleição da Superior Geral, deveria se proceder a eleição das Assistentes Gerais, usando o mesmo procedimento feito na eleição da Superior Geral, caso fosse aprovado pela Santa Sé. O cargo de Assistente Geral poderia durar o tempo que durasse a vida da Superiora Geral (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 91-92).

A deposição da Superiora Geral só poderia acontecer em caso de doença que a tornasse incapaz de governar ou em casos de coisas gravíssimas. Nestes casos, deveria ocorrer o seguinte: “todas as professoras de Roma se reunirão às Assistentes e todas juntas escreverão a sua cédula; será eleita a que tiver maior número de votos, e sua eleição será confirmada pelo Cardeal Vigário”. A eleita deveria escolher assistente para supri-la (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 92).

O governo da Superiora Geral para o bom andamento do Instituto de Santa Dorotéia deveria obedecer às seguintes recomendações: cultivar algumas qualidades fundamentais; exercer sua autoridade e seus deveres; respeitar as providências que o Instituto tomar a respeito do seu governo; manter um bom relacionamento com o Cardeal Protetor do Instituto, e cumprir cabalmente seu direitos e deveres.

Quanto a primeira recomendação, embora exista uma constituição para ser seguida pelo Instituto, a Superiora Geral deveria ser a própria regra: “pois ela mesma deve ser a regra vivia sobre a qual o Instituto possa modelar-se”. Nesse sentido, todas as suas ações deveriam ser guiadas pelas constituições e mesmo que quisesse se afastar delas, enfrentaria dois obstáculos: As suas Assistentes e todos os demais membros do Instituto. Assistentes tinham como missão principal auxiliar madre Superiora a cumprir e fazer cumprir as constituições e regras do Instituto, por isso deveriam falar-lhes sempre claramente e com respeito acerca do governo do Instituto. Os demais membros também deveriam estar atentos para as deliberações das Superiores e reclamar sempre quando observassem que alguma coisa não estivesse de acordo com as regras do Instituto. Foi isso que fizeram os membros do Instituto em Belém, durante a gestão da Irmã Josefina Pingiani: reclamaram do tratamento não muito amável da Superiora da Casa de Belém e do descumprimento de algumas regras e costumes, já exposto neste texto (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 94).

Diante disso, a Superiora Geral, deveria cumprir e fazer cumprir cabalmente as constituições e regras do Instituto. Para tanto, deveriam cultivar as seguintes qualidades:

✓ União com Deus: deveria ser uma pessoa estreitamente unida a Deus e dele tirar incessantemente a luz, e as graças para si e para os membros do Instituto;

- ✓ Caridade: deveria ajudar todos os membros do Instituto com exemplo de todas as virtudes, das quais deveria ser modelo;
- ✓ Despojada de afeições naturais: deveria domar e mortificar as afeições naturais ou carnaís;
- ✓ Firmeza e Doçura: deveria unir a firmeza e severidade ao repreender e corrigir as fraquezas das suas subordinadas;
- ✓ Grandeza de Ânimo: deveria ter grande ânimo e fortaleza de espírito para realizar o serviço de Deus;
- ✓ Prudência: deveria ter prudência para não tentar agradar a todos e deixar de manter a regularidade no Instituto;
- ✓ Bom Senso e Instrução: deveria ter bom senso, acompanhado de inteligência e instrução, para poder agir com discernimento diante dos afazeres diversos;
- ✓ Vigilância e Idade certa: deveria ter vigilância para iniciar os negócios do Instituto e levá-los até ao fim com perfeição e deveria ter idade certa, ou seja, não ter idade muita avançada e nem muito jovem, pois isso poderia ser um obstáculo aos trabalhos do Instituto (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 94-97).

Quanto ao exercício de sua autoridade e deveres, a Superiora Geral tinha poder entre outras coisas, para: admitir moças ao noviciado e aos votos de profissão de fé àquelas que julgassem aptas ao Instituto; nomear a cada três anos Superiores Centrais podendo esse prazo se estender por mais tempo, ou ser abreviado em caso de desobediência às regras do Instituto, ou por outras incapacidades; nomear a Secretária Geral, a Econômica Geral e em cada Casa Central, as Mestras das Noviças; cobrar prestação de contas superiores das casas locais; administrar os bens do Instituto em Roma, como compra e venda de bens; administrar as finanças do Instituto; velar para que as Constituições sejam fielmente observadas; conceder autoridade as Irmãs sobre os negócios do Instituto; corrigir e impor as penitências que julgar necessárias pelas faltas cometidas; Aceitar e administrar as casas oferecidas ao Instituto e admitir entre os fundadores aqueles que fizeram a doação; procurar conhecer bem as súditas para confiar a elas serviços importantes; exigir obediência das súditas (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 98-101).

No que diz respeito às providências que o Instituto deveria tomar em relação a Superiora Geral, as Constituições estabeleciam as seguintes questões; exterior, saúde, espiritual e conduta. O exterior, diz respeito ao vestuário, alimento e qualquer despesa que deveriam ser

supridos pelo Instituto, de acordo com as necessidades. O cuidado com a saúde, deveria ser monitorado para ela não ultrapassar os limites da moderação nos seus afazeres. Para cuidar da vida espiritual da Superiora, deveria ser escolhida entre as Irmãs, uma Admoestadora a fim de auxiliá-la referente às questões espirituais. Com relação a conduta, o Instituto poderia estar obrigado a demitir a Superiora nos seguintes casos: se a Superiora fosse tão negligente ao ponto de não existir esperanças de recuperação e em caso de doença grave, ou por idade avançada tornando-a incapaz de governar (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 101-102).

Para o sucesso do Instituto, recomendava-se ainda que a Superiora Geral nomeasse quatro Assistentes Gerais para ajudá-la em Roma, a fim de alcançar o objetivo primeiro do seu governo, o qual não consistia em ocupar-se apenas do governo de uma só casa, nem do ensino, “mas governar o inteiro corpo do Instituto para conservá-lo no seu espírito próprio”. Além de auxiliar a Superiora Geral, as Assistentes deveriam ajudar a Superiora a ter sob seu poder os documentos oficiais da Igreja como as bulas papais e outros documentos Oficiais referente ao Instituto. Junto às assistentes, deveriam trabalhar as Superiores Centrais, a Secretária Geral e Ecônoma Geral (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 105-108).

Recomendava ainda as Constituições que para conservar o Instituto em boas condições deveria ser conservado entre seus membros as virtudes solidárias, relações com Deus, não ambicionar a riqueza, manter descrição na admissão do noviciado, ou seja, não ambicionar um número muito grande de noviças, conservar a união e o amor mútuo entre os membros do Instituto, e com os seculares, ter grande atenção a saúde do membro do Instituto e por fim, manter o amor, a honra e a fidelidade a Jesus Cristo (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 109-112).

Fazer todas as casas seguir as constituições e regras era um recurso para manter no Instituto uma uniformidade. Entretanto, parece que nem todas as casas seguiam as regras a risca. Por esse motivo, Paula Frassinetti, escreveu no dia 8 de Abril de 1880, de Roma, uma carta endereçada a todas às Superiores das Casas do Instituto. Primeiramente, Paula Frassinetti afirma que o objetivo da carta é que “no nosso Instituto haja no exercício de nossos Ministérios a maior uniformidade que, com a divina graça, é possível”. Em seguida, apresenta alguns avisos e orientações acerca do modo de como exercer o ofício de Mestra Geral, nas casas de educação do Instituto “porque pelos relatórios recebidos de todas as nossas casas, vemos que este tão importante ofício não é compreendido e nem exercido da mesma maneira por todas” (FRASSINETT, 08 de abril de 1880 In: CARTAS, 1987, p. 772).

Diante disso, Paula Frassinetti afirma que as Superiores Gerais deveriam atentar para as seguintes recomendações:

- ✓ A Mestra Geral não poderia dirigir o educandato independente da Superiora Geral da casa como vinha acontecendo em alguns colégios;
- ✓ A Mestra Geral deveria ocupar-se apenas pelo ofício do ensino e só ao que dizia respeito ao próprio Asilo;
- ✓ A Mestra Geral deveria agir de acordo com as regras e não fazer inovações de espécie alguma, sem o consentimento explícito da Superiora da casa;
- ✓ A Mestra Geral não tinha autoridade para mandar embora nenhuma aluna, nem fazer abatimento na mensalidade já estabelecida no programa do Colégio, pois a Mestra Geral não era senhora absoluta, mas dependia da Superiora Geral da casa;
- ✓ A Mestra Geral só deveria ter consigo o dinheiro que recebesse dos pais das alunas, para ser utilizado nos seus pequenos gastos;
- ✓ Todas as outras receitas, ainda que destinada as educandas deveriam ser recebidas pela Econômica da casa, a qual deveria prover cada uma das educandas do necessário;
- ✓ Só a Superiora Geral poderia ordenar obras de restauração nos Asilos e Colégios;
- ✓ Não era de competência da Mestra Geral mudar o uniforme das alunas, isto dependia absolutamente da Superiora da casa;
- ✓ As Irmãs deveriam ser vigilantes e observar o voto de santa pobreza.

Com essas observações, Paula Frassinetti, chama a atenção de todas as Superiores das casas a fim de que “nosso Instituto conserve sempre intacto no seu próprio espírito, e nunca venha a ter necessidade de qualquer reforma. Este é nosso ardente desejo.” (FRASSINETT, 08 de abril de 1880 In: CARTAS, 1987, p. 772). Portanto, para obter certa coerência, recomenda-se também, que todas as casas do Instituto seguissem a mesma organização das atividades religiosas. Veremos agora como se organizava os trabalhos religiosos no Asilo de Santo Antônio.

3.3 A organização das atividades religiosas no Asilo de Santo Antônio.

O Asilo de Santo Antônio também deveria organizar suas atividades religiosas de acordo com que previa as Constituições e Regras do Instituto de Santa Dorotéia. Dentre todos os afazeres das Instituições educativas das Irmãs Dorotéias, as atividades religiosas eram prioridade:

A religião é que antes de qualquer outra coisa, deve ser a base e o fim da educação que se deseja dar, e por consequência, o primeiro objeto de ensino; o resto não é senão acessório, mas um acessório mais ou menos necessário, porque as Irmãs devem formar jovens chamadas na maior parte a viver o mundo; devem por isso edificar sem irritar, conhecendo e seguindo conveniências, em tudo o que não é contrário ao Santo Evangelho (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 63).

Sendo a religião o primeiro objeto de ensino, as alunas deveriam aprender um conjunto de saberes religiosos, como: lições do catecismo, maneiras de confessar-se, respeito e amor a Igreja, exercícios de piedade, maneiras de consolidar-se na fé, maneiras de afastar-se da sensibilidade excessiva, maneiras afastar-se das vaidades do mundo, praticar a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, praticar a devoção a Santa Virgem e praticar os exercícios espirituais (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 63-81).

As lições de catecismo deveriam proporcionar às meninas um estudo para “que compreendam e apreciem todas as verdades e deveres que ali são ensinados”. As maneiras de confessar-se compreendiam a forma correta de como se comportar e relatar ao Vigário suas faltas ou pecados. Esse ato era um requisito para participar da primeira comunhão. Para essas lições, tanto do catecismo, como dos sacramentos, as irmãs deveriam solicitar auxílio de um sacerdote “que dê em horas marcadas, instruções sobre o catecismo em geral, e em particular sobre os santos sacramentos que devem receber” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 63). No Asilo de Santo Antônio, nos primeiros anos de sua existência, o padre Aureli era o responsável pelo ensino do catecismo, confissão e orientação das Irmãs Dorotéias.

Entre os deveres principais que as meninas deveriam cumprir estavam o respeito e amor a Igreja. Esses saberes religiosos consistiam acima de tudo, na obediência “à Igreja Católica, Apostólica, Romana, nossa Santa Mãe, ao Sumo Pontífice, sua cabeça visível e o Vigário de Jesus Cristo, e a todos os ministros do santuário”. Os exercícios de piedade compreendiam os regulamentos das ocupações diárias, as quais eram: participar das orações da manhã e da noite, Santa Missa, oferta de ações de graça, dedicar quinze minutos diários para meditação, exame de consciência. Além disso, fazer também leitura espiritual, fazer visitas ao Santuário se o tiver em casa, confessar-se ao mesmo de quinze em quinze dias e participar da comunhão quando forem consideradas dignas (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 63-64).

Para a consolidação da fé das meninas, as Irmãs Dorotéias deveriam incutir-lhes o temor de Deus, a prática da piedade e o horror ao pecado, uma vez que era “muito comum ver meninas que depois de haver dado no decurso da educação religiosa as mais belas esperanças,

deixar-se levar bem depressa pelo amor dos prazeres, quando se encontram no meio do mundo”. Portanto, era preciso afeiçoar as meninas às práticas materiais de devoção enquanto eram jovens e sensíveis ao bem, a fé, e amor a Deus. Além disso, era preciso sempre chamar a atenção para os perigos da desobediência como o suplício do Inferno (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 64).

Para afastar-se do pecado, era necessário acima de tudo que as irmãs e as meninas evitassem a sensibilidade excessiva na devoção, “pois nela pode-se dizer que procuram mais a si mesmas que a Deus”. Portanto, se recomendava a necessidade de proceder de acordo com a fé e a razão, sem deixar-se levar pela sensibilidade, que pode levá-las a mil ilusões. Para evitar tais ilusões, recomendam-se às meninas inspirar-se em Maria, forte e inabalável ao pé da cruz, e na mulher forte descrita por Salomão nos seus escritos (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 64).

Para afastar-se das vaidades do mundo, recomendava-se às irmãs e às meninas o desprezo do mundo, e suas vaidades, seus prazeres. Para tanto, deveriam firmar-se na base e no fundamento da vida cristã: a renúncia a si mesmas e a vontade própria. Isso significava o “desprezo e afastamento das vãs ostentações do mundo, da escravidão da moda, tão contrário à humildade e a decência que o cristianismo prescreve”. Além disso, deveriam afastar-se dos “perigos dos bailes e teatros, esforçando-se por colocá-las em condições de resistir às seduções do mundo que procura atraí-las” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 64-65).

Em Belém, no contexto da Belle Époque existiam vários espaços que poderiam ser vistos pelas irmãs Dorotéias como “perigosos” e propícios ao “pecado”, com os cafés, bulevares, teatros, palacetes como o Bolonha, e o Pinto; e em 1912 o Cinema Olímpia (SARGES, 2010). Para evitar que as meninas, filhas de famílias abastadas ao saírem do Asilo não caíssem nas tentações da “moda”, e na sedução dos “bailes e teatros”, era preciso uma educação que as ajudassem a resistir a essas tentações. Para tanto, o caminho seguro seria a devoção ao Divino Coração. A devoção ao coração do Cristo, por muitos desprezados faria com que as meninas “nele conheçam o centro e a fornalha daquele amor ardente em que se inflamam pelos homens”. O Coração de Cristo apesar de desprezado, ultrajado e “recebendo da maior parte dos cristãos a mais negra ingratidão”, seria a fonte de todas as graças. Portanto, a devoção ao Sagrado Coração de Jesus era uma forma de provar seu amor e reconhecimento e também para “reparar a horrível ingratidão de que os homens se tornam cada dia mais culpados diante dele” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 65).

A devoção a Santíssima Virgem Maria, era também uma forma de levar as meninas e as irmãs, a tê-la como exemplo a ser seguindo: a mais terna das mães, a mais perfeita semelhança ao Cristo e Imaculada Conceição. Estas, seriam qualidades que deveriam ser buscadas pelas mulheres devotas de Maria, pois ela jamais negaria seu “auxílio aos que a invocam sob esse glorioso título, particularmente nas tentações contra a amável virtude da castidade” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 65-66). No Asilo de Santo Antônio, a devoção a Maria acontecia no mês de maio e era chamado de Celebração do mês de Maria. Riolando Azzi (2002) encontrou no livro de registro diário do Asilo, de 1888, a seguinte informação sobre a celebração a Maria: “Começou o mês de Maria; parece que estavam todas com muito fervor para o fazer. No princípio da missa cantam, e depois lê-se a consideração própria do dia; no fim, ladainha e benção do Santíssimo, cântico, etc” (AZZI, 2002, p. 96).

Os exercícios espirituais consistiam em retiros para a prática de leituras, reflexões e orações, em épocas determinadas. Os exercícios seriam ministrados em comum, por um ou mais sacerdotes, por meio de leituras espirituais. Essa atividade era muito valorizada pelas Irmãs Dorotéias como a mais eficaz para manter-se afastadas das paixões do mundo: “A experiência tem provado que os exercícios espirituais são um dos meios mais poderosos para afastar do hábito do pecado as pessoas que tiveram a desgraça de se deixar enredar por ele”. Além disso, esses exercícios espirituais poderiam “conduzir a uma vida mais perfeita as almas sobre as quais Deus tem desígnios particulares”. Além das irmãs e meninas alunas do Instituto, poderiam também participar dos exercícios espirituais, em casos especiais, pessoas de fora. Porém, as meninas escolhidas para falar e ajudar a presidir a cerimônia religiosa, deveriam ser apenas as que tivessem feito a primeira comunhão e ou que para ela estavam se preparando (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 81).

Fazia também parte do processo de aquisição dos saberes religiosos no Asilo de Santo Antônio a participação nas festas populares, realizadas dentro do Asilo. Estudando a Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia no Brasil, entre os anos de 1889 a 1948, Riolando Azzi (2002), traz-nos algumas informações relevantes sobre o Asilo de Santo Antônio, que nos ajudam entender, por exemplo, como se dava a participação das irmãs e das meninas, nas festas populares em Belém. Este autor, identificou as seguintes festas das quais o Asilo de Santo Antônio procurava participar de alguma forma: Festa de Carnaval, Festas Juninas, Festa do Círio de Nazaré, Semana Santa, Festa de Natal.

Durante o período de festa de Carnaval, realizava-se no Asilo de Santo Antônio uma espécie de retiro espiritual. As meninas não eram liberadas para brincar o carnaval fora do Asilo. No período da manhã, algumas atividades religiosas como orações, comunhão e adoração ao Santíssimo Sacramento, com objetivo de expiação dos pecados cometidos pela população nos dias de festas. No período da tarde e início da noite, as meninas eram liberadas para participarem de várias brincadeiras como jogos, brinquedos, quadros vivos e danças. Tratava-se de uma diversão saudável, que de certa forma, procurava acompanhar as manifestações populares. Além dessas brincadeiras, as meninas às vezes faziam representações teatrais de acontecimentos relacionados à história da Igreja. Muitas dessas brincadeiras aconteciam nas suas próprias salas de aulas com a presença das suas mestras, que como recompensa, recebiam santos e medalhinhas e outros presentes (AZZI, 2002, p. 83-84).

As festas juninas em homenagem a Santo Antônio, São João e São Pedro também encontravam espaço no universo cultural do Asilo de Santo Antônio. Segundo Riolando Azzi (2002), no mês de junho, as Irmãs Dorotéias destinavam um período do dia para as meninas realizem várias brincadeiras. Essas atividades lúdicas estariam de certa forma, de acordo com Azzi, sintonizadas com a alegria popular. Além das brincadeiras comuns praticadas no Asilo, como danças, cantigas de roda e quadros vivos, no mês de junho, as meninas brincavam ainda de soltar fogos, e era lhes permitido ficar mais tempo do que o comum, nas atividades de recreação (AZZI, 2002, p. 85).

O Círio de Nazaré é uma festa religiosa com um forte caráter popular, por esse motivo atraía muita gente para a cidade já no final do século XIX. As Irmãs Dorotéias inicialmente apenas deixavam as meninas irem para as janelas assistir a procissão passar. A partir do início do século XX, de acordo com Azzi (2002), as Irmãs instituíram dentro do Asilo uma romaria própria, que saía do Asilo em direção a Igreja de N. S. de Nazaré. Ali, as Irmãs e as meninas, ouviam a missa e participavam da comunhão (AZZI, 2002, p. 85-87).

A Semana Santa e o Natal são duas festas importantes do calendário litúrgico das igrejas cristãs. No Asilo de Santo Antônio a essas festas também eram dada atenção especial por fazer parte da formação religiosas das alunas. Durante a Semana Santa, no Asilo, a Sexta-feira Santa e o Domingo de Ramos, eram os dias que ganhavam conotação especial para as meninas. Na Sexta-feira Santa, as meninas participavam da cerimônia de adoração da cruz e no Domingo de Ramos elas recebiam as palmas bentas, para cerimônia de ramos que ocorria no Asilo e na

Igreja de Santo Antônio. Na Sexta-feira Santa a Igreja ficava aberta para receber os devotos para oferecer homenagem ao Senhor Morto (AZZI, 2002, p. 90).

A festa de Natal tinha um caráter mais alegre, por isso, a data era bastante esperada pelas meninas do Asilo de Santo Antônio. As meninas pensionistas normalmente passavam essas festas com suas famílias e as órfãs permaneciam no Asilo, mas aproveitam a data para divertirem-se de alguma forma. Fora do Asilo, a festa de natal era comemorada normalmente da seguinte maneira: “havia visitas aos presépios nas igrejas e em casas particulares, e as festas de rua com cantos e danças pastorais”. No Asilo, as irmãs permitiam que as meninas órfãs apresentassem a dança das pastorinhas (AZZI, 2002, p. 90-91).

Anualmente, era realizada também no Asilo, a Festa em homenagem a Santo Antônio da qual participavam as irmãs, as meninas, autoridades religiosas e políticas, e toda a comunidade. Faziam parte dessa festa as seguintes atividades: missas, procissão e leilão para arrecadar fundos para o Asilo, como mostra a imagem abaixo retirada do jornal Diário de Belém, de 18 de junho de 1881:

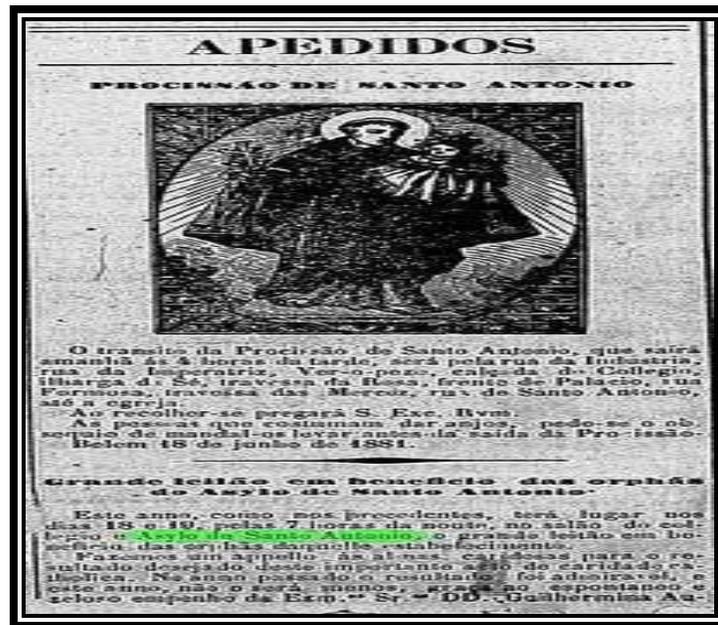


Figura 14: Imagem de um convite das irmãs Dorotéias para a comunidade participar da festividade de Santo Antônio.
Fonte: DIÁRIO DE BELÉM, 18-06-1881, p.3.

A imagem acima é um convite a comunidade de Belém para participar da procissão de Santo Antônio e da festa que acontecia no arraial em frente ao Asilo. Durante a festa

aconteceria o “grande leilão em benefício das órfãs do Asilo de Santo Antônio”. Como se pode observar, as festas eram usadas também para arrecadar fundos para o sustento do Asilo.

No Asilo e Igreja de Santo Antônio, também aconteciam outras festas, das quais as irmãs e as meninas participavam. No ano de 1882, houve uma festa em homenagem ao aniversário do bispo D. Antônio de Macedo Costa, noticiada no Jornal Diário de Belém como “uma dessas festas deliciosas, cujo encanto transborda a todas as pessoas que tem a felicidade de a elas assistirem”. Essa festa, realizada dia 7 de agosto daquele ano, começou com a celebração do Santo Sacrifício pelo bispo do Pará, acompanhado com cânticos executados pelas meninas e irmãs. Em seguida, todas as meninas, Irmãs e algumas pessoas piedosas, receberam a “sagrada comunhão na intenção do Sr. Bispo que mal continha sua religiosa emoção”. Ao final dessa festa, diz o jornal que veio ao encontro do bispo dá-lhes os honrosos cumprimentos “o insigne maestro Carlos Gomes que com sua grandiosidade que é próprio dos cavalheiros de sua distinção, veio associar-se a esta tocante manifestação da família de Santo Antônio para com o querido Pai e Pastor que tanto por ela se desvela” (JORNAL DIÁRIO DE BELÉM, 12-08-1882, p. 2).

Aconteciam também no Asilo e Igreja de Santo Antônio as festas das Irmandades religiosas que ali se congregavam como, por exemplo, a Festa da Irmandade de N. S. do Rosário. Essa festividade, como a maioria das festividades de Santos padroeiros, era organizada da seguinte maneira: novenas, leilões e sufrágios. Esta consistia em missa pela intenção das almas das pessoas que haviam participado da Irmandade religiosa. Sobre a participação das irmãs e meninas do Asilo de Santo Antônio nessa festa, tem-se a seguinte informação:

Este ano como nos precedentes, as respeitáveis religiosas do Instituto de Santa Dorotéia, dignas diretoras do Colégio Asilo de Santo Antônio, associam-se ao zelo das senhoras associadas à Confraria de N. S. do Rosário, o que muito contribuirá para o maior brilhantismo da festividade (JORNAL DIÁRIO DE BELÉM, 25-09-1884, p. 3).

Essas festas, como já mencionado anteriormente, eram motivo de preocupações da Madre Fundadora, Paula Frassinetti, ao ponto de escrever em 1879 ao bispo do Pará uma carta advertindo-o com as seguintes palavras:

A mesma Irmã Josefina, quando me escreve, conta-me sempre novas festas, quer na Igreja, quer no Asilo, nas quais toma parte toda a comunidade. Agradam-me estas festas, que servem a recrear o corpo e o espírito; (aliás, considero necessárias), quando sejam feitas com moderação. Creio que talvez também nisto precise a Irmã Josefina ser moderada, pois eu sei que ela gosta muito de sons e dos cantos; sem cuidar que tais festas exigem grande trabalho, causam (por vezes certa) desordem na comunidade (e quando mais não seja, levam a dissipação) e distraem o espírito das jovens alunas, as

quais deixam de se aplicar, como deveriam aos estudos (FRASSINETT, 16 de dezembro de 1879 In: CARTAS, 1987 p. 769).

Havia também no Asilo de Santo Antônio, outra forma de encaminhar as meninas no caminho da religião católica: as associações religiosas chamadas Filha de Maria, os Santos Anjos e as Amiguinhas do Sagrado Coração. Da primeira associação participavam as meninas maiores e da segunda as meninas médias, e da última, as meninas menores, possivelmente, meninas de idade entre 6 a 8 anos. Para ingressar nessas associações, era realizado um ritual especial no qual as meninas pensionistas e desvalidas recebiam as fitas com as cores da irmandade, simbolizando que elas pertenciam a um grupo de meninas especiais. Na primeira fase de entrada nas associações, as meninas eram aspirantes, depois um tempo de observação, passavam a efetivas (AZZI, 2002, p. 97-98). Sobre as atividades das Filhas de Maria, Riolando Azzi (2002) encontrou o seguinte registro no livro de ocorrências diárias do Asilo, no ano de 1888:

Festa das filhas de Maria. O Pe. Parissier veio dizer a missa. Depois de terminarem o café, as meninas foram se preparar. Pouco depois das 8 horas entraram em procissão na igreja, como é costume às Filhas de Maria; tendo chegado ao lugar destinado, o Diretor entoou a *Ave Maris Stella* e em seguida fez as admissões, sendo Filhas de Maria quatro aspirante (sendo suas órfãs), uma na congregação dos Anjos, oito aspirantes e duas Amiguinhas do Sagrado Coração de Jesus. Concluídas estas admissões, as Filhas de Maria fizeram a oferta do coração; acabada esta o diretor fez uma prática. Terminou-se tudo com o cântico do *Magnificat* (LIVRO DE OCORRÊNCIA DOASILO, 1888 apud AZZI, 2002, p.98).

A partir 1887, a Superiora do Asilo decidiu ampliar as atividades das Filhas de Maria, com objetivo de fazer com que algumas ex-alunas do Asilo, continuassem participando das atividades dessa associação religiosa. As Filhas de Maria Externa, de acordo com Azzi (2002), teve um desenvolvimento significativo e em 1907 participaram do retiro espiritual, 100 moças (AZZI, 2002, p.99).

Como se pode observar na organização das atividades religiosas no Asilo de Santo Antônio, o ensino da religião realmente tinha prioridade, pois “a religião é que antes de qualquer outra coisa, deve ser a base e o fim da educação que se deseja dar, e por consequência, o primeiro objeto de ensino” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 63). Nesse sentido, a organização do trabalho religioso no Asilo buscava alcançar esse principal objetivo, porém, as meninas ao concluírem seus estudos iriam viver no mundo moderno onde lhe era exigido outros saberes não religiosos ou acessórios na linguagem das Irmãs Dorotéias: “o resto não é senão acessório, mas um acessório mais ou menos necessário, porque as Irmãs devem formar jovens chamadas na maior parte a

viver o mundo” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 63). Para alcançar o objetivo principal do Asilo e também ensinar os acessórios dessa educação religiosa, vejamos como estava a organização do trabalho pedagógico no Asilo de Santo Antônio.

3.4 A organização do trabalho pedagógico no Asilo de Santo Antônio.

De acordo com as Constituições e Regras das Irmãs Dorotéias, o primeiro e principal meio para o Instituto obter seu fim era cultivar e promover a Pia Obra de Santa Dorotéia, e o segundo, era promover a educação cristã das meninas, a fim de “honrar a Deus e a Nossa Senhora das Dores, a quem é consagrado em particular”. Para tanto, o Instituto deveria abrir educandários e escolas internas onde fosse possível. Essas instituições educativas deveriam ter suas necessidades temporais supridas com as rendas das fundações e “donativos ou legados que poderão receber como propriedade, ou pelo lucro que terão da pensão das educandas”. Os preços das pensões cobradas dos pais das meninas seriam “fixado segundo a condição das meninas e as circunstancias dos lugares”. Porém, os valores cobrados pelas pensões deveriam ser “sempre moderado, de modo que se possa conhecer que o Instituto não deseje outra coisa nos trabalhos senão a glória de Deus e o bem das almas” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 62).

Quanto ao objetivo principal da educação oferecida nas escolas do Instituto das Irmãs Dorotéias estava à preparação para o lar doméstico: “considerem que as meninas que forem educadas nas nossas casas são destinadas, no curso ordinário da Providência, a se tornarem esposas e mães de família”. Porém, essa esposa e mãe de família formada nos moldes cristãos não seria apenas importante pela sua função social no seio familiar, mas, principalmente, por seu papel de educadora do lar e regeneradora da sociedade. Portanto, o lar doméstico governado por uma mulher cristã seria o centro disseminador da luz que iria transformar a sociedade:

Quanto bem não pode fazer uma mulher verdadeiramente cristã, uma mãe de família solidamente cristã, virtuosa e afeiçoada à religião e seus deveres? Quantos esposos que vivem no esquecimento de Deus e da fé podem ser retirados dos vícios e da desordem, e reconduzidos á virtude, mediante os exemplos, os cuidados, a sabedoria, a doçura e as orações de uma esposa solidamente cristã? Pode-se ainda afirmar que a ordem e a regularidade interna da família, a paz e o decoro entre os domésticos, e, sobretudo a primeira educação das crianças, depende principalmente da mãe; e é por ela que se transmite à geração seguinte o conhecimento, o amor e a prática da religião (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 62).

Para formar essa mulher virtuosa, educadora dos filhos e regente do lar doméstico era necessário oferecer-lhe um conjunto de conhecimentos que pudessem dar conta dos objetivos

estabelecidos pelas Irmãs Dorotéias. Para tanto, o programa de ensino do Instituto dessas freiras definia três ramos do saber: o ensino da Religião, o ensino das Ciências profanas e o ensino dos trabalhos manuais ou prendas domésticas. Como já mostrei, o ensino da religião católica, era o objetivo primeiro da educação, oferecida nos estabelecimentos educativos das Irmãs Dorotéias e os demais, considerados apenas acessórios do primeiro.

Os conteúdos das ciências profanas (ciências humanas) deveriam “limitar-se a ensinar às educandas o que convém a uma pessoa chamada para viver cristamente no mundo, segundo as circunstâncias do seu estado e condição” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 66). No Asilo de Santo Antônio, havia duas categorias de meninas em condições sociais distintas: As órfãs e desvalidas e as alunas, também chamadas de pensionistas. Segundo José Maio Bezerra Neto (1998) “a existência em um espaço físico de duas obras educacionais, ou seja, o orfanato e o estabelecimento das educandas, não significava indistinção entre as mesmas, pois segundo as disposições gerais do Asylo, um funcionava independente do outro” (BEZERRA NETO, 1998, p. 196). Por isso, a educação oferecida às meninas no Asilo de Santo Antônio também era distinta: as órfãs e desvalidas “recebem gratuitamente a educação intelectual, moral e religiosa. Além das órfãs e meninas desvalidas conta já o Asilo com muitas meninas pensionistas que ali recebem educação esmerada e vivem completamente afastadas daquelas” (PARÁ, 1879, p.76). A educação esmerada a qual se referia o presidente da Província José da Gama Malcher em 1879, dada as pensionistas de acordo com Bezerra Neto (1998), “possibilitava a condição de ‘damas de salão’ compatível com suas condições econômicas mais favoráveis”, já as órfãs desvalidas recebiam educação que as habilitava ao “mundo do trabalho, auxiliando seus futuros esposos a superar as dificuldades do dia-a-dia, através de sua sabedoria, economia, simplicidade e preparo moral, intelectual e social para a vida futura, como esposa dedicada, portanto, suporte para o chefe de família” (BEZERRA NETO, 1998, p. 196).

Para alcançar os objetivos de ensino, as Irmãs Dorotéias deveriam observar as regras para manter a ordem nos internatos, os deveres das mestras e a organização das escolas e do ensino. A ordem nos internatos deveria começar pela organização das classes e dos espaços de reunião que deveriam obrigatoriamente ser espaços “arejados, convenientemente conservados, varridos com cuidado todos os dias”. Nos estabelecimentos onde atendessem meninas pobres, elas mesmas seriam as responsáveis pela limpeza dos espaços (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 77). No que se referem à organização das classes, “as aulas do internato serão divididas em três

classes, segundo sua idade e capacidade”. A primeira classe seria formada pelas meninas pequenas em início do processo de alfabetização, a segunda classe seria formada pelas meninas que já sabiam ler chamadas de médias, ou seja, “menos instruídas, mas que já começam a ler de modo que possam estudar o catecismo” e a terceira classe seria formada pelas meninas maiores e mais instruídas, ou seja, que soubessem “ao menos o pequeno catecismo, ler corretamente e estar começando a escrever” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 67, 79). De acordo com José Maio Bezerra Neto (1998), no Asilo de Santo Antônio, para admissão das pensionistas às únicas exigências as candidatas eram: “possuir entre 5 a 12 anos de idade, estar vacinadas e não padecerem de moléstia crônica ou contagiosa” (BEZERRA NETO, 1998, p. 196). Aqui temos mais um exemplo de que o Asilo de Santo Antônio, em algumas aspectos, não cumpria exatamente o que dizia o documento das regras das Dorotéias, e ainda também acrescentava outras regra para admissão das meninas que não estava prescrito no seu Documento Maior. As Constituições diziam que “todas as meninas acima de seis anos poderão ser admitidas em nossas escolas, desde seja antes apresentada à mestra ou Diretora” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 77). O Asilo de Santo Antônio admitia as educandas a partir dos 5 anos de idade e exigiam também que fossem vacinadas, e não padecessem de moléstia crônica ou contagiosa.

Para cada classe haveria uma mestra particular (professora da classe) e coordenando todas as classes, uma mestra geral (espécie de coordenadora pedagógica), cujo ofício seria “dirigir e ajudar as Mestras particulares e velar sobre todas as divisões do ensino e fazer observar exatamente tudo o que é estabelecido no plano dos estudos” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 67). Além disso, a mestra geral deveria fazer reuniões com as mestras de cada classe e orientar sua formação, assistir aos exames e os exercícios das alunas na presença da comunidade, assistir as lições das meninas para avaliar seu aprendizado, e avaliar a capacidade e aplicação das mestras, e dá-lhes orientações. Quando observasse alguma irregularidade, deveria comunicar a Superiora da Casa para tomar as providências necessárias (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 67).

A mestra geral tinha também autoridade sobre todas as educandas e o “dever de vigilância sobre todas as mestras particulares no que se refere a seu ofício”, assim como também autoridade para tratar diretamente com os pais das meninas, mas não podia admitir ou despedir nenhuma aluna sem o consentimento da superiora geral (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 68).

A mestral geral no exercício de sua autoridade deveria “vigiar sobre tudo aquilo que diz respeito ao bem espiritual e temporal do internato e manter a sobrevivência de suas regras,

corrigindo as transgressoras e recompensando as observantes”. Quanto aos deveres, a mestra geral teria que:

- ✓ Ter atitudes e postura de uma mãe de todas as meninas que lhe forem confiadas;
- ✓ Velar pela ordem e limpeza de “todas as partes do local ocupado pelas educandas”;
- ✓ Fazer registro da entrada e saída das educandas, e anotar as observações que forem necessárias e úteis sobre o caráter das educandas, seu progresso na virtude, e nos diversos estudos;
- ✓ Mandar aos pais em época determinada os boletins com todas as informações necessárias sobre “o modo de proceder de suas filhas e em geral tudo o que lhes diz respeito”;
- ✓ Manter a Superiora da casa sempre informada de tudo o que diz respeito ao internato em geral e agir de acordo com seus conselhos (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 68).

Quanto aos deveres das mestras das classes (das professoras), ficava determinado que deveriam obedecer os seguintes procedimentos: fazer com que as meninas observassem as regras de uma prudente modéstia para evitar as amizades particulares que pudesse prejudicar seus estudos; evitar sempre a parcialidade e preferências no trato com as meninas, para não ser severa com umas e tolerante com outras; vigiar atentamente as meninas para impedir que cheguem a suas mãos livros, cartas ou quaisquer escritos sem a permissão da mestra geral. Essa vigilância seria o mais sagrado dos deveres das mestras:

Considerem-se por assim dizer como outros tantos anjos da guarda, velando, com a maior atenção, as classes, nos estudos, na recreação, na Igreja, no dormitório e em todos os lugares, porque uma mestra deve saber tudo o que se passa e tudo o que se diz, descobrindo até tudo que se passa na mente das meninas pela fisionomia, em que transparecem tão facilmente todas impressões íntimas. Mas esta vigilância não seja agitada, fatigante e suspeitosa. É preciso ver tudo sem dá-lo a perceber. Com esta vigilância talvez possamos livrar as meninas das pérfidas astúcias do inimigo que outra coisa não deseja se não tirar-lhes a inocência (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 70).

A prática de vigiar e punir os estudantes quando necessário fazia parte da tradição européia, e era uma forma de tentar evitar que se desviassem dos caminhos e regras da sociedade. De acordo com Michel Foucault (2010), a tradição de punir os criminosos violentamente com suplícios ou morte em praça pública, refletiam de certa forma na maneira dos adultos educarem os seus filhos e os estudantes (FOUCAULT, 2010, p.71). De acordo com esse autor, apesar de surgir no século XIX certa intolerância aos castigos físicos, a tradição de vigiar e punir não deixou de existir, fazendo surgir outras formas de vigilância e punição no século XIX:

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionava como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento (FOUCAULT, 2010, p.167).

De acordo com Foucault (2010), a prática da vigilância e disciplina era justificada porque “o desenvolvimento das escolas paroquiais, o aumento de seu número de alunos, a inexistência de métodos que permitisse regulamentar simultaneamente a atividade de toda a turma”, exigiam dos gestores dessas instituições uma “necessária organização e controle” (FOUCAULT, 2010, p.169).

Para Manoel (2008), as meninas internas nos Asilos católicos deveriam ser fortalecidas ao ponto de estarem firmes para resistir às tentações do mundo, para “ao voltarem ao ‘mundo exterior’ não seriam corrompidas por ele, mas, ao contrário, deveriam ser fortes o bastante para atuarem como focos de recristianização da sociedade” (MANOEL, 2008, p. 94). Nesse sentido, podemos entender o porquê, Paula Frassinetti, exigia tanto o cumprimento das Constituições e Regras do Instituto.

Fazia parte também dos deveres das mestras a execução dos seguintes procedimentos: aplicar repressões e castigos às meninas; estimular a prática da emulação entre elas; zelar pela boa ordem nas aulas e fora delas; preparar-se bem para poder ensinar as meninas; agir com calma e paciência para com as meninas; agir com cautela nas atividades de entretenimento; manter o silêncio, observar a gravidade e os cuidados da educação (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 70-73).

Na aplicação de repressões e castigos às meninas, era preciso evitar que houvesse “nada de amargo, de repugnante, de insultante, de irônico, o que irrita e revolta a menina em lugar de corrigi-la’. Recomendava-se usar uma suave firmeza para corrigir as faltosas quando merecessem, mas jamais bater nas meninas. Os castigos deveriam ser aplicados para mortificar a sensibilidade e o amor próprio. Já o estímulo a prática da emulação ou disputa entre as meninas era considerado “um dos meios mais poderosos junto das crianças”, porém, era necessário exercer entre elas com “muita descrição e prudência, porque este sentimento, que é tão louvável quando bem dirigido, pode degenerar facilmente em um vil sentimento de inveja”. O correto seria louvar e recompensar com moderação (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 70, 80).

As mestras deveriam ter o seguinte perfil para trabalhar no Instituto:

- ✓ Deveriam falar com firmeza suave e não impor “castigos senão quando a falta tiver perturbando a boa ordem”. Nesse caso, os castigos deveriam ser com moderação quando não se pudesse de outra maneira manter a disciplina;
- ✓ Quanto ao trabalho pedagógico nas classes era exigido das mestras além da instrução (formação) “conhecer perfeitamente os fundamentos das coisas que se ensinam, a fim de estar prevenida para explicá-las às alunas com brevidade, clareza e precisão” (domínio do conteúdo);
- ✓ Planejar previamente as aulas observando o seguinte procedimento: “não é preciso que esta preparação seja fruto do ardor e das atividades naturais; seja feita com paz, com liberdade de espírito, livre de todo amor próprio, com o olhar da fé”;
- ✓ Proceder para com as meninas em sala de aulas ou fora delas, sempre agir com calma, paciência e mansidão.
- ✓ Deveria também manter uma postura uniformidade e mesmo em casos de indignação, não deixar-se levar pela cólera e proferir contra as meninas palavras injuriosas e ofensivas (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 71-72).

Durante as atividades de recreação ou em outras atividades, recomenda-se as Mestras ter cautela e discernimento nos entretenimentos com as educandas: “é preciso, sem dúvida, atraí-las e interessá-las, mas não de modo a excitar uma curiosidade a que seja perigoso satisfazer, ou a precisar dizer coisas que comovam ou inflamem a imaginação” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 72). Todo diálogo entre as Irmãs e as meninas deveria ser alegre, amável, mas sempre religioso e com um fim útil. Por isso, era preciso evitar as conversações particulares, as confidências e as afeições íntimas entre as educandas (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 72).

Recomendavam-se ainda às Irmãs na relação com as educandas manter o silêncio, a gravidade e certos cuidados com a educação. A prática do silêncio significava entre as Irmãs, “uma sábia discrição no uso da palavra. Discrição que faz com que uma mestra se cale quando não é preciso falar, e fale quando é necessário”. Para as Irmãs Dorotéias, o silêncio produzia a ordem e a tranquilidade na classe, e assegurava o progresso das alunas, evitando muita fadiga inútil e nociva à saúde das mestras, pois como mostrava a experiência, “as mestras que falam muito são pouco ouvidas e pouco consideradas”. Por isso era preciso evitar falar alto na classe porque isso podia atordoar e cansar as meninas não trazendo nenhum proveito para as meninas nem para as mestras, pelo contrário, poderia prejudicar a saúde da mestra. A gravidade era

considerada pelas Irmãs uma virtude que fazia pensar, falar e agir com moderação, discrição e modéstia. Essa virtude ensinava a agir com moderação e “a regular o nosso modo de proceder, de tal maneira que se veja senão edificação”. As Irmãs deveriam incentivar e prática dessa virtude a fim de livrar as meninas da “circunspeção que a debilidade e a idade das meninas requer” para livrá-las de todas as carícias e nunca perder de vista que “as pessoas consagradas a Deus devem ser sem defeitos e não ter fraqueza e miséria ordinária dos homens” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 72-73). Quanto aos cuidados com a educação no diz respeito à moderação, recomendava-se que tanto as mestras como as meninas não deveriam se apegar muito aos estudos das ciências humanas para não esquecer o mais importante, a religião. Por isso, as constituições e regras das Irmãs Dorotéias assim advertiam as mestras e as alunas:

O ardor imoderado pela ciência prejudica o espírito de recolhimento e de fervor. É necessário, pois, redobrar a vigilância sobre nós mesmos, a exatidão e fidelidade aos nossos exercícios de piedade, recomendando a Deus, especialmente na Comunhão, os nossos trabalhos e as nossas penas, e rezando pelas nossas educandas, principalmente por aquelas que dão mais motivos para temer (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 73).

A organização escolar nos educandários das Irmãs Dorotéias deveria seguir também o mesmo padrão: “Em todas as casas do Instituto, portanto, se abrirá quando for possível, uma escola para as meninas externas, em uma parte do local, inteiramente separada da parte das educandas”. Nas escolas para as meninas externas ou pobres elas seriam “recebidas e despedidas a horas determinadas, mas se terá em vista, particularmente nas escolas de meninas pobres tê-las conosco o maior número de horas que puder” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 73). Aqui fica claro que o Instituto deveria trabalhar em regime de internato e atender prioritariamente as meninas pensionistas, mas quando fosse possível, deveriam atender também meninas pobres em regime de externato em espaços separados das educandas.

Quando as Irmãs Dorotéias chegaram ao Asilo de Santo Antônio encontram a Instituição trabalhando apenas no regime de internato com meninas órfãs e desvalidas e com algumas educandas (pensionistas) juntas nas mesmas classes, as Irmãs fizeram apenas a separação entre as desvalidas e pensionistas e não abriram escolas externas para atender as meninas pobres, pois já havia muitas delas recolhidas e internadas no Asilo.

O currículo escolar deveria seguir a seguinte ordem de importância. Primeiramente se deveriam ensinar as meninas o catecismo e em seguida os demais conteúdos: “se procurará primeiramente fazê-las aprender bem o catecismo e dar-lhes além das verdades e deveres da

religião, toda a instrução conveniente a sua idade, capacidade e condição”. Abaixo se tem o conteúdo padrão para todas as casas de educação das irmãs Dorotéia:

Quadro 04: Conteúdos obrigatórios para todas as instituições educativas das Irmãs Dorotéias.

<i>Conteúdos Principais (Sagrado):</i>							
<i>Catecismo</i>				<i>Prática da religião</i>			
<i>Conteúdos Secundários ou Acessórios do primeiro: (Ciências Profanas):</i>							
<i>Leitura</i>	<i>Escrita</i>	<i>Trabalhos manuais</i>	<i>Gramática</i>	<i>História</i>	<i>Geografia</i>	<i>Aritmética</i>	<i>Língua Estran- geira</i>

Fonte: CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 62, 66.

Para as irmãs Dorotéias, a instrução mais excelente que se podia dar a uma menina era a instrução religiosa, principalmente para as meninas pobres, pois acreditavam que elas estavam expostas a mil perigos do mundo e por isso, elas teriam “mais necessidade do que os outros de se fortalecerem, na sua primeira idade, com o estudo e com a prática da nossa santa religião” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 74). As Constituições não deixam claro que perigos eram esses que as meninas pobres estariam sujeitas, mas, posso conjecturar que seriam as dificuldades para conseguir trabalho e um bom casamento, o que poderia levá-las a vários sofrimentos, inclusive a prostituição.

Como havia uma educação diferenciada devido à condição social das meninas, nem todos os conteúdos deveriam ser ensinados para todas elas. Para as meninas ricas, educação esmerada, para as órfãs e desvalidas, educação com ênfase nas prendas domésticas. E mesmo as meninas de condições sociais mais elevadas, alguns conteúdos, só deveriam ser ensinados se os pais solicitassem e justificassem a necessidade de tal conhecimento para a vida das meninas como o ensino de língua estrangeira e a arte do ornamento (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 66).

Os conteúdos trabalhados nas Casas das Irmãs Dorotéias deveriam possibilitar as meninas o cultivo da memória e “aprender cuidadosamente o que mais importa saber para o modo de proceder na vida e para o ornamento da boa sociedade” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 66).

Diante, disso, o Asilo seria uma “válvula de escape” para essas meninas pobres que bem educadas poderiam conseguir um casamento ou conseguir seu próprio sustento como professoras de ensino primário. Por isso, a organização das classes deveria possibilitar as elas uma aprendizagem efetiva. Faziam parte das estratégias de aprendizagem o ornamento das salas de aulas com quadros de cenas religiosas para que ao olhar das meninas fosse “atraído por quadros de religião, por imagens sacras e belas máximas”. Também junto com as lições de catecismo deveriam cantar louvores sagrados. Para o ensino dessas lições diárias não se poderia improvisar e nem usar quaisquer livros, mas somente os catecismos e livros aprovados pela Superiora Geral. Além disso, as meninas teriam que assistir todos os dias as missas e fazer as orações da tarde ao fim do dia, (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 74,77).

Depois das aulas do ensino dos conteúdos principais: catecismo e cânticos que deveriam preparar espiritualmente as meninas vinham os conteúdos secundários para preparar as meninas às diversas exigências do mundo, os quais eram o ensino da leitura, escrita e trabalhos manuais:

Poder-se-á ensinar-lhes a ler e a escrever, a fazer contas e tudo o que ser-lhes útil segundo a diversidade dos lugares e das circunstâncias. Ter-se-á cuidado de que todas se ocupem de algum trabalho manual em uma parte das horas que passem na escola, trabalho que se vigiará e dirigirá para premuni-las em tempo da ociosidade, e assim procurar-lhes um meio de poderem viver no mundo honestamente e de acordo com a sua condição (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 74).

O ensino de leitura e escrita deveria ser ensinado com simplicidade tendo o cuidado de que “os modelos que as meninas devem copiar só contenham máximas edificantes e construtivas” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 79). O ensino da aritmética deveria “se limitar as quatro operações para as mais adiantadas e as duas primeiras para as menores, dando-lhe explicações verbais, sem lhes dar o livro” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 79). As irmãs procuravam seguir à risca o método jesuítico que se orientava, por exemplo, nos ensinamentos de Santo Tomás de Aquino, que segundo Ivam Manoel (2008), ensinava que as palavras pronunciadas pelos mestres provocam melhor o conhecimento que os simples objetos sensíveis (MANOEL, 2008, p. 106).

Quando ao ensino dos trabalhos manuais ou prendas domésticas, deveriam dar uma especial atenção fazendo as meninas sentirem amor por tais atividades, porque eram um “excelente meio de se preservar dos perigos de uma vã dissipação no mundo, de se conservar na inocência, de cumprir um dia seus deveres” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 67). Além desses

conhecimentos, as meninas deveriam aprender alguns conhecimentos elementares de gramática, história, geografia e aritmética. Para as meninas de grupos sociais mais elevados, deveriam aprender ainda noções de ortografia, e caso os pais solicitasse, aprenderiam também língua estrangeira e artes do ornamento (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 66). No ensino de noções de ortografia as meninas teriam que “copiar exatamente trechos de escrita bem correta ortografia” e receber explicações verbais sobre os elementos mais simples da gramática e outros conhecimentos de acordo com suas necessidades e condição (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 66).

Os conhecimentos de leitura e escrita, deveriam capacitar as meninas para ler somente o catecismo e alguns livros, principalmente religiosos indicados pela Igreja. No Asilo de Santo Antônio, possivelmente, as obras mais recomendadas para leitura seriam os livros escritos pelo próprio bispo D. Antônio de Macedo Costa, como por exemplo, o “Catecismo sobre a Igreja Católica” (1875), entre outros.

O ensino da Aritmética deveria capacitar as meninas somente para fazer cálculos simples referentes às ações domésticas, como compras a varejo. Já os trabalhos manuais deveriam ocupar boa parte do dia, pois na visão das Irmãs Dorotéias, esse gênero de ocupação seria tão necessário às meninas. Por isso deveriam dirigir e vigiar com a máxima atenção e inteligência, as “pequenas operárias” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 78).

No Asilo de Santo Antônio a organização do ensino procurava seguir as recomendações do documento base das irmãs Dorotéias. Mas, foram acrescentadas a essa organização, outras disciplinas julgadas necessárias à formação das meninas. José Maia Bezerra Neto (1998) categorizou o ensino ministrado pelas irmãs Dorotéias no Asilo de Santo Antônio em três: instrução religiosa, literária e artística. A primeira se realizava pelas práticas sacramentais e devocionais e eram concebidas como “os princípios da fé e moral católicos como a base fundamental de uma educação sólida” (BEZERRA NETO, 1998, p. 197-198). O ensino da instrução literária e artística pode ser visualizado no quadro abaixo.

Quadro 05: Conteúdos ensinados no Asilo e Colégio de Santo Antônio durante a primeira década da administração das irmãs Dorotéias.

Ensino literário	Ensino artístico
<ul style="list-style-type: none"> ✓ História sagrada; ✓ História profana e do Brasil; ✓ Elementos de História natural; ✓ Geografia; ✓ Cosmografia; ✓ Princípios básicos de artes, da poesia e da literatura portuguesa; ✓ Línguas estrangeiras (Inglês e Francês); ✓ Princípios de geometria; ✓ Leitura; ✓ Caligrafia; ✓ Aritmética; ✓ Contabilidade aplicada às necessidades da economia doméstica; ✓ Ensino de Piano (facultativo). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coser diversos pontos de marcas; ✓ Bordar a branco, ✓ Bordar matiz, ouro, escomilha, ✓ Bordar à navalha, em vidro, cera e marfim; ✓ Confecção de flores de pano, ✓ Confecção de flores seda, cera, misanga e de sola; ✓ Pintura oriental, e outras de mão, ✓ Desenho e pintura; ✓ Piano e canto.

Fonte: BEZERRA NETO, 1998, p. 198.

No o ano de 1885, o Presidente da Província do Pará, Sr. João Lourenço Paes de Souza, confirma, segundo o Jornal O Liberal do Pará, que o ensino oferecido às meninas internas do Asilo de Santo Antônio, centravam-se no estudo da “leitura, gramática portuguesa, história sagrada, catecismo e aritmética” e dos seguintes trabalhos manuais ou prendas domésticas: “costurar, marcar, bordar a branco, matiz, ouro e flores, a lavar, engomar e cozinhar” (OLIBERAL DO PARÁ, 03-10-1885, p.1).

Como havia uma educação diferenciada para cada grupo de meninas do Asilo de Santo Antônio, é possível que algumas disciplinas escolares como língua estrangeira, piano e canto, e outras, não fossem ofertadas para órfãs e desvalidas, mas somente para as pensionistas. As primeiras, pela sua posição social deveriam receber preparação para o mundo do trabalho, ou seja, preparo moral, intelectual e social para uma vida de esposa dedicada, e suporte para o chefe

de família, já as educandas, seriam futuras “damas de salão”, ou seja, as esposas de homens bem sucedidos financeiramente por isso recebiam educação esmerada.

O Asilo de Santo Antônio para cumprir o conteúdo destinado ao ensino, começava o ano letivo normalmente no mês de Janeiro. No mês de Junho, aconteciam as férias (férias de São João) e saídas das meninas que tinham famílias, as órfãs permanecia no Asilo com as irmãs. As meninas retornavam no final de junho e início de julho, e o encerramento do ano letivo acontecia final de outubro. Início de novembro, as alunas começavam a sair para passar as férias de verão (novembro e dezembro) com suas famílias (AZZI, 2002).

Antes de saírem de férias, as alunas teriam que passar obrigatoriamente pelos exames finais de ano que aconteciam no Asilo. Devido à ligação direta entre o Asilo de Santo Antônio e a Cúria Diocesana, as avaliações e exames finais das internas eram realizados pelo próprio bispo. Isso só começou a mudar, segundo Riolando Azzi (2002), a partir de 1918, quando as Irmãs Dorotéias iniciaram contato para manter certa sintonia entre o ensino ministrado no Asilo e a instrução oferecida pelo Estado, ao começarem a chamar avaliadores externos para participar dos exames das meninas (AZZI, 2002, p.74).

Depois de feitos os exames das meninas, iniciavam-se os preparativos para as festas de encerramento. Primeiramente se faziam a festa de encerramento das pensionistas que deveriam passar as férias com suas famílias e em seguida, a festa das órfãs e desvalidas. Essas festas eram organizadas da seguinte maneira: “realização de uma sessão acadêmica, com música, cantos e declarações; a premiação das alunas que se haviam destacado nos estudos e no comportamento; uma exposição dos melhores trabalhos realizados pelas meninas” (AZZI, 2002, p.79). As festas de encerramentos das pensionistas no início de novembro, eram sempre mais pomposas e contavam com a presença das famílias, autoridades civis e religiosas. O dia começava com uma missa na Igreja de Santo Antônio, em seguida o café da manhã. Às 8 horas as meninas já estavam prontas para cerimônia e ficavam no salão aguardando o bispo que chegava normalmente 9 horas da manhã e dava início o que estava definido no programa. No ano de 1891, Riolando Azzi (2002) identificou a seguinte informação no livro de registro diário das Irmãs sobre a festa de encerramento das pensionistas:

A missa na comunidade foi um pouco mais cedo. Depois da missa foram tomar café. Às 8 horas as meninas já estavam prontas no salão, mas o Sr. Bispo veio quando eram 9 horas. Logo que o Exc. Revema. Chegou começou o que estava no programa. O governador veio mais tarde, e assistiu até o fim. Não havia lugar para tanta gente.

Acabou quase meio dia. Estavam 90 meninas em casa. A exposição de trabalhos estava bonita, foi muito apreciada (ASILO, 1891 apud AZZI, 2002, p.79).

A festa de encerramento do ano letivo das órfãs e desvalidas ocorria no mês de dezembro e também era muito animada. Segundo Azzi (2002), no dia 29 de dezembro de 1891, o bispo chegou às 9 horas e as meninas já estavam reunidas no salão. Quando ele entrou, as meninas deram-lhe aplausos e vivas de boas-vindas. Em seguida duas noviças tocaram piano e harpa e as órfãs recitaram poesias, proferiram discursos e fizeram vários diálogos (discursos religiosos entre duas pessoas). Após a parte mais formal da festa seguiu a distribuição de prêmios às meninas como livros, vestidos, medalhas e brinquedos. Os livros foram doados pelo bispo e os demais prêmios foram comprados com 40.000 réis também doados pelo bispo. Assistiram a festa, as irmãs e as pensionistas que ainda não tinham saído para suas casas. Além dos prêmios, as meninas foram recompensadas também com um passeio até Nazaré (AZZI, 2002, p.81).

Durante o período de internato no Asilo de Santo Antônio, as meninas tinham a possibilidade de completar o curso primário (ler, escrever e contar) e adquirir todos os demais saberes atinente a sua condição de mulher regente do lar. Aquela que tivesse vocação religiosa poderia forma-se freira e permanecer no Instituto, as demais teriam que sair após completar os estudos. As órfãs e desvalidas pela sua condição social, se tivessem sorte, poderiam arrumar um bom casamento, tornar-se professoras primária em escolas públicas ou particulares, caso contrário, poderiam ser requisitadas pelas famílias ricas para trabalhar em suas casas, principalmente como domésticas ou cuidadora dos filhos de casais abastados. Já as educandas ou pensionistas normalmente pela sua elevada condição social saiam para casar com algum rapaz de sua estirpe social, como registrou o jornal O Liberal do Para:

Uniram-se ontem pelos laços indissolúveis do matrimônio na Igreja de Sant'Ana, o Sr. Manoel Lourenço Ferreira Braga, professor de ginástica do Instituto Paraense e a exm^a. Sr^a d. Amélia dos Passos Pires, aluna do Asilo de Santo Antônio. Foram paraninfos os srs. Dr. Gemiano José da Costa e Maximiano José dos Santos e sua exm^a. esposa (O LIBERAL DO PARA, 21-04-1887, p. 2)

Nesse contexto, o Asilo de Santo Antônio, enquanto uma instituição fincada no tempo histórico onde a sociedade exigia da mulher um tipo de formação de acordo com sua condição social procurou cumprir seu papel e ofereceu a Província e depois ao Estado do Pará, um número expressivo de mulheres formadas para contribuir com o desenvolvimento da região como freiras, professoras, mães e esposas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da segunda metade do século XIX, com o advento da modernidade, o mundo ocidental, passou por mudanças significativas com o surgimento de ideias e fenômenos políticos, sociais e culturais que passaram a questionar a estrutura da sociedade ocidental-cristã-absolutista. Nesse contexto, a influência da Igreja Católica é questionada, principalmente na Europa, devido ao processo de laicização dos Estados Nacionais, que deixaram de ser Monarquias e transformaram-se em Repúblicas presidencialistas ou parlamentaristas, regidas por uma constituição inspirada nas doutrinas iluministas.

Os princípios que norteavam essa nova forma de conceber a vida em sociedade estavam pautados nos ideais iluministas, que dentre outras coisas, pregavam o fim da relação Estado e igreja, ou seja, o “fim” dos privilégios que a Igreja gozava enquanto religião oficial do Estado em vários países.

No campo da educação, os liberais defendiam um ensino laico e sob o total controle do Estado, com uma política de educação moderna, capaz de regenerar a sociedade pelo ensino intelectual e moral do povo. Entretanto, para a Igreja romanizadora, essas ideias não passavam de grandes equívocos, pois não haveria possibilidade alguma de se regenerar o Brasil, sem a ajuda da Igreja, sem o ensino intelectual, moral e religioso. Este seria, portanto, o ensino mais importante. Diante disso, a Igreja romanizadora vai lutar pela hegemonia do campo educacional na segunda metade do século XIX, a fim promover a regeneração da sociedade pela educação centrada no ensino da religião católica.

Nesse sentido, o foco central dos romanizadores estava na formação de um clero ilustrado e afinado com a política reformadora da santa Sé, em Roma. Para tanto, eram necessários reformar e ampliar os seus seminários, e formar um exército de padres desbravadores e sedentos de levar o evangelho diocesano pelos mais distantes lugares do mundo, principalmente, naquelas regiões onde o protestantismo estava ganhando força. Para ajudar nesse processo, a Igreja abraçou e apoiou as iniciativas das várias ordens religiosas, de promover a transformação da sociedade pela educação religiosa e escolar da mulher, como foi caso, por exemplo, do trabalho educacional desenvolvido pelas Irmãs Mestras de São José de Chamberry (França) e das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia (Itália).

O trabalho desenvolvido inicialmente pelas Irmãs Mestras de Santa Dorotéia de catequizar meninas pobres da Itália a partir da instrução escolar (ler, escrever, contar e prendas

domésticas), não surgiu no seio da cúpula da Igreja Romana, mas da iniciativa de uma jovem chamada Paula Frassinetti que viu na prática pedagógica, a possibilidade de incutir nas meninas, também os valores da religião católica. Entretanto, a Igreja reconheceu e incentivou o trabalho das Irmãs Mestras por meio dos bispos locais que as chamavam a desenvolver o trabalho educativo de meninas em suas dioceses, como fez, por exemplo, em Pernambuco, o bispo D. Manuel de Medeiros e em Belém, o bispo D. Antônio de Macedo Costa, e depois outros bispos de outras regiões do Brasil.

Esses novos bispos brasileiros formados na Europa chegaram ao Brasil sonhando promover uma reforma na Igreja local para recristianizar à população de acordo com as atuais diretrizes de Roma e com isso, ajudar a regenerar toda a sociedade brasileira. Foi com essa convicção que o bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, chegou a Belém na década de 1860. Na direção da diocese de Belém o bispo do Pará, vivenciou grande parte das transformações da cidade promovida pelas riquezas oriundas da economia da borracha. Essas transformações não eram somente na fisionomia estética da cidade com a criação de suntuosos prédios, praças e alargamento das ruas, mas também no comportamento e no modo de vida burguês, que imprimia novos valores da modernidade, com a criação de novos espaços de sociabilidade, como teatros e cafés, salões de festas e outros. Portanto, combater os “pecados” e excessos da modernidade e salvar o povo da perdição eram desafios impostos à Igreja.

Essas mudanças sócio-econômicas fizeram emergir problemas que a Igreja e o Estado precisavam enfrentar, como a exploração e expropriação sofrida pela população pobre da Amazônia, e pela população nordestina que chegava à região fugindo da seca e em busca de uma vida melhor. Ao contrário do que sonham nordestinos e as populações pobres da Amazônia (os seringueiros), foram submetidos pelos donos dos seringais (os seringalistas) a uma vida desumana, via sistema de aviamento. Essas relações excludentes de trabalho faziam aumentar significativamente os problemas sociais na Amazônia como violências, alcoolismo, prostituição, abandonos de crianças.

Diante disso, era necessário criar espaços (instituições públicas, particulares e religiosas) para abrigar e educar os órfãos e desvalidos da Amazônia, frutos desses problemas sociais trazidos pela economia da borracha e pelo processo de modernização das cidades amazônicas. Era necessária e urgente também, a criação de uma política efetiva de instrução popular para civilizar o povo e garantir o progresso da região.

Para enfrentar o problema do desamparo e falta de instrução, e alcançar seus objetivos romanizadores na Amazônia, o bispo D. Antônio de Macedo Costa criou duas instituições educativas: Asilo de N. S. do Carmo em 1871, que depois passou a chamar-se Asilo de Santo Antônio em 1873, e o Instituto de Artes e Ofícios e Agrícola da Providência, em 1882. Com a criação dessas duas Instituições, o bispo do Pará passou a defender um programa de educação católico para a Amazônia e tentou expandir essa educação para toda a região ao convidar para trabalhar junto com ele, os padres Mestres Salesiano do Instituto Dom Bosco e as Irmãs Mestras do Instituto de Santa Dorotéia. Não conseguiu a vinda dos padres Salesianos, mas o trabalho no Instituto Providência prosperou somente na capital enquanto esteve à frente da Diocese de Belém, ganhado destaque na imprensa local, a banda de música do Instituto formada por jovens pobres vindos para estudar de vários locais da Província. Já o Asilo de Santo Antônio, a partir de 1878, ganhou “novo fôlego” com a vida das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia, que também compartilhavam dos mesmos princípios romanizadores e reformatores da Igreja romana.

As intenções do bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa de criar instituições educativas e tentar conquistar a hegemonia no campo da educação na Amazônia, não era apenas para combater os liberais e seu ideário de educação moderna, ele acreditava na regeneração da sociedade pela educação intelectual, moral e religiosa, principalmente pela educação da mulher.

O principal argumento em defesa da educação da mulher defendido pelos padres romanizadores, estava na crença de que a mulher seria a peça principal para a transformação da sociedade brasileira, pela sua posição social de regente do lar doméstico. Ali no lar, a mulher cristã de trabalhos e piedade, iria influenciar na educação dos filhos, e levar o marido ao caminho da fé e dos bons costumes, ajudando, portanto, a promover a civilização e progresso na região.

D. Antônio de Macedo Costa acreditava que a Igreja seria a grande educadora do povo e o Asilo de Santo Antônio a instituição que iria formar a mulher cristã para ajudar a regenerar a sociedade amazônica. Por isso, os princípios que orientavam a prática religiosa e educativa no Asilo de Santo Antônio estavam fundamentados nas orientações religiosas e litúrgicas do catolicismo ultramontano ou romanizador, contidos no principal documento escrito pela fundadora da ordem das irmãs Dorotéias, Paula Frassinetti em 1851, que orientava todo processo formativo nas instituições dirigidas pelas irmãs Dorotéias: As Constituições e Regras do Instituto religioso das irmãs mestras de Santa Dorotéia.

As determinações estabelecidas pelo documento das irmãs Dorotéias definiam que saberes e como esses saberes deveriam ser ensinados às meninas. Primeiramente deveriam aprender os saberes da religião católica: o catecismo, as práticas litúrgicas, cerimônias religiosas e devocionais. Em seguida, a instrução escolar ou ensino profano como leitura, escrita, cálculo e trabalhos manuais e artísticos. Esses saberes apresentados pelas irmãs Dorotéias como apenas acessórios ou complemento do processo formativo, eram ensinados de acordo com a origem social das meninas.

No Asilo de Santo Antônio, cada grupo de meninas recebia educação diferenciada: para as órfãs e desvalidas, a ênfase estava na educação religiosa moral e nos trabalhos manuais ou prendas domésticas, a fim de formar as futuras donas de casa. Para as pensionistas, uma educação esmerada, ou seja, educação religiosa, moral, intelectual e todos os demais saberes e etiquetas exigidas de uma futura dama da alta sociedade paraense. Portanto, o Asilo de Santo Antônio da cidade de Belém, capital da Província do Pará, nas últimas décadas do regime imperial no Brasil, configurou-se como umas das principais estratégias de D. Antônio de Macedo Costa para desenvolver a Amazônia, pois sua intenção era que o trabalho das freiras Dorotéias crescesse e se expandisse por toda Província, e também, as suas demais ações no campo do ensino como os seminários, os colégios para meninos e a catequese das comunidades mais longínquas.

FONTES

Relatórios dos Presidentes da Província do Pará:

- Pará. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da 17.a legislatura pelo Dr. Abel Graça, presidente da Província. Pará, Typ. do Diário do Grão-Pará, 1871. Disponível em: *Center for Research Libraries Global Resources Network*: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 02 de novembro de 2012.
- _____.Relatório com que ao Sr. Dr. José da Gama Malcher, 1.o vice-presidente, passou a administração da Província do Pará o exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 9 de março de 1878. Pará, Typ. Guttemberg, 1878. Disponível em: *Center for Research Libraries Global Resources Network*: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 02 de novembro de 2012.
- _____.Relatório apresentado pelo excelentíssimo senhor doutor José Coelho da Gama e Abreu, presidente da Província, á Assembleia Legislativa Provincial do Pará, na sua 1.a sessão da 22.a legislatura, em 15 de fevereiro de 1880. Pará, 1880. Disponível em: *Center for Research Libraries Global Resources Network*: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 02 de novembro de 2012.
- _____.Relatório com que o exmo. Sr. Presidente, Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, passou a administração da Província ao exmo. Sr. 1.o vice-presidente, Dr. José da Gama Malcher. Pará, Typ. do "Liberal do Pará," 1882. *Center for Research Libraries Global Resources Network*: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em 02 de novembro de 2012.
- _____.Relatorio com que o exm.o snr. general visconde de Maracajú passou a administração da provincia ao 2.o vice-presidente, exm.o snr. dr. José de Araujo Roso Danin, no dia 24 de junho de 1884. Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1884. *Center for Research Libraries Global Resources Network*: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 02 de novembro de 2012.
- _____.Relatorio com que o exm. snr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1.o vice-presidente, passou a administração da provincia, no dia 6 de maio de 1888 ao exm. snr. dr. Miguel J. de Almeida Pernambuco, nomeado por carta imperial de 24 de março ultimo. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1888. *Center for Research Libraries Global Resources Network*: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 02 de novembro de 2012.

Falas dos Presidentes da Província do Pará

- PARÁ. Fala com que o Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2.a sessão da 20.a legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Pará em 15 de fevereiro de 1877. Pará, Typ. do Livro do Comercio, 1877. Disponível em: *Center for Research Libraries Global Resources Network*: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 02 de novembro de 2012.
- _____ Fala com que o Desembargador Joaquim da Costa Barradas Abriu a Sessão Extraordinária da Assembléa Legislativa Província do Pará em 20 de Novembro de 1886. Disponível em : *Center for Research Libraries Global Resources Network*: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 02 de novembro de 2012.
- _____ Fala com que o exmo Sr. d.r Miguel José d'Almeida Pernambuco, presidente da Província, Abril a 2.a sessão da 26.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889. Pará, Typ. de A.F. da Costa, 1889. Disponível em: *Center for Research Libraries Global Resources Network*: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 02 de novembro de 2012.

Jornais

- O Liberal do Pará (1869 a 1889). Disponível em: *Biblioteca Nacional Digital Brasil*: <www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2012.
- Jornal do Pará (1867– 1878). Disponível em: *Biblioteca Nacional Digital Brasil*: <www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2012.
- A Estrella do Norte (1863 – 1869). Disponível em: *Biblioteca Nacional Digital Brasil*: <www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2012.
- A Boa Nova (1871 - 1883). Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR).
- Diário de Notícias, 11-01-1880. (CENTUR).
- Diário de Belém (1868 – 1889). (CENTUR).
- A Constituição (1862 – 1866). Disponível em: *Biblioteca Nacional Digital Brasil*: <www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2012.
- A Voz do Caixeiro (1866). Disponível em: *Biblioteca Nacional Digital Brasil*: <www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2012.

Leis

- Lei n. 33, de 30 de setembro de 1839. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/43e/doc01_43e.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.
- Lei n. 848, de 29 de abril de 1875. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/43e/doc01_43e.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.
- Lei n. 1.224, de 03 de dezembro de 1885. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/43e/doc01_43e.pdf>. Acesso em: 20 Fev. 2013.

Constituições e Regras da Santa Dorotéia e obras e discurso de D. Macedo Costa:

- ROMA. Instituto de Santa Dorotéia: **Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia**. Tipografia de G. Battista Marini e B. Morini, 1851.
- COSTA, D. Antônio de Macedo. **Discurso Pronunciado por D. Macedo Costa na Inauguração da Bibliotheca Publica (1871)**. Disponível: Arquivo público do Estado do Pará: Guia de discursos, Falas, Mensagens e Relatórios. 2010. Discursos Estaduais nº 5.
- COSTA, D. Antônio de Macedo. **Catecismo sobre a Igreja Católica**. Rio de Janeiro: Typ. Moreira, Maximiano & Cia, 1875.
- COSTA, Antonio de Macedo. **Compendio de Civilidade Cristã oferecido ás famílias e ás escolas brasileiras**. S.l., Braine-Le-Comte, 1880.
- COSTA, Antonio de Macedo. **A Amazônia: Meio de desenvolver sua civilização**. Conferencia recitada em Manaus no Paço da Assembleia Provincial, perante o Ex. Sr. Presidente da |Província e grande número de pessoas. Pará. Tipografia do Livro do Comércio, 21 de Março de 1883.
- COSTA, Antonio de Macedo. **Deveres da Família**. Leituras Católicas, nº 193. Ano XVII – Janeiro, Fascículo I, 1877.
- FRASSINETT, Paula. **Cartas (1878 – 1881)**. Volume II. Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia. Edição da Província Portuguesa Sul, 1987.

Documentário

- PARÁ. **A Educação no Pará: Documentário**. Secretária de Estado de Educação. Belém, SEDUC, 1987.

REFERÊNCIAS

ABREU, José da Gama e, (o Barão de Marajó). **As regiões amazônicas: estudos chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas.** SECULT, Belém, 1992

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. **José Veríssimo: vida, obra e personalidade.** In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva (org.). **José Veríssimo: raça, cultura e educação.** Belém: EDUFPA, 2007.

AMORIM, Maria Adelina de Figueiredo Batista. **Missão e Cultura dos Franciscanos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (Século XVII) : Ao Serviço de Deus, de Sua Majestade e Bem das Almas.** Dissertação de Mestrado em História. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2005.

_____, **A Missionação Franciscana no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1622-1750): agentes, estruturas e dinâmica.** Tese de Doutorado em História. Universidade de Lisboa, 2011.

AZZI, Riolando. **A Presença de D. Antônio de Macedo Costa na Igreja do Brasil.** In: *D. Antônio de Macedo Costa bispo do Pará – Arcebispo Primaz (1830-1891).* Cadernos de História da Igreja no Brasil. São Paulo. Edições Loyola – CEPEHIB, 1982.

_____, Riolando. **Educando pela via do coração e amor: A Congregação das Irmãs de Santa de Santa Dorotéia no Brasil.** Rio de Janeiro, 2002.

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. **O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da *belle époque*.** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará, 2011.

BARROS, Marilene Maria Aquino Castro de. **O Farol que guia: a educação de mulheres no Colégio São José - Óbidos - PA (1950 a 1962).** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade do Estado do Pará: Belém, 2010.

BASSALO, Célia Coelho. **Art Nouveau em Belém.** Brasília, DF : IPHAN/Programa Monumenta, 2008.

BENCOSTA, Marcus Levy Albino. **Arquitetura escolar na Belle Époque: Jean Omer Marcand e Francisco Paula de Azevedo (Montreal e São Paulo, 1894-1926).** In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (Org). *Cultura escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos.* São Paulo: Cortez, 2007.

BEZERRA NETO, José Maia. **As luzes da instrução: o Asylo de Santo Antônio de Belém do Pará (1870-1912).** In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (org.). *A Escrita da história paraense.* (org.). Belém: NAEA-UFPA, 1998.

_____. **Os males de nossa origem: o passado colonial através de José Veríssimo.** In: BEZERRA NETO, José Maia (org.). *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia.* Belém: Paka-Tatu, 2002.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia**. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: Unesp, 2010.

_____. **A escrita da história: novas perspectivas** (org.). Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BUFFA, E. **A questão das fontes de investigação em História da Educação**. Campo Grande: **Série-Estudos**, n° 12, jul. dez. 2001. p. 79-86. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/574/463>>. Acesso em: 15 de março de 2013.

_____. **Escolar e História das Práticas Pedagógicas**. Editora Universidade Tuiuti do Paraná, 2008. P. 63- 72. Disponível em: <http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/cad_pesq5/5_pesquisas_cp5.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2013.

_____, PINTO, Gelson de Almeida. **Colégios do século XVI: matriz pedagógico-especial de nossas escolas**. In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (org.). *Culturas escolares saberes, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Uma Introdução à História**. 8ª edição (1ª edição 1981). Editora brasiliense.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CERTEAU, Michel d. **A operação histórica**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História, novos problemas**. 3ª edição. São Paulo: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**, São Paulo: Martins fontes, 1999.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DERGAN, João Marcelo Barbosa. **História, memória e natureza: as comunidades da ilha do Combu-Belém-Pa**. Dissertação de Mestrado em História. PPGH-UFGA, 2006.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. **A liturgia das cores: relações interétnicas e contatos culturais nas irmandades religiosas da Amazônia no século XIX**. Estudos Afro-asiáticos (34), Dezembro, 1998.

FILHO, Augusto Meira. **Contribuição à história de Belém**. Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Belém, 1973.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Ed. Petrópolis, 2010.

FLORESCANO, Enrique. **A função Social do historiador**. Tempo, vol. 2, nº 4 (dezembro), 1997.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. **José Veríssimo e a Educação Nacional**. In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva (org.). *José Veríssimo, Raça, Cultura e Educação*. Belém: EDUEPA, 2007.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino & FRANÇA, Samara Avelino de Souza França. **Colégio Nossa Senhora do Amparo: Casa de oração, educação e trabalho**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 175-186, out., 2011. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/43e/art09_43e.pdf. Acesso em: 02 de novembro de 2013.

GONDRA, José Gonçalves e SHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo. Cortez, 2008.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de & JINZENJI, Mônica Yumi. **Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850)**. Rev. Bras. Educ. vol.11 no.31 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000100009>>. Acesso em: 02 de novembro de 2013.

HENRIQUE, Márcio Couto. **O Senhor do Céu não é o Senhor da Terra: a experiência religiosa dos escravos nas Irmandades paraenses (1839-1889)**. Monografia de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal do Pará, 1997.

HOBBSAWN, Eric J. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. São Paulo: Terra e Paz, 2000.

HARNECKER, Marta & URIBE, Gabriela. **Socialismo e Comunismo**. Cadernos de Educação Popular. São Paulo: Global Editora, 1981.

JULIA, D. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas/SP: Autores Associados, nº.1, jan. jun. 2001,

LUSTOSA. D. Antônio de Almeida. **D. Macedo costa (bispo do Pará)**. Coleção: Lendo o Pará nº 13. Belém: SECULT, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEAL. Luiz Augusto Pinheiro. **A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)**. Salvador: EDUFBA, 2008.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de e MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál.

Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 05 de agosto de 2012.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e Educação (1859 – 1919): uma face do conservadorismo**. Maringá: EDUEM,, 2008.

MARTINS, Karla Denise. **O Sol e Lua em tempo de eclipse: a reforma católica e as questões políticas na Província do Grão-Pará (1863-1878)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

_____, Karla Denise. **Civilização Católica: D. Macedo Costa e o Desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX**. Revista de História Regional. Verão 2002. Disponível em: <[http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path\[\]=95&path\[\]=127](http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path[]=95&path[]=127)>. Acesso em 06 janeiro de 2013.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico. Um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia**. Belém, CEJUP, 1995.

_____, Raymundo Heraldo. **Uma outra invenção da Amazônia**. Belém: Cejup, 1999.

_____, Raymundo Heraldo, FAÇANHA, Leonor Maira Samapio, RODRIGUES, Fernando Mariano. **Ação das Ordens e Congregações Religiosas na Amazônia**. Belém, 1968.

MELO, Clarice Nascimento. **Participação de mulheres na história da escola mista no Pará (1870 - 1901)**. Tese de doutorado em Educação. Universidade do Rio Grande do Norte, 2008.

MORAES, Felipe Tavares de. **A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará, 2011.

NASCIMENTO, Sebastião Valério Silveira do. **A Criança na Fotografia: o retrato da infância na primeira metade do século XX em Belém do Pará (1900 a 1950)**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará, 2012.

NEVES, Fernando Arthur de Fretas. **Solidariedade e Conflito: Estado Liberal e Nação Católica no Pará sob o Pastorado de Dom Macedo Costa (1862 – 1889)**. Tese de doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **As Pesquisas Sobre Instituições Escolares: Balanço Crítico**. HISTEDBR-UNICAMP, Campinas. São Paulo, nº 20 Anos, p. 1- 14, 2005 p. 1- 14. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Paolo_Nosella_artigo.pdf> Acesso em: 15 de março de 2013.

_____, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar.** In: *História e Filosofia de Instituições Escolares: avaliação de uma linha de pesquisa.* CNPq, 2008. Disponível em: <http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/cad_pesq5/2_instituicoes_cp5.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; MOTA NETO, João Colares da. **A construção de Categorias de análise na pesquisa em educação.** In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; TEIXEIRA, Elizabeth; MARCONDES, Maria Inês (org). *Abordagens teóricas e construções metodológicas na pesquisa em educação.* Belém: EDUEPA, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PETITAT, A. **Produção da escola, produção da sociedade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. **Educação de meninas no Orfelinato Paraense.** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade do Estado do Pará, 2013.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Política de Portugal no Vale Amazônico** (Lendo o Pará 16). Belém: SECULT, 1993.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revoltas Popular no Brasil do século XIX,** São Paulo, Companhia das letras, 1991.

RODRIGUES, Denise Simões; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro G. S. A. **A Pesquisa Documental Sócio-Histórica.** In: MARCONDES, Maria Inês; TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. *Metodologias e técnicas de pesquisa em educação.* Organizadoras: Belém: EDUEPA, 2010.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial.** Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

ROSSETO, Rosa. **Paula Frassinetti: “...em bicos de pé”.** Fundadora da Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia. Livraria Braga, 1988.

SABINO, Elianne Barreto. **A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889).** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará, 2012.

SANTOS, Cândido dos. **O Jansenismo em Portugal.** Faculdade de Letras da Universidade do Porto Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais Porto 2007. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4177.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2013.

SANTOS, Alan Christian de Souza. **A construção social dos pedreiros-livres: a maçonaria e a atuação dos maçons paraenses (1870-1917).** ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE

HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1142.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2013.

SANTOS, João. **A romanização da Igreja católica na Amazônia (1844-1880)**. In: HOORNAERT, Eduardo (org.). **História da Igreja na Amazônia**. Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina – CEHILA. Editora Voz, Petrópolis, 1992.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1912)**. 3 ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SENE, Luciana de Oliveira. **O Projeto educativo de Paula Frassinetti: das intuições pedagógicas ao currículo das Escolas Dorotéias**. Dissertação de Mestrado em Educação. Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto, SP, 2007.

SILVA, Érika Amorim da. **O Cotidiano da Morte e a Secularização dos Cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850-1891)**. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Festa e Violência: Os capoeiras e as Festas Populares no Rio de Janeiro (1809 – 1890)**. In: CUNHA, Maria Clemente Pereira (org.). **Carnavais e outras Festas: Ensaio de história social da cultura**. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

SOUSA, Celita Maria Paes de. **Traços da Compaixão e misericórdia na história do Pará: Instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até início do século XX**. Tese de Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

SOUZA, Patrícia Inês Garcia de. **Buscadores do sagrado: as transformações da maçonaria em Belém do Pará**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SOUSA, Inglês de. **Contos Amazônicos**. Coleção Obra Prima de cada autor. Texto Integral. Martn Claret, 2011.

SIMÕES, Teotonio. **Anarquismo: pequena introdução ideais libertárias**. Ebooks Brasil, 1999. Disponível em www.ebooksbrasil.org. Acesso em 02/03;2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 a 1930**. São Paulo. Companhia das letras, 1993.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

THOMPSON, Eduard P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

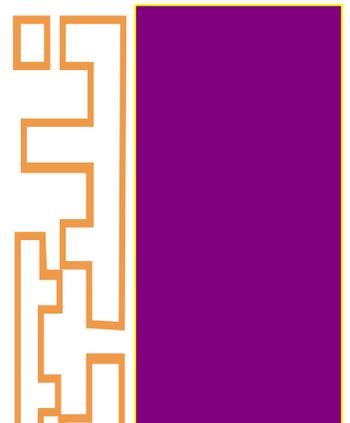
VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808) e Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VIANNA, Arthur. **A Santa Casa da Misericórdia Paraense: notícias históricas 1650 – 1902**. 2ª ed. Belém: Secretária de Estado da Cultura (Lendo o Pará II), 1992.

_____, Arthur. **Esboço retrospectivo: Instrução Pública no Pará**. In: PARA. A Educação no Pará: documentário. Belém, Pará, 1987.

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. 2 ed. Brasília: Editora da UNB, 1980.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo: Ed. FTD., 1994.





Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado
Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia
Tv. Djalma Dutra s/n – Telegrafo
www.UEPA.com.br